

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

VICENTINA DOS SANTOS VASQUES XAVIER

**O QUE DIZEM SOBRE AS MULHERES?
O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA METÁFORA E DA METONÍMIA**

CÁCERES-MT

2021

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

VICENTINA DOS SANTOS VASQUES XAVIER

O QUE DIZEM SOBRE AS MULHERES?
O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA METÁFORA E DA METONÍMIA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação da professora Dr^a Silvia Regina Nunes.

CÁCERES-MT

2021

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

X3q Xavier, Vicentina dos Santos Vasques.

O que dizem sobre as mulheres? O funcionamento discursivo da metáfora e da metonímia / Vicentina dos Santos Vasques Xavier. – Cáceres, 2021.

138 f. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Doutorado) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.

Orientadora: Dra. Sílvia Regina Nunes.

1. Discurso. 2. Mulher. 3. Efeitos Metafóricos e Metonímicos. 4. Violência. 5. Objetificação Sexual. I. Nunes, S. R., Dra. II. Título.

CDU 811'42

VICENTINA DOS SANTOS VASQUES XAVIER

**O QUE DIZEM SOBRE AS MULHERES?
O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA METÁFORA E DA METONÍMIA**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Silvia Regina Nunes
Orientadora – PPGL/UNEMAT

Prof.^a Dr.^a Olimpia Maluf-Souza
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Paulo Cesar Tafarello
Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

Prof.^a Dr.^a. Dantielli Assumpção Garcia
Avaliadora Externa – PPGL/UNIOESTE

Prof.^a Dr.^a. Aline Fernandes de Azevedo Bocch
Avaliadora Externa – PPGL/UNIFRAN

APROVADA EM: ____/____/____

DEDICATÓRIA

À memória do meu pai, Kleber, que me mostrou as primeiras letras numa lata de querosene *Jacaré*. Meu alfabetizador sabia que “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”.

À minha mãe, Severina, que mesmo diante das tantas adversidades, lutou muito para que as cinco filhas e o filho fossem para a escola. E os livros nos salvaram.

Ao Ezequiel, Alberto e Paulo, marido e filhos amados, que me sustentaram com palavras de fé, esperança e determinação. Às filhas amadas e queridas, Patrícia e Ellis, agradeço pela amizade e afeto.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Silvia Regina Nunes pelas orientações, carinho e despojamento em compartilhar conhecimento e experiência, sobretudo, neste momento tão difícil da história da humanidade.

Às professoras e professor que compuseram a minha banca de Qualificação e Defesa: Professora Dr^a Olimpia Maluf-Souza, Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT, ao Prof. Dr. Paulo Cesar Tafarello, Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT, à Prof.^a Dr^a. Dantielli Assumpção Garcia, Avaliadora Externa – PPGL/UNIOESTE, à Prof.^a Dr^a. Aline Fernandes de Azevedo Bocch, Avaliadora Externa – PPGL/UNIFRAN. Agradeço imensamente por terem aceitado o nosso convite e contribuído de forma tão especial com o nosso trabalho. Muito agradecida.

À Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira, ao Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim e Profa. Dra. Jocysare Cristina Pereira de Souza, pela orientação à pesquisa fora de área nos estudos de processos de significação e pela oportunidade de conhecer um pouco mais a minha terra natal, Jardim, MS.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, pela acolhida e oportunidade de desenvolver a minha pesquisa.

Às professoras e aos professores: Joelma Aparecida Bressanin, Eliana de Almeida, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta, Ana Maria Di Renzo, Olímpia Maluf Souza, Paulo Cesar Tafarello e Elizangela Patrícia Moreira da Costa pelos estudos dos processos discursivos e de práticas sociais da linguagem.

Aos professores e professoras: Antonio Carlos Santana de Souza, Jocineide Macedo Karim, pelos estudos de processos de variação e mudança, de descrição, análise e documentação de línguas indígenas.

Aos professores e professoras: Albano Dalla Pria, Eduardo Guimarães, Marcos Luiz Cumpri, pelos estudos de processos de significação.

À amiga Solonge Velozo pela amizade carinho com que sempre me recebeu, tanto na UNEMAT como em sua casa.

Aos amigos: Celso, Welliton, Cleiton, Maraline e Jessica, pela amizade e as muitas interlocuções.

A todos os amigos do Programa de Pós-Graduação em Linguística.

À Dr^a Carla Charbel Stephanini, Subsecretária Municipal de Políticas para a Mulher por ter atendido o meu pedido de cedência no momento em que mais precisei de um espaço de

lotação, como servidora pública municipal. Agradeço pela mais recente oportunidade de trabalho: coordenar o Programa Recomeçar, que atende homens autores de violência no município de Campo Grande.

À D. Ione de Souza Coelho, Diretora Adjunta da Subsecretária Municipal de Políticas para a Mulher, que me recebeu na secretaria e me acolheu no momento em que eu mais precisei, em novembro de 2019.

À Márcia Paulino, Coordenadora de Projetos e Ações Temáticas da Subsecretaria de Políticas para a Mulher do município de Campo Grande, por ter me acolhido em sua coordenação com a oportunidade de desenvolver trabalhos no enfrentamento à violência contra a mulher.

Aos colegas de trabalho da Subsecretaria de Políticas para a Mulher do município de Campo Grande pela amizade e troca de conhecimentos.

A todas as pessoas, familiares, amigos e colegas, que participaram, contribuindo para a realização deste trabalho, direta ou indiretamente, meu agradecimento.

EPÍGRAFE

"[...] ousar se revoltar [...]"¹

"[...] é preciso “ousar pensar por si mesmo”.²

¹ Michel Pêcheux (1975). Tradução de Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira (2014).

² Michel Pêcheux (2009).

RESUMO

Este trabalho se inscreve na linha de pesquisa Estudos dos Processos Discursivos e tem como objetivo descrever e analisar o funcionamento discursivo da metáfora e da metonímia em enunciados sobre a mulher, configurados a partir de formulações imaginariamente risíveis. As formulações selecionadas circularam em para-choques de caminhões, expostas em bares e restaurantes à beira de estradas, veículos e transportes de trabalhadores braçais, internet e outros, se apresentando como *ditos engraçados*, por, imaginariamente, provocarem o riso. Selecionamos os seguintes recortes discursivos para a análise: “Mulher é igual a pênalti mal batido: Um chuta e outro pega!”. “Mulher é igual macarrão, *agente* enrola, enrola e come.” (*sic*). “Mulher é igual caminhão só funciona com homem em cima.” “Mulher é como CD, por causa de uma parte boa agente tem que ficar com o resto”. “Mulher é como pernilongo. Só sossega com um tapa”. “Mulher é como vinho: Tem que manter na horizontal, no escuro e com rolha na boca”. “Prima é igual pizza fria: dizem que faz mal, mas mesmo assim a gente come.” “Lenha verde e mulher véia, chora, mas pega fogo”. (*sic*). “Solteira sim, sozinha nunca”. Tradução: Todos me comem, mas ninguém me assume”. “Passado de mulher e cozinha de restaurante, quem conhece, não come”. “A mulher e a cereja: para seu mal se enfeita”. (*sic*). “A mulher e a mula, o pau as cura”. (*sic*). Mobilizamos as noções de condições de produção, memória discursiva, efeitos de sentido, metáfora e metonímia, pré-construído como alguns conceitos do aporte teórico-analítico. A análise permitiu compreender que os enunciados, quando postos em relação a outros dizeres sobre a mulher na/da história, mostram a força dos pré-construídos na constituição metafórica produzida, ou seja, há algo de um já-dito que persiste nesse processo para que haja transferência, deslizamento de sentidos. Na tensão entre as formulações risíveis e a repetição de sentidos de violência, os efeitos metafórico-metonímicos produzidos dão visibilidade a sentidos pejorativos e misóginos sobre as mulheres, especialmente em relação à sexualidade, mostrando, assim, a constituição de um discurso de objetificação sexual para a mulher, sob a graça que, imaginariamente, parece ser produzida nesses enunciados.

Palavras-chave: Discurso. Mulher. Efeitos metafóricos e metonímicos. Violência. Objetificação sexual.

ABSTRACT

This work is part of the research line Studies of Discursive Processes and aims to describe and analyze the discursive functioning of metaphor and metonymy in statements about the woman configured from imaginary laughable formulations. The selected formulations circulated on truck bumpers, displayed in bars and restaurants by the side of roads, vehicles and manual workers' transports, the internet and others, presenting themselves as funny sayings, because, imaginatively, they provoked laughter. We selected the following discursive clippings for the analysis: "Woman equals a badly beaten penalty: one kicks, the other catches". "Woman is like pasta; we roll, roll and eat." (sic). "Woman is like a truck only works with a man on top". "Woman is like a CD, because of a good part, we have to keep the rest". "Woman is like mosquitoes. It just settles down with a slap". "Woman is like wine: It has to be kept in horizontal, in the dark and with a stopper in their mouths". "Cousin is like cold pizza: they say it's bad, but we still eat it". "Green wood and old woman cry, but they burn". (sic). "Single yes, alone never". Translation: "Everyone eats me, but no one assumes me". "A woman's past and a restaurant kitchen, who knows, doesn't eat". "The woman and the cherry: for her own harm she dresses herself up" (sic). "The woman and the mule, the dick cures them". (sic). We mobilize the notions of production conditions, discursive memory, meaning effects, metaphor and metonymy, pre-constructed as some concepts of theoretical-analytical input. The analysis allowed us to understand that the statements, when placed in relation to other sayings about the woman in/of history, show the strength of the pre-constructed in the metaphorical constitution produced, that is, there is something of an already-saying that persists in this process for that there is transference, sliding of senses. In the tension between laughable formulations and the repetition of meanings of violence, the metaphoric-metonymic effects produced give visibility to pejorative and misogynistic meanings about women, especially in relation to sexuality, thus showing the constitution of a discourse of sexual objectification for the woman, under the grace that, imaginatively, it seems to be produced in these statements.

Keywords: Discourse. Woman. Metaphorical and metonymic effects. Violence. Sexual objectification.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

O DISCURSO DA HISTÓRIA SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA	15
1.1 O discurso da história sobre as mulheres	15
1.2 O homem e seu des(conhecimento)	20

CAPÍTULO II

DISCURSO DE VIOLÊNCIA E OBJETIFICAÇÃO DA MULHER	38
2.1. A mulher como objeto.....	53

CAPÍTULO III

DISCURSO-TEXTO. METÁFORA-METONÍMIA: FILIAÇÕES TEÓRICAS EM JOGO	65
---	-----------

CAPÍTULO IV

PÃO E CIRCO À CUSTA DAS MULHERES: O RISO QUE DESQUALIFICA	82
4. 1. O riso sobre a mulher e a relação com o machismo na sociedade patriarcal	91

CAPÍTULO V

O FUNCIONAMENTO DA METÁFORA E DA METONÍMIA NO DISCURSO SOBRE A MULHER	97
5. 1 No início: A inquietação no encontro com os textos “engraçados” sobre a mulher	98

5.2 A seleção do material e a organização do corpus	100
5.3 Alinhando algumas compreensões	119
CONSIDERAÇÕES (SEM) FINAIS	121
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

Eu gostaria que todas as pessoas que lessem este trabalho, mesmo sem nunca terem estudado sobre noções como sujeito, condições de produção, ideologia, efeito metafórico e outros conceitos basilares da Análise do Discurso, compreendessem a minha análise sobre o funcionamento discursivo da metáfora e da metonímia no/do discurso sobre a mulher, para que pudessemos refletir sobre a questão da naturalização da objetificação e da violência sexual contra a mulher na/da história.

Nosso desafio está no que foi proposto por Michel Pêcheux na elaboração da análise de discurso quando “[...] ele propôs uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito”. (ORLANDI, 2015. p. 7). Por isso, a nossa pesquisa se inscreve no campo de estudos da Análise de Discurso Materialista, que, pelo seu caráter teórico e analítico, nos permite a construção de um dispositivo de análise para a compreensão dos processos discursivos historicamente constituídos e ideologicamente determinados.

Esta pesquisa busca responder a seguinte indagação: *como as mulheres são significadas em textos imaginariamente engraçados, com ampla circulação na sociedade?* A partir dessa pergunta, nosso objetivo é descrever e analisar o funcionamento discursivo da metáfora e da metonímia em enunciados sobre a mulher configurados a partir de formulações imaginariamente risíveis

O arquivo foi constituído por um conjunto de mil trezentos e dezoito formulações coletadas durante o curso de mestrado e que retomamos para outra abordagem analítica no curso de doutorado. Assim, desejamos dar continuidade ao que produzimos no curso do Mestrado em Letras, quando analisamos um conjunto de vinte e dois enunciados, tendo como tema os gêneros do discurso sobre a mulher, que denominamos na época como *ditados populares*, coletados em diferentes espaços de circulação de textos na sociedade, como já dissemos: para-choques de caminhão, bares e restaurantes à beira de estradas, veículos e transportes de trabalhadores braçais, internet e outros. Segundo a doxa, esses dizeres são definidos como ditados de humor, por provocarem o riso e classificarem-se como piadas, como, por exemplo, discutimos no mestrado: Discurso sobre violência física: “À mulher brava, corda larga”; “Nem todas as mulheres gostam de apanhar, só as normais”. “Mulher que assobia e galinha que canta, faça na garganta”. Discurso sobre a mulher ser malvada, perversa e incapaz: “A mulher e a sardinha, quer-se pequenina”; “Mulher, fogo e mares, são três males”; “Mulher é coisa medonha, faz rico

ficar pobre e pobre sem vergonha”. Discurso sobre os estereótipos femininos e a supervalorização do corpo da mulher: “Estrada reta e mulher sem curvas, só dão sono”; “Mulher é como música: só faz sucesso quando é nova”. “Mulher é como CD, por causa de uma parte boa agente tem que ficar com o resto”; Discurso que reforça o assédio sexual e o atentado violento ao pudor: “A mulher e a cereja: para seu mal se enfeita”; “Mulher bonita e melancia grande, ninguém consegue comer sozinho”. Discurso sobre a incapacidade intelectual da mulher: “Passar uma mulher para trás é fácil, difícil é passar pra frente”. “Por que os homens têm 4 milhões de neurônios a mais que as mulheres? Para conseguir dirigir”. Discurso síndrome de bom *“pegador”*: “Gosto tanto de mulher que como até a minha”; “Mulher pra mim não precisa ser tão esperta, basta saber contar até 28 para espalhar para as outras o tamanho do bichão”. Discurso que (re) força o cárcere privado: “A mulher e a ovelha, com o sol à cortelha”; “O homem na praça e a mulher em casa”.

Naquele momento do mestrado, analisamos esses enunciados e produzimos a dissertação *A mulher “na boca do povo” – os ditos no discurso do senso comum*.

Partindo das *condições de produção* estudadas no curso de mestrado, desejamos continuar nossos estudos analisando o modo como o efeito metafórico-metonímico marca as formulações de riso sobre a mulher.

Nas análises realizadas no mestrado, apresentei a descrição dos “ditos populares” (como designamos naquele momento) e o funcionamento discursivo da língua. No entanto, não me dei por satisfeita e decidi que a pesquisa deveria continuar e, a partir de então, buscar-se novas formas de compreender os enunciados. E me inscrevi no curso de doutorado. Desta feita, após a leitura e observação das repetições dos enunciados que compunham um *arquivo* tão vasto, selecionamos enunciados que apresentavam uma regularidade na repetição da metáfora e da metonímia. Ou seja, buscamos compreender o funcionamento metafórico-metonímico no/do discurso sobre a mulher e o modo como um discurso de naturalização da violência sexual se inscreve no processo da constituição da história das mulheres.

As formulações verbais foram recortadas de textos presentes em adesivos de para-choques de caminhões, adesivos em portas de bares, quadrinhos para “enfeitar” paredes, entre outros materiais.

E1 “Mulher *é igual* a pênalti mal batido: Um chuta e outro pega!”.

E2 “Mulher *é igual* macarrão, agente enrola, enrola e come”. (sic).

E3 “Mulher *é igual* caminhão só funciona com homem em cima”.

E4 “Mulher *é como* CD, por causa de uma parte boa agente tem que ficar com o resto”.

E5 “Mulher *é como* pernilongo. Só sossega com um tapa.”

E6 “Mulher *é como* vinho: tem que manter na horizontal, no escuro e com rolha na boca”.

E7 “Prima *é igual* pizza fria: dizem que faz mal, mas mesmo assim a gente come”.

E8 “Lenha verde e mulher véia, chora, mas pega fogo”. (sic).

E9 “Solteira sim, sozinha nunca”. Tradução: “Todos me comem, mas ninguém me assume”.

E10 “Passado de mulher e cozinha de restaurante, quem conhece, não come”.

E11 “A mulher e a cereja: para seu mal se enfeita”. (sic)

E12 “A mulher e a mula, o pau as cura”. (sic)

Desta feita, estudamos conceitos como condições de produção, memória discursiva, efeitos de sentido, metáfora e metonímia, pré-construído (PÊCHEUX, 2009; 2015; 2014 e LAGAZZI, 2013) para descrever, analisar e compreender os processos de produção de sentidos nas formulações selecionadas.

As reflexões sobre as diferentes violências praticadas contra a mulher, são relevantes para a compreensão das nossas análises. Por isso, nos apropriamos da leitura das cinco violências tipificadas na Lei Maria da Penha, artigo 7º da Lei nº 11.340/2006, como formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como de outras leis em exercício que garantem segurança às mulheres.

Desejamos promover reflexões sobre o discurso de violência, especificamente a sexual, que imerge e emerge nos recortes discursivos apresentados no desenvolvimento deste trabalho, que se dará da seguinte maneira:

No Capítulo I, intitulado *O discurso da história sobre a condição feminina* apresentam-se dois subtópicos: *O discurso da história sobre as mulheres* e *O homem e seu des(conhecimento)*. Descrevemos sobre as condições de produção do discurso sobre a mulher. Destacamos que o discurso da história sobre a condição feminina, que, em sua maioria, foi escrita por homens, já que poucas mulheres tinham acesso ao mundo da leitura e da escrita. Abordamos no decorrer do capítulo as primeiras menções ao modo de vida das mulheres, desde o Egito Antigo até o Cristianismo com o objetivo de apresentar uma visão geral sobre o discurso sobre as mulheres pela história. Por meio das leituras dos registros históricos discorreremos sobre como as mulheres viveram, o que fizeram e como chegaram até aqui. No subtópico *O homem e seu des(conhecimento)* escrevemos sobre o período em que o homem descobriu que podia contribuir no nascimento de uma criança a partir de seu sêmen no corpo da mulher e como começou a desenvolver comportamento de arrogância e autoridade, exigindo que a mulher gerasse mais e mais filhos e filhas saudáveis para o trabalho nos campos.

A retomada que fazemos por meio das narrativas históricas mostram o modo como o lugar de submissão veio sendo fortemente implantado pelo patriarcado com as suas formas de violências que negaram os direitos e liberdades das mulheres. O patriarcado imputou às mulheres diferentes formas de violência, não só física, mas, inclusive, por meio de palavras que se dizem sob o riso.

O Capítulo II, intitulado *Discurso de violência e objetificação da mulher*, que apresenta o subtópico *A mulher como objeto*, trata sobre a violação dos direitos humanos das mulheres, retratando as desigualdades de poder entre os gêneros, determinadas ideologicamente, cujos efeitos sustentam a existência da sociedade patriarcal e machista, em que os homens dominam as mulheres. Essa relação de desigualdade, dita como violência de gênero, está presente tanto na família, igreja e sociedade de modo geral, inclusive nos discursos de líderes e governantes do Brasil, bem como em outras partes do mundo. A questão da violência contra a mulher não é recente, esteve e ainda está presente nos discursos que atravessam os diferentes períodos da história. No subtópico *A mulher como objeto* discorremos sobre o esforço do capitalismo para disciplinar o corpo das mulheres, a fim de transformá-las em produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial, a força de trabalho, fato que levou à criminalização dos corpos femininos. Temas relacionados à violência, como a cultura do estupro, as justificativas religiosas para a dominação masculina, o silenciamento e invalidação da voz feminina, com destaque para o controle do corpo das mulheres, marcam modos de dizer que conformam as formações discursivas, na história, pois se percebe que existe um discurso de misoginia e de objetificação da mulher que atravessa a memória de constituição histórica.

No Capítulo III denominado *Discurso-texto. Metáfora-metonímia: filiações teóricas em jogo*, consideramos que os estudos da Análise do Discurso prestam-se, também, a identificar as marcas linguísticas que fazem parte da tessitura discursiva, que se presentificam nas diferentes textualidades, atravessadas, por exemplo, pelo discurso de violência contra a mulher, a que desejamos apontar em nossas análises neste trabalho. Nesse capítulo mobilizamos as noções de condições de produção, memória discursiva, efeitos de sentido, metáfora e metonímia, pré-construído como alguns conceitos do aporte teórico-analítico com o objetivo de compreender que os enunciados, quando postos em relação a outros dizeres sobre a mulher na/da história, mostram a força dos pré-construídos na constituição metafórica produzida, isto é, há algo de um já-dito que persiste nesse processo para que haja transferência e deslizamento de sentidos. Nessa reflexão teórica analisamos a tensão entre as formulações risíveis e a repetição de sentidos de violência, os efeitos metafórico-metonímicos produzidos que dão visibilidade a sentidos pejorativos e misóginos sobre as mulheres, especialmente em relação à sexualidade.

Para o trabalho nesse capítulo, consideramos a opacidade do texto e a não-transparência da linguagem, bem como o reconhecimento da espessura linguístico-histórica, por meio da construção de um dispositivo analítico do discurso, para percebermos a constituição de um discurso de objetificação sexual da mulher, a partir do riso constante nos enunciados.

No Capítulo IV, *Pão e circo à custa das mulheres: o riso que desqualifica*, que apresenta o subtópico *O riso sobre a mulher e a relação com o machismo na sociedade patriarcal*, discorreremos sobre as considerações de alguns estudiosos sobre o funcionamento do riso. Dunker (2016), afirma que as pessoas riem de alguma situação ou de alguém porque no íntimo delas acontece certa contradição com o que elas pensam. Propp (1992), também afirma que as pessoas riem de alguma situação ou de alguém, como situações de fracasso e insucesso na vida dos sujeitos, a mentira, a zombaria e o cinismo, pois esses contradizem o que elas pensam sobre essas questões. La Taille (2017), afirma que o riso e o humor se relacionam com o prazer e a alegria, mas também com a dor, a violência e a tristeza. Ele escreveu que o riso é sempre humilhante para quem é dele objeto. Jean Marc Moura (2010 *apud* La Taille, 2017) que classifica oito categorias que levam ao riso, a saber: humor, espírito, ironia, sátira, piada, nonsense (absurdo), sarcasmo e cinismo. A partir das considerações desses autores passamos a refletir sobre os textos de cunho risível sobre a mulher que circulam com insistência e abrem brechas para as retomadas de pré-construídos, de já-ditos que remontam à história de desprestígio das mulheres. Nesse capítulo destacamos o funcionamento discursivo em que o efeito de riso joga contra as pautas de igualdade de gênero, trazendo à tona a memória construída sobre a superioridade masculina, que decorre, conforme Orlandi (2012, p. 105), da relação entre a língua e a história.

No Capítulo V, apresentamos a descrição dos enunciados, realizamos as análises e empreendemos gestos de interpretação em relação aos recortes selecionados, com o propósito de compreender os efeitos de sentidos produzidos nas formulações verbais sobre as mulheres. Com o título “*O funcionamento da metáfora e da metonímia no discurso sobre a mulher*”, que se subdivide em *No início: A inquietação no encontro com os textos “engraçados” sobre a mulher; A seleção do material e a organização do corpus e Alinhavando algumas compreensões*, valemo-nos das noções de condições de produção, memória discursiva, efeitos de sentido, metáfora e metonímia, para compreender como as repetições metafóricas nas formulações produzem determinados efeitos de sentidos do riso sobre a mulher. Percebe-se que os sentidos, mesmo depois “de cristalizados, à força de se repetirem, se modificam, com isso, as redes discursivas de formulação, organizadas a partir de um regime de repetibilidade, recebem novas formulações que, ao mesmo tempo em que vão se reunindo às já existentes, vão

atualizando as redes de memória. As novas formulações podem trazer o mesmo sentido, o que nesse caso produzem “uma relação de metáfora” em que uma palavra é tomada pela outra, porém produzindo o mesmo sentido já estabilizado, como ocorre em uma família parafrástica, que funciona como uma matriz de sentido.

No início: A inquietação no encontro com os textos “engraçados” sobre a mulher, discorremos sobre a “descoberta” dos materiais que, aos poucos foram compondo o arquivo de onde recortamos o *corpus* para a pesquisa. Esses materiais foram coletados de para-choques de caminhões, bares e restaurantes à beira de estradas, veículos e transportes de trabalhadores braçais, internet e outros, que dispunham-se como ditados de humor, por provocarem o riso e, segundo o imaginário social, têm o fim de entreter e divertir os sujeitos.

A seleção do material e a organização do corpus, a partir do funcionamento da língua e as condições de produção em que o discurso é produzido, analisamos doze formulações que em sua materialidade linguística também apresentam marcas que servem como liame entre duas orações, por meio de locuções comparativas (é igual, é como) e de conjunções (mas e “e”). Em *Alinhavando algumas compreensões* consideramos as noções teóricas de que o sujeito do discurso carrega consigo marcas do social e do ideológico, não tendo, assim, a pretensão de ser a fonte do sentido e, que a linguagem e, portanto, os sentidos não são transparentes.

CAPÍTULO I

O DISCURSO DA HISTÓRIA SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA

Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas — de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. Guimarães Rosa³

1.1 O discurso da história sobre as mulheres

A história das mulheres foi escrita por homens, por isso, torna-se tarefa árdua para as mulheres pesquisarem sobre o caminho que as mulheres partilharam até chegar à atual sociedade. Embora algumas mulheres tenham escrito sobre a história das mulheres, houve há um apagamento da circulação, um impedimento como uma forma resistência ao registro sobre a vida das mulheres.

A partir daí o que o *imaginário social* diz sobre a mulher é o que a sociedade também veio dizendo pela história. Quando nos referimos ao *imaginário social* estamos nos reportando ao que pressupõe Orlandi (2015, p. 189), em que “[...] sujeitos e sentidos, constituem-se, pois, em processos complexos em que entram a ideologia, o imaginário social, o político visto como divisão do sujeito, dos sujeitos entre si. (ORLANDI, 2015, p. 189).

O mundo da escrita e da leitura pertencia apenas aos homens e às mulheres lhes era negado o acesso à escola. Entretanto, uma ou outra mulher aprendia a ler e escrever, mas não podiam publicar os seus textos, por isso muitas mulheres escreveram sob pseudônimos masculinos a fim de terem suas identidades preservadas. Com isso, o acesso ao mundo das letras foi uma atividade desenvolvida mais pelos homens e, portanto, a história sobre as mulheres foi narrada a partir do ponto de vista masculino.

Essa opacidade sobre a história das mulheres – que se demonstra pelo apagamento pela história, de documentos, tanto de registros históricos quanto das próprias pesquisas, sobre como viveram, o que fizeram e como chegaram até aqui – retrata o *silêncio das* e o *silêncio sobre* as mulheres. O próprio silenciamento sobre elas já produz efeito de que sua história seria

³ Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 80.

irrelevante, pois muitos séculos se passaram até que a figura feminina pudesse aparecer nos estudos históricos como tema de pesquisa, inclusive.

Pesquisando sobre a história das mulheres, percebemos que de séculos em séculos a mulher carrega sobre si um cenário redundante de submissão, alienação e domínio do homem sobre todas as esferas da sua vida. Na obra *A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências*, Lins (2007) narra sobre a trajetória da mulher na história num período de aproximadamente dezesseis mil anos antes de Cristo até os dias atuais. Nesse período, conforme a obra, a mulher era educada para obedecer aos homens, fosse o pai, o avô, o marido, o cunhado ou o filho. Caso estes morressem, a mulher deveria sujeitar-se aos homens da família do marido. Educada para gerar filhos saudáveis e cuidar dos idosos e doentes da família, não participava de nenhuma decisão doméstica ou que envolvesse política, economia e outros, ela seguiu vivendo na servidão e obediência.

Conforme a obra citada, nos tempos mais recentes se observa no cenário do século XIX, que a mulher continua tendo as mesmas obrigações e poucos direitos: dentre direitos e deveres apresentam-se cinco obrigações principais: servir o esposo, governar o lar, educar os filhos, desempenhar o papel de mediadora e a função de conciliar as relações familiares. Percebe-se que os direitos e as conquistas da mulher se transformaram no decorrer dos anos, mas ainda há resistência em aceitar a igualdade entre os gêneros em diferentes espaços da sociedade.

Entretanto, o modo como a história conta a trajetória de vida das mulheres reitera que a condição feminina começou a ter outra dimensão com o surgimento dos movimentos feministas, entre as décadas de 70 e 80. Na Europa, na França, como exemplo, com Simone de Beauvoir, quando muitas mulheres foram conquistando diferentes direitos, entre eles o direito ao conhecimento como fonte principal da sua emancipação. Assim, a partir do início do século XX, por meio dos movimentos feministas, as mulheres tiveram oportunidade de reivindicar direitos e garantias, como a conquista do direito ao voto, ao trabalho e a uma carreira profissional, com igualdade de direitos entre os sexos e outras conquistas sobre as quais discorreremos mais adiante.

Para compreendermos o modo como o discurso da história produz sentidos para os comportamentos, atos e atitudes tomados em relação às mulheres, problematizamos as noções de sujeito e ideologia (PÊCHEUX, 2009; 2015; 2014 e ORLANDI, 2010; 2012; 2017) para compreender o imaginário sobre a mulher. Nesse percurso de estudos damos consequência a afirmação althusseriana de que a “ideologia interpela o indivíduo em sujeito”, bem como a afirmação pecheutiana de que a inscrição histórica dos sentidos é materializada na língua.

Para discorrermos sobre o modo como a história produz discurso (s) sobre as mulheres é relevante nos concentrarmos na maneira como a história traça uma retrospectiva sobre a vida das mulheres que viveram antes de nós, como eram os seus costumes e como se organizava a sociedade em que elas estavam inseridas. Algo sobre as mulheres já foi dito no passado em algum lugar da/na história. Quando lemos sobre a vida das mulheres no passado percebemos que o discurso da história mostra que suas vidas foram regidas por homens que as controlavam e legislavam sobre como elas deveriam viver.

Quando mencionamos o termo história da vida das mulheres, recorremos a Paul Henry (2014) para explicarmos o modo como estamos compreendendo a noção de História. Ao citar Popper, Henry (2014, p. 53) afirma que “[...] ainda que a história não tenda a nada, nós podemos lhe conferir finalidades; ainda que ela seja desprovida de sentido, nós podemos lhe atribuir uma significação”, o que dependeria do trabalho de cada sujeito, para “dar conta das realidades objetivas”, como por exemplo, as econômicas, sociológicas e psicológicas, bem como o “conhecimento objetivo” dessas “realidades”, como também das ciências humanas e sociais que têm por objeto as realidades objetivas.

Mais adiante, no texto em que nos pergunta “A história não existe?”, o autor sustenta que “Enfim, a história enquanto tal não existe, pois ela é transparente, e os homens podem lhe dar o sentido que quiserem sob a reserva de que eles se coloquem de acordo entre si e deem conta das realidades” (HENRY, 2014, p. 55), assegurando-nos de que não há “[...] “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências”. (*Grifos do autor*).

E é nisso que consiste este nosso trabalho de análise e interpretação sobre o discurso da história da vida das mulheres que ora desenvolvemos, pois “É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso, assim como para a outra, a grande História” (*idem, ibidem*).

Para compreendermos o já dito sobre a mulher, a partir do discurso da História, tomamos Orlandi (2007, p. 13), que considera que esse discurso não ficou perdido lá atrás, “Mas mostra ao mesmo tempo a força corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares o que não vinga em um lugar determinado”. A autora afirma que “O não-um (os muitos sentidos), o efeito do um (o sentido literal) e o (in)definir-se na relação das muitas formações discursivas tem no silêncio o seu ponto de sustentação” (*idem* p. 15).

Orlandi ([1992], 2007, p. 12) apresenta-nos dois modos de funcionamento do silêncio. 1. O silêncio da incompletude da linguagem que se dá nos deslizamentos com a metáfora. 2. O

(silêncio) do silenciamento, que ligam o não-dizer à história e à ideologia, mostrando “que há um processo de produção de sentidos silenciados”.

Com esse pensamento dizemos que há silêncio sobre a opressão, submissão e desconsideração em que viveram as mulheres, em um processo que veio sendo silenciado no/pelo percurso na/da história, até mesmo no momento mais atual, sobre o qual discorreremos adiante, quando as mulheres foram convocadas e aceitas no trabalho das fábricas, mas não tiveram os mesmos direitos que os homens, pois há silêncio sobre os seus direitos em relação ao dos homens.

Para compreendermos esse processo histórico, consideraremos o funcionamento do interdiscurso, segundo Pêcheux (2009, p. 149), “[...] como aquilo que fala sempre antes, em outro lugar e independentemente”. Com essa definição, o autor conceitua que o pré-construído, e os seus modos de apresentação (nocional-ideológico e conceptual-científico), determinado materialmente pela estrutura do interdiscurso, que é constituído de todo dizer já-dito, no caso, permeia o discurso da história sobre a vida das mulheres.

O pré-construído, um conceito trabalhado por Pêcheux (2009), é entendido como um já-dito anterior e exterior, independente, que retorna no enunciado. O pré-construído constitui-se como o vínculo principal que a teoria do discurso estabelece com o funcionamento linguístico, visto ser “[...] sua ancoragem linguística”, conforme menciona Malidier (2003, p. 34), pois é a marca, no enunciado, de um discurso anterior.

A autora afirma que, desde a Análise Automática do Discurso, Pêcheux já observava os conceitos de pressuposição e de implicação, desenvolvidos por Ducrot, e que esse gesto do criador da Análise de Discurso era um fator importante para a teoria que ora surgia, a relação do discurso ao “já ouvido”, ao “já lá”, uma vez que o pré-construído “[...] remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (PÊCHEUX, 2009, p. 89).

Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao *encaixe* sintático, que o autor mobiliza ao discorrer sobre a noção de pré-construído, procurando evidenciar como se dá a articulação da teoria do discurso com a Linguística. Para Pêcheux (2009), o pré-construído é um efeito discursivo ligado ao encaixe sintático, que remete à presença de um discurso outro.

Nessa relação entre um já-dito e um não-dito, Orlandi (2007, p. 12) sustenta que “[...] as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras” que dizem sobre a mulher na história. Uma pista sobre esse funcionamento são os dados sobre todas as formas de violência

contra a mulher⁴, confirmando que suas vidas vêm sendo marcadas por sofrimentos, abusos, violências diversas e lutas, que marcaram as tentativas da figura feminina na direção de uma emancipação, a fim de se desvencilharem das amarras que as prenderam e prendem-na desde a Antiguidade.

Lins (2007, p. 14-15) mostra a organização da sociedade, no período anterior à era cristã, afirmando que a idade da Pedra se subdividia em Paleolítico (antiga Idade da Pedra) e Neolítico (nova Idade da Pedra). O período Paleolítico da pré-história é muito longo — de 500000 a 10000 a.C. Os dias e as noites de todos transcorriam pelos bosques, a maior parte do tempo em árvores, devido à presença de animais selvagens, e a alimentação consistia-se de apenas em raízes e frutos. Foi a descoberta do fogo que tornou os homens mais independentes do clima e do lugar e, com isso, passaram a cozinhar, afugentar animais e terem as noites mais iluminadas dentro das cavernas.

A autora esclarece que se desconhecia o vínculo entre sexo e procriação e os homens não imaginavam que tivessem alguma participação no nascimento de uma criança, o que continuou sendo ignorado por milênios. A fertilidade era considerada característica exclusivamente feminina e a mulher era associada aos poderes que governavam a vida e a morte. Lins (2007) narra que nesse período da história a mulher tinha mais poderes do que os homens e não era submissa a esses homens. “[...] cada mulher pertencia igualmente a todos os homens, e cada homem, a todas as mulheres. O matrimônio era por grupos. Cada criança tinha vários pais e várias mães e só havia a linhagem materna.” (LINS, 2007, p. 14).

Segundo a autora, estudos de arqueólogos da Europa Central apresentam uma análise de aproximadamente 200 estatuetas que comprovam o culto à fecundação da época entre 30 mil e 25 mil anos antes de Cristo. Essas estatuetas eram feitas de marfim de mamute, pedra macia ou argila misturada com cinza e depois cozida. Uma dessas estatuetas foi a da *Vênus de Willendorf*, desenterrada próximo a Viena, na Áustria, representando uma mulher com mais ou menos 12 centímetros de altura, de nádegas e seios grandes, quadris largos, barriga muito proeminente e uma grande fenda vaginal. Segundo os achados arqueológicos, a personagem trata-se de uma deusa primitiva da fertilidade, mas há também os que afirmam que a descoberta se trata de uma representação do erotismo masculino da época, como um símbolo sexual do período Paleolítico.

⁴ Violência doméstica contra a mulher, de acordo com o artigo 5º da Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Por volta de 6500 a.C., a agricultura estabeleceu-se definitivamente e os registros apontam como sendo uma invenção e responsabilidade das mulheres, já que os homens estavam envolvidos com as caçadas, embrenhados nas matas.

Naquele contexto, e de acordo com Lins (2007), havia a crença de que a fecundidade da mulher influenciava a fertilidade da terra e das plantações fazendo com que a terra produzisse frutos saudáveis e em abundância, nas estações próprias. Assim, lá a mulher tinha um papel de autoridade e relevância no meio masculino, visto que era considerada como uma deusa da qual dependiam todos os adultos e as crianças, o que abre novas possibilidades de participação da mulher na vida em sociedade.

Lins (2007, p. 18) nos narra sobre o papel da mulher em alguns aspectos da vida cotidiana, como ser responsável por gerar uma criança mantendo, assim, a sua descendência, bem como os seus poderes sobre as plantações, fazendo as lavouras produzirem alimentos para os povos. Esse período durou aproximadamente 15 mil anos até que os homens foram comunicados por meio de um deus masculino que a mulher era um ser inferior ao homem.

Diante do que mencionamos até aqui, mesmo sendo uma narrativa com efeitos míticos, percebe-se que o modo de vida das mulheres foi baseado na submissão e clausura, e os “[...] efeitos da violência (*contra a mulher*) seguem sendo perpetrados, amparados pelo funcionamento do silenciamento que imputa às narrativas traumáticas um lugar de esquecimento, naturalizando a violência” (BOCCHI, 2017, p. 79). (*Grifo nosso*).

1. 2 O homem e seu des(conhecimento)

Segundo Lins (2007, p. 19), depois de milhares de anos acreditando que a fertilidade e a fecundação eram atributos exclusivamente femininos, o homem descobriu que ele era o responsável por inserir seu sêmen no corpo da mulher e gerar uma outra vida, o que, a partir de então, provocou mais uma ruptura na história das relações entre homens e mulheres, pois o homem descobriu a sua participação na maternidade e que podia utilizar esse argumento a seu favor passando, a partir de então, a desenvolver comportamento de arrogância e autoridade. Dessa forma, segundo Lins (2007), as relações de igualdade entre homem e mulher foram prejudicadas, principalmente, pela superioridade da força física do homem. Com isso, a superioridade masculina passou a ser reforçada nas relações entre homem e mulher dando ao homem mais poder e garantia de sua supremacia patriarcal. Assim, percebe-se que o homem apresentado pela história é arrogante e autoritário e que sempre exigiu submissão e obediência da figura feminina.

Na sequência a esses acontecimentos, ainda segundo a autora, o homem diminuiu as atividades de caça e passou a cultivar as suas lavouras para a agricultura de subsistência. Nesse ínterim, teve mais confirmação da sua participação na paternidade, quando percebeu que um carneiro podia emprenhar mais de cinquenta ovelhas (LINS, 2007, p. 19).

No período de 4400 e 2900 a.C, os agricultores da Mesopotâmia, do Egito e do Noroeste da Índia sofreram invasões de tribos guerreiras de outras regiões com religiões dominadas por deuses masculinos, cujos mitos e crenças passaram a fazer parte dos costumes de mais povos o que fortaleceu a força e o domínio do senhorio dos homens sobre as mulheres, inclusive nas questões relacionadas à herança e à força de trabalho. Diante disso, os homens foram adentrando nos espaços antes ocupados pelas mulheres e tendo domínio sobre as estruturas sociais, obtendo privilégios que passaram a ser negados às mulheres.

Nesse período o homem descobriu que ele podia contribuir na paternidade, por meio da fecundação e, na geração de filhos, assim, a filiação e a herança passaram a ser reguladas pelo homem.

As lavouras e os aglomerados de pessoas nas comunidades agrícolas aumentaram e exigiu-se que mais pessoas trabalhassem nas colônias agrícolas. Assim, as mulheres passaram a contribuir com a mão-de-obra sob o domínio masculino e tornaram-se instrumentos valiosos nas mãos dos homens que controlavam a agricultura; a mulher que era representada pela Deusa foi sendo subjugada do seu poder. (LINS, 2007, p. 21).

Diante da convicção de seu poder de macho que podia contribuir com o nascimento de um outro ser e a certeza de que a criança que nascia não pertencia unicamente à mulher, o homem desse período neolítico começou a pensar como controlar a fecundidade da mulher, já que isto poderia trazer benefícios para a família e para a própria sociedade organizada naquele espaço. Mas, para que isso se efetivasse, a mulher deveria pertencer unicamente àquele homem, caso ele desejasse deixar herança para os seus próprios filhos. Diante dessas pressuposições e depois de ter descoberto que um carneiro poderia emprenhar muitas ovelhas, o homem começou a controlar a liberdade sexual da mulher. Entretanto, segundo a autora, inicia-se o que foi chamado de “*dois pesos e duas medidas*”, uma injustiça e uma desonestidade e, a mulher passou a ser propriedade do homem e a ser atendê-lo como senhor sobre a sua vida. (*Grifos da autora*).

Nesse modelo de vida, o homem poderia ter várias mulheres que lhe gerassem filhos para trabalhar nas diferentes atividades de suas terras, porém, a mulher deveria manter-se fiel ao companheiro e não gerar filhos que não fossem dele, pois futuramente o companheiro não iria querer dividir a herança com filhos que não fossem de sua linhagem. Note-se como esse movimento que marca a mulher como propriedade já nos apresenta indícios acerca de sua

condição na relação com o homem, ou seja, já há indícios que apontam para uma objetificação da mulher.

Segundo a narrativa, surgiu o culto ao falo, o que contribuiu para a supremacia masculina, e o sexo tornou-se fator importante a ser regulado pela religião. A preocupação com a fertilidade da lavoura, do rebanho e da mulher passaram a ser prioridade nas comunidades agrícolas e pastoris, porém, às vezes, a lavoura não produzia o esperado e o ato sexual nem sempre levava à gravidez, então, a religião e a magia eram procuradas para atender às necessidades e desejo de todos. Imagens diversas expressam a natureza bissexual de deuses, indicando masculino e o feminino. Nesse período Neolítico, a Deusa-Mãe constituía-se como símbolo mais importante e a fertilidade humana e a dos campos estavam estreitamente ligadas a ela. Há registros de estatuetas que mostram o pescoço e a cabeça alongados, como um falo para representar a regeneração e a metamorfose, o que pressupõe a interpretação da importância da figura feminina.

As mulheres do período Neolítico trabalhavam fundamentalmente nas atividades agrícolas e eram homenageadas pela fertilidade ligada à terra, porém, logo os homens começaram a usar os arados para abrir a terra e fazer a sementeira. Lins (2007, p. 24) faz uma associação simbólica do arado com a terra, ao prepará-la para a sementeira, para dizer que a força de arar a terra preparando-a para a sementeira pode ser comparada à função do pênis como órgão de simbolismo relevante.

A partir de então, os homens passaram a se considerar como fertilizadores da terra por meio de seus sêmens que dão início à vida no útero das mulheres. A autora metaforiza que os homens fertilizavam a terra por meio das sementes como fecundavam os úteros por meio do sêmen.

O pênis simbolicamente gerava o alimento e a vida, então, ele tornou-se divinizado, conformando-se como um objeto da fé religiosa e de adoração, referenciado nas entradas das cidades e lugarejos.

E o pênis tornou-se um objeto da fé religiosa e de adoração, referenciado nas entradas das cidades e lugarejos. Segundo a autora, não se sabe ao certo quando o fenômeno do culto fálico se espalhou por todo o mundo antigo, porém, originalmente, o elemento sexual na religião estava associado aos genitais femininos.

O culto ao órgão sexual masculino, como símbolo do poder criador, prevaleceu por alguns séculos, como no caso da "festa do pênis", em Kawasaki, no Japão, que celebrava a fertilidade, no entanto, na atualidade, o povo se reúne para tratar sobre a diversidade.

Passados alguns séculos, o Deus dos hebreus ordenou que o homem e a mulher deveriam crescer e multiplicar-se, mas as práticas sexuais que não resultassem em concepção de uma vida, como a homossexualidade e o lesbianismo, deveriam ser severamente rejeitadas e castigadas.

Nesse mesmo modelo de sociedade hebraica os genitais masculinos eram valorizados e citados nas leis e convenções do povo, como por exemplo, se um homem fosse ferido nos testículos ou se perdesse o pênis, como no caso de uma guerra, poderia ser condenado ao ostracismo e proibido até mesmo de entrar no espaço religioso.

O livro sagrado dos hebreus ainda apresenta variadas citações de referências ao falo e objetos fálicos colocando os homens em lugares e posições privilegiadas em relação às mulheres. Nessa direção, a narrativa nos diz que os homens passaram a exercer domínio e autoridade sobre a mulher, considerando-a como inferior ao homem e, por conseguinte, subordinada à dominação. E a vida das mulheres passa a ser controlada primeiramente pelo pai, irmão mais velho e marido. Nessa conjuntura é que vai se constituindo o patriarcado⁵, organização social baseada no poder do pai, cuja descendência e parentesco seguem a linha masculina.

O pensamento de que o homem é superior e a mulher é inferior, o homem é o dominador e a mulher é a dominada, entre outros exemplos, dividiu a humanidade em duas partes, trazendo prejuízos e consequências à sociedade, tais como a instituição da sujeição física e mental da mulher. Dois fatores, controle da fecundidade da mulher e divisão sexual de tarefas, trouxeram implicações que restringiram a sexualidade da mulher e a limitaram às tarefas específicas, especialmente as domésticas.

As discussões e debates sobre o patriarcado se dão sob o aspecto de que este é um sistema autoritário que se sustenta por si só, ou seja, por meio de sua reprodução, já que as próprias mulheres subordinadas não têm, muitas vezes, consciência da dimensão da opressão e dos valores conservadores a que estão sujeitas (LINS, 2007, p. 24). Para Althusser ([1969] 1985, p. 85. Grifos do autor) “[...] a ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos

⁵ O termo patriarcado se origina da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkle* (origem, comando). A expressão refere-se, segundo Engels (1984), a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder. Saffioti (2004, p. 44), por sua vez, define patriarcado como o “[...] regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”, Weber (2000, p. 184) chama de “[...] patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas”.

indivíduos com suas condições reais de existência”, por isso, a ideologia de dominação é ampla e se estende às esferas maiores da sociedade, como raças, nações e outros.

Assim, o patriarcado foi se fortalecendo nas sociedades e povos antigos, tanto que, no antigo Egito a mulher continuou atendendo às atividades domésticas, servindo aos filhos, marido e servos. O compromisso da mulher era gerar filhos, cuidar e tratar das enfermidades de todos da família, inclusive zelar pelos ídolos e aqueles que necessitassem de ajuda. (LINS, 2007, p. 25). Os egípcios no Mundo Antigo tratavam o casamento como um evento de considerável relevância para as mulheres, fosse pelo objetivo da procriação, para cuidar de novo lar e/ou sair do domínio do pai e passar à submissão de outro homem. Para isso, as meninas casavam-se por volta dos 12 anos e os meninos com idades entre 15 a 19 anos. Percebe-se, contudo, que, desde o Egito Antigo, as mulheres já lutavam por reaver a igualdade de direitos com o homem, inclusive pela busca por cargos e outras ocupações políticas.

Mocellin (2000, p. 9) relata sobre uma mulher egípcia, que viveu há mais de três mil anos A.C. e que é apresentada ao lado do marido, o homem ladeado pela mulher e de mãos dadas, simpáticos e felizes, acompanhados pelos filhos, aparentando ser uma família igualitária e feliz, porém quando se busca informação sobre o relacionamento homem e mulher, como no caso do casamento, o que é encontrado é o que foi escrito, por homens, e na leitura desses materiais há necessidade de se analisar, também, o silenciamento que ocorre quando se narra sobre a vida das mulheres, como por exemplo, a representação da mulher nos textos iconográficos, escritos ou arqueológicos.

A ausência de informações sobre a figura da mulher, nesse aspecto, se dá porque ao silenciar a figura feminina se apagam outras possibilidades de significá-la. Orlandi (2007, p. 76) afirma que “[...] toda dominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras”, dessa forma, a exclusão da mulher dos espaços sociais, inclusive o da escrita, é naturalizada, materializando a sua insignificância.

Do ponto de vista jurídico, a mulher podia ter propriedades, legar bens e fazer testamentos, além de ter o direito de agir sob sua própria responsabilidade, sem consentimentos de terceiros ou de seu marido, se fosse casada, o que é um paradoxo, quando comparado ao que o autor diz sobre a questão da infidelidade da mulher e do homem, pois, quando um dos cônjuges do casal egípcio era infiel, havia uma pena bastante severa para aquele que fosse o transgressor. Caso fosse o homem, a punição era a de levar cem bastonadas ou ter de cumprir pena de trabalhos forçados; se fosse a mulher, a punição era ter o nariz cortado ou ser lançada aos crocodilos. Vê-se nesse relato que havia julgamentos e condenações diferentes para o casal.

Todavia, há registros de que essas condenações não passavam de teorias, pois, na prática, os homens introduziam concubinas em suas casas e, com isso, o adultério ocorria normalmente, naturalizado na sociedade egípcia. Caso a mulher adulterasse, o marido aplicava, muitas vezes, uma surra na esposa e tudo voltava ao normal.

Segundo o autor, a poligamia era admitida na sociedade egípcia, porém, o número de casos era pequeno, com exceção do faraó, que possuía várias esposas. Quanto à poliandria – mulher casada com mais de um homem – não há registros de que tenha existido nessa época da história. A endogamia – casamento entre irmãos – era comum na família dos faraós, pois, Pepi I, por exemplo, desposou suas duas irmãs e duas meio-irmãs.

Noblecourt (1994, p. 336) também relata sobre a relação de igualdade entre o homem e a mulher egípcia:

O lugar da mulher, na sociedade egípcia de então, constitui, pois, uma das mais belas demonstrações da modernidade dessa civilização que soube fazer da mãe, da esposa e da filha, o objeto da mais perfeita igualdade, dentro da mais lógica das diferenças, estado que a europeia do início do século XX estava, em muitos pontos de vista, bem longe de ter atingido.

De acordo com o autor, a mulher egípcia administrava a casa, tinha uma identidade própria, não usava o nome do marido e podia ser autorizada a exercer as mais diversas profissões, tais como escribas, médicas, sacerdotisas e outras.

Na realeza, era a Grande Esposa que transmitia o direito ao trono. Algumas mulheres chegaram a ter grande poder como, por exemplo, a rainha Hatshepsut. Outras exerceram grande poder sobre seus maridos, como Nefertiti, em relação ao Faraó Amenófis IV, e Nefertari em relação a Ramsés II. Embora tenhamos encontrado esses relatos sobre as mulheres desse período histórico é sabido que eram os homens letrados que escreviam sobre as mulheres.

Sobre a mulher na Mesopotâmia, por volta do terceiro milênio antes de Cristo, é possível afirmar, segundo Mocellin (2000), que as mulheres levavam uma vida de opressão e as leis as tratavam de forma diferente dos homens, o que pode ser considerado como o uso de dois pesos e duas medidas. Uma das leis que regulamentava os conflitos matrimoniais dos sumerianos, assinada por Oto Pierre, dizia: “Se uma mulher pratica o adultério deve-se jogá-la no rio! Se o marido pratica o adultério ele deve pagar meia mina de prata”. Essa premissa mostra a

desigualdade nos modos de punição: ao marido a afetação é financeira enquanto a mulher paga com a morte.

O casamento entre os mesopotâmios, atual região ente Iraque e Kuwait, era monogâmico e arranjado pelos pais, apesar de a poligamia não ser proibida. O divórcio era admitido e o marido deveria indenizar a mulher se esta fosse repudiada. O adultério feminino, por sua vez, tinha uma punição bem maior e a mulher recebia a pena de morte, o que só era revogado caso o marido perdoasse a esposa.

A prática da prostituição masculina era bastante comum na Mesopotâmia, embora as leis desse povo punissem severamente as mulheres que violassem as leis matrimônias. Como punição pela transgressão, muitas mulheres sofriam mutilações, tais como amputação de dedos, de um lábio, do nariz, dos seios e das orelhas; também havia as mortes por afogamento, estaca ou enforcamento – o que ocorria com frequência na sociedade sumeriana.

Já as mulheres hebreias que viveram no século VII a.C. desfrutavam de alguns direitos civis, estas podiam ter propriedades e trabalhar por conta própria. Entretanto, o adultério feminino era tratado com rigor, sendo a mulher apedrejada até a morte, segundo a Lei Mosaica – que era composta por um código de leis formado por mandamentos, ordens e proibições, que, segundo as escrituras hebraicas, fora dada por Deus por meio do profeta *Moisés*, tendo sido os *Dez Mandamentos* escritos em tábuas de pedra pelo próprio dedo de Deus.

Pelo viés da história da religião, sobre a organização das sociedades do século VII a.C. e, mais especificamente, das famílias, Tenney; Packer; William (1982, p. 17-20) nos dizem que as filhas primogênicas ocupavam lugares privilegiados e tinham deveres na família⁶. Assim, se a família não tivesse filhos do sexo masculino, as filhas poderiam herdar os bens do pai (Números 27:5-8)⁷; mas só poderiam conservar a herança se se casassem dentro de sua própria tribo (Números 36:5-12). O pai tomava por ela todas as decisões importantes, tais como com quem ela devia casar-se. Mulheres solteiras, ficavam sob o domínio legal do pai até que se casassem, passando a seguir a obedecer aos maridos, a quem chamavam de senhor. Estes maridos tinham autoridade total sobre elas.

Há registros de que a mulher era solicitada a dar o seu consentimento na escolha de um noivo, e, às vezes, até lhe era permitido declarar preferência na escolha do seu futuro marido (de acordo com Gênesis 24:58; e Samuel 18:20, do Velho Testamento). Dessa forma, o pai

⁶ A primogênita de Ló tentou convencer a irmã mais nova a ter um filho do próprio pai, para preservar a linhagem familiar (Gênesis 19:31-38). Do mesmo modo, na história de Labão e Jacó, outra filha primogênita, Lia, teve prioridade sobre a irmã mais moça (Gênesis 29:26) e foi dada em casamento primeiramente.

⁷ Conforme os modos de apresentação da Bíblia, onde aparece o livro, seguido do capítulo, e do(s) versículo(s), por exemplo, Salmos 37: 23-24.

aprovava as escolhas da filha antes que o compromisso fosse assumido (conforme Números 30: 1-5, do Velho Testamento).

Embora leiamos registros bíblicos de que havia certa liberdade para as mulheres desse período, observamos, também, que a vida da grande maioria delas era controlada pelos homens e marcadas pelas diferenças entre os gêneros masculino e feminino.

Um fato curioso que vale a pena ser mencionado é o conteúdo do livro bíblico Levítico que, escrito possivelmente no segundo milênio a.C. e de provável autoria mosaica, apresenta o registro acerca da purificação das mães depois do parto, que se tornavam impuras nessa ocasião, em razão do sangramento. Todavia, o que chama a atenção no livro é que, sem apresentar nenhuma razão clara, o período de separação, o afastamento do arraial, era de 40 dias, caso o bebê fosse menino, e de 80 dias, em se tratando de menina (TENNEY; PACKER; WILLIAM, 1982).

Como pudemos observar, o discurso histórico sobre a opressão das mulheres ocorreu em diferentes sociedades e períodos da história, independentemente de região e/ou localidade, assim, pois, não é de estranhar que a mulher seja oprimida desde a origem do ser humano. Se assim foi na vida social e cultural, também o foi/ o é na religião, em alguns lugares do mundo, como aponta a *Fundação Thomson Reuters*, quando ranqueia os lugares mais violentos para as mulheres viverem: 1º Índia, 2º Afeganistão, 3º Síria, 4º Somália, 5º Arábia Saudita, 6º Paquistão, 7º República Democrática do Congo, 8º Iêmen, 9º Nigéria, 10º Estados Unidos.

Embora a vida das mulheres desse período bíblico fosse governada pelos homens, há registro de que elas passavam por concursos de beleza, eram escolhidas para serem esposas de príncipes e reis, tornando-se esposas da alta aristocracia, bem como também se tornavam juízas e rainhas, como são os casos de Débora, Rute e Ester.

O espaço geográfico registrado na Bíblia, onde viveram Débora, Rute e Ester, é o da região chamada hoje de Oriente Médio ou de Oriente Médio Antigo, e comporta países como Egito, Turquia, Israel, Líbano, Síria, Jordânia, Arábia Saudita, Iraque e Irã. A região possui uma área menor que a dos Estados Unidos e, boa parte dela, é formada por desertos. As maiores e mais antigas civilizações prosperaram em torno dos rios dessa região – o Império Egípcio, ao longo do rio Nilo, e os Impérios Sumério, Assírio, Babilônico e Persa, na região dos rios Tigre e Eufrates, onde se situa hoje o Iraque.

No século XII a. C, há a presença de Débora, que se tornou juíza de Israel, por volta de 1209-1169 a.C., sendo, também, profetiza e a quarta juíza em Israel. Ela é a única mulher citada na Bíblia a ter a posição de juíza. Sua origem parece ser simples, pois, no texto bíblico ela é

apresentada como esposa de Lapidote e prestava atendimento, como profetisa, debaixo das palmeiras. Sua história está descrita no Livro dos Juízes, capítulos 4 e 5.

Débora teve um papel importante no seu tempo, pois juntamente com Baraque, liderou os israelitas contra o domínio de Canaã, tornando-se autoridade importante em Israel, quando os líderes reorganizaram as tribos de Israel para derrotar o rei Jabin de Canaã e seu comandante militar, Sísara, na grande planície de Jezrael, banhada pelo rio Kishon, perto de Megido. Essa vitória uniu as tribos autônomas e dispersadas no norte de Israel – Issacar, Zabulon e Neftali; e as do sul – Efraim, Benjamim e Manassés – constituindo-se como elemento unificador da religião e trazendo quarenta anos de paz.

Prosseguindo com as histórias das mulheres, mencionamos as de Atenas, que viveram durante o século V a.C. e que viram a construção do Partenon – dedicado à deusa virgem Parthenos – e tiveram a oportunidade de conviver com as palavras do filósofo Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), que afirma, em seu livro Política, no trecho 1254b 12, “[...] também entre os sexos, o macho é por natureza superior e a fêmea inferior, o macho governador e a fêmea subjugada”.

Quando se estuda a vida da mulher ateniense, verificam-se enormes diferenças entre as mulheres-cidadãs, que eram as esposas, e as não-cidadãs, que eram as concubinas, cortesãs e prostitutas, que eram mulheres estrangeiras, respaldadas legalmente para essas tais práticas, visto que atendiam aos desejos naturais da maioria dos homens. (MOCELLIN, 2000, p. 122).

A história ateniense retrata, contudo, que a vida das mulheres prostitutas era miserável, pois quase sempre eram escravas, moravam em habitações precárias e eram exploradas por gigolô, além de serem subnutridas, embriagadas e morrerem precocemente.

Havia também a mulher hetaírai (companheira), que era o nome dado às cortesãs e prostitutas sofisticadas, que, além das prestações sexuais, ofereciam companhia, mantendo com os clientes um relacionamento prolongado. Tratava-se de mulheres belas e talentosas, que inebriavam os homens com sua beleza física e seus dotes literários e musicais.

Demóstenes, um importante orador e político ateniense, que viveu na Grécia antiga durante o quarto século a. C. proferiu: “Temos as cortesãs para o prazer, as concubinas para se ocuparem de nossos cuidados, as esposas para que nos deem filhos legítimos e sejam guardiãs de nossas casas”.

Também havia diferença de tratamento entre as mulheres pobres e as ricas, assim, o que havia de comum entre todas essas mulheres, segundo os registros, era o fato de que suas vidas eram controladas pelos homens, pois não gozavam de direitos políticos e estavam sempre guiadas por um homem, fosse pai, irmão, marido ou filho. Assim, tinham vidas reclusas e eram

vistas pelos homens com desprezo e/ou desdém, sendo mais valorizadas as que fossem caladas e discretas.

Péricles, um importante general, um dos principais líderes democráticos de Atenas, considerado a maior personalidade política no século V a.C. disse às mulheres: “As pessoas ter-vos-ão em maior estima se vos comportar da melhor maneira que puderdes e se os homens disserem o menos possível sobre vós, que estejam a elogiar o vosso bom senso ou a criticar-vos por não o terem” (JONES, 1997, p. 124).

Outro que relatou sobre as mulheres atenienses foi o poeta Posidipo, contemporâneo de Péricles, no século V a. C.: “Um filho sempre se cria, mesmo quando se é pobre; uma filha abandona-se, mesmo quando se é rica”. Apesar de não ser corriqueiro, era considerado aceitável o abandono do recém-nascido, caso fosse menina.

Quanto à educação, a mulher ateniense era subordinada ao pai e educada pela mãe para aprender as prendas domésticas. A educação mais formal também era dada e elas eram trancafiadas no Gineceu, aposento feminino, onde aprendiam de forma rudimentar, recebendo um pouco da educação primária e canto.

Era também o pai quem escolhia o marido da filha e a parte sentimental pouco contava, já que o casamento tinha dois objetivos básicos: a transmissão da propriedade e a sequência da linha familiar. A cerimônia era realizada por meio de um contrato e a jovem noiva trazia um dote, geralmente em dinheiro. Quanto ao divórcio, o homem podia divorciar-se quando desejasse, sem apresentar qualquer justificativa. Já a mulher, para divorciar-se, teria de provar que sofria maus-tratos. O adultério e a esterilidade – da parte da mulher - eram motivos para a separação. No entanto, ambos os comportamentos, da parte do homem, não davam motivos para que se desfizesse o casamento. Vale ressaltar que, nesses dias passados, a fertilidade era bastante valorizada e, caso uma mulher fosse estéril, isto era considerado motivo justo para o marido pedir-lhe o divórcio.

A vida cotidiana das mulheres atenienses pobres era calcada nos trabalhos pesados, muitas tinham jornada dupla de trabalho, ajudavam seus maridos na agricultura, nas lavouras e nas atividades do campo. Já as ricas podiam se dar ao luxo de ter uma vida mais confortável. Quando o marido recebia convidados para os jantares, suas esposas não podiam participar desses momentos, podendo apresentar-se apenas em reuniões de família.

Caso alguma mulher se sentasse para jantar com algum homem, o marido poderia usar tal fato para fazer uma denúncia de infidelidade da parte dela. As atenienses também não participavam dos Jogos Olímpicos e, as casadas também não podiam assisti-los. E, se alguma mulher violasse essa lei, era jogada ao mar do alto de um penhasco.

Mocellin (2014, p. 26) teoriza que há um certo paradoxo no comportamento da sociedade ateniense em relação às mulheres, pois, ao mesmo tempo em que lhes nega os direitos civis e políticos, reconhece a relevância de seu papel, já que ela contribuía sobremaneira nessa mesma sociedade. O autor afirma que os homens atenienses conviviam com um misto de medo e desprezo por essa mulher que os servia de diferentes formas.

Jones (1997, p. 168), explica os papéis desempenhados pelas mulheres mediante o mito e os sentimentos ambíguos dos homens em relação a elas:

Também aqui, tal como no seu papel no ritual, o que chama a atenção é a proeminência das mulheres. Mas, papéis – visto pelos homens – são permeados de ambiguidades e tensões. Ou seja, as atitudes masculinas às mulheres atenienses tal como são reveladas nas projeções imaginativas do mito mostram um profundo sentimento de mal-estar. Elas oscilam entre os polos do medo, até repulsa, e da dependência total em relação às mulheres. (JONES, 1997, p. 168).

O filósofo Platão, que viveu 348-347 a. C., escreveu em A República – V livro, que “[...] a mulher é a reencarnação dos homens covardes e injustos”. Do mesmo modo, Aristóteles, 384-322 a.C., escrevendo sobre suas pesquisas em história natural, na zoologia, entre descrições de peixes, mariscos e outros diferentes animais, disse que “[...] a mulher é fêmea em virtude de ser mais vulnerável à piedade, de chorar com mais facilidade, ser mais propensa à inveja, à lamúria, à injúria, ter menos pudor e menos ambição e, ser menos digna de confiança”.

Na cidade de Esparta, que ficava em uma localidade da Grécia Antiga, situada às margens do rio Eurotas, no sudeste da região do Peloponeso, sendo uma das mais notórias cidades-estado da Grécia Antiga, todos viviam para a guerra e a mulher espartana teve que se adaptar a esse estilo de vida. Tinha que se alimentar bem e realizar treinos físicos com o objetivo de gerar filhos fortes e saudáveis, que seriam bons guerreiros na guerra. Assim, devido aos treinos e exercícios físicos, a mulher espartana apresentava uma aparência masculinizada e, por isso, era ironizada por mulheres de outras regiões da Grécia, por ter um corpo musculoso parecido com o dos homens da sua sociedade.

Mesmo sem ter direitos políticos, a mulher espartana era responsável pela administração total dos bens do marido. O homossexualismo, feminino e masculino, era comum, pois tanto a solidão das mulheres quanto a convivência entre os guerreiros, contribuía consideravelmente para isso. A masturbação era incentivada pelos espartanos, que consideravam essa prática uma válvula de escape, e não um vício ou doença, já que os homens ficavam longas temporadas distantes das mulheres, por estarem guerreando em diferentes regiões.

Citemos também a mulher etrusca, que segundo relatos, gozava de plena igualdade social com o homem. A sociedade etrusca era constituída de povos que viveram na península Itálica, na região ao sul do rio Arno e ao norte do Tibre, mais ou menos equivalente à atual Toscana, com partes no Lácio e a Úmbria, hoje região da Europa.

A etrusca, ao contrário da grega ou da romana, segundo a história contada pelo patriarcado (MOCELLIN, 2014), não era marginalizada da vida social, senão que participava ativamente dos banquetes, nos jogos ginásticos e nas danças. Esta situação social da mulher entre os etruscos, bem mais livre do que entre gregos e romanos, fez com que gregos e latinos considerassem "promíscua" e "licenciosa" a cultura etrusca. Entre helenos e latinos, as mulheres estavam absolutamente subordinadas aos homens. Desse modo, a mulher etrusca tinha uma posição relevante entre os aristocratas, pois que estes eram poucos e amiúde estavam envolvidos na guerra: por isto, os homens escasseavam. Esperava-se que a mulher, em caso de morte do marido, assumisse a tarefa de assegurar a conservação das riquezas, a continuidade da família e, por meio dela, transmitia-se e preservava-se a herança e bens do marido.

Desconhece-se ao certo quando os etruscos se instalaram na região, mas foi provavelmente entre os anos 1.200 a. C. e 700 a. C.. A Etrúria era composta por cerca de uma dúzia de cidades-estados, dentre estas, a cidade de Fescênia. Eram cidades consideradas civilizadas e tiveram grande influência sobre os romanos, pois, próxima a Roma, a cidade ficou conhecida como um local de devassidão, em razão dos populares versos fesceninos⁸, ou seja, versos licenciosos, cultivados entre os romanos, que ficaram conhecidos como versos obscenos

Apresentamos o pensamento do escritor e gramático latino Hulo Gélio⁹ (*apud* MOCELLIN, 2000, p. 57), que escreveu sobre a mulher romana que viveu no século II d.C.: “Mas já que a natureza quis, por um lado, que fosse absolutamente impossível ser-se feliz com as mulheres, e, por outro, que elas fossem necessárias à propagação da espécie humana, é preciso que sacrifiquemos à conservação do estado a felicidade da nossa vida”.

Outro ponto importante a ser mencionado sobre a mulher romana, e que merece destaque, vem do ponto de vista jurídico, que a considerava como um ser inferior ao homem. Quando saía da autoridade do pai, imediatamente passava a submeter-se ao marido e, quando este morria, passava a ser governada pelo filho mais velho, que assumia o comando da família, “[...] elas nunca foram consideradas cidadãs e, portanto, não podiam exercer cargos públicos” (FUNARI, 2002, p. 94).

⁸ Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, São Paulo, 2021. .

⁹ Hulo Gélio nasceu em 130 d.C., na Itália, provavelmente em Roma, sendo que sua única obra, conhecida como *Noites Ática*, foi publicada em vinte volumes.

Ademais, segundo Finley (1991, p. 38), em Roma, o nascimento de uma criança não significava que seria reconhecida pela família, pois, assim que nascia um bebê, cabia ao pai a prerrogativa de aceitá-la ou não. E o conhecido ato de levantar o recém-nascido significava que ele estava sendo aceito pelo pai; caso não fosse aceito era colocado em um local público para quem quisesse recolhê-lo. As mulheres recebiam o nome de família, como por exemplo, filha de Marco Túlio Cícero, chamar-se-ia Túlia.

Quanto aos nomes próprios das mulheres, Finley (1991, p.151), diz:

Para começar, as mulheres não possuíam nomes individuais propriamente ditos até uma época relativamente tardia da história romana. Cláudia, Júlia, Cornélia, Lucrecia são simplesmente sobrenomes com uma terminação feminina. As irmãs tinham o mesmo nome, só podiam ser distinguidas por meio de epítetos como “a mais velha”, “a mais nova”, “a primeira”, “a segunda”, e assim por diante. No caso, não tão incomum, de casamento entre primos pelo lado paterno, mãe e filha também teriam o mesmo nome. Não há dúvida de que isso causava grande confusão e, somos tentados a sugerir, uma confusão desejada, visto que nada seria tão fácil modificar. Não era preciso ser um gênio para ter a ideia de dar a toda menina um nome pessoal, como se fazia com os meninos. É como se os romanos quisessem sugerir, não muito sutilmente, que as mulheres não eram ou não deveriam ser indivíduos genuínos, mas apenas frações de uma família. E frações anônimas e passivas visto que as virtudes encorajadas eram o decoro, a castidade, a graça, a serenidade e a fertilidade [...].

As meninas romanas, ao nascerem, ficavam sob a custódia do *pater familias*, que tinha total poder sobre estas, pois, além de ser o mais elevado estatuto familiar na Roma Antiga, tomava sempre uma posição masculina, visto que o termo latino significa “pai da família”. Assim, aos doze anos, já estavam preparadas para o casamento e os atributos femininos mais valorizados eram os cabelos loiros, seios pequenos e quadris largos.

O casamento das romanas era regulamentado pelo Estado, as questões afetivas e amorosas não eram consideradas e os escritores romanos pouco retrataram o amor em seus escritos, pois o casamento visava à conquista ou a manutenção do poder.

Há registros de algumas formas de casamento entre os romanos: 1) modelo de união em que a mulher passava para a família do marido juntamente com todos os seus bens; 2) modelo que predominou no auge do Império e consistia que a mulher, mesmo casada, continuasse em poder do pai e permanecesse dispondo dos bens; 3) modelo em que a noiva se comprometia, diante do altar e dos deuses do noivo, a alguns juramentos: ser fiel, ser prestativa, ser boa mãe, ser organizada, ser eficiente e ser econômica.

No período republicano, a mulher tinha total submissão ao marido e o adultério feminino era punido severamente, sendo raro o número de divórcios. Segundo a tradição, há um caso de divórcio datado de 231 a.C., que conta que um patrício romano repudiou a mulher por esta ser estéril.

A respeito do período, Massey (1988, p. 53) informa que os “[...] homens são frequentemente apresentados como pessoas fortes e ativas capazes de fazerem coisas. As mulheres, por outro lado, aparecem passivas e dependentes, exceto nas lides domésticas, em que têm que cuidar dos maridos e dos filhos”.

Imagens nos vasos gregos, utilizados como utensílios diários, ornamentos e oferendas como prêmios, apresentam a mulher trabalhando. Há dois grupos distintos de mulheres representadas nos potes gregos: o das cidadãs livres, esposas e filhas que são retratadas executando tarefas domésticas, como apanhando água, tecendo, fiando, cuidando de crianças e outros; e o das mulheres escravas, ex-escravas e estrangeiras. Essas últimas participavam de atividades relacionadas à diversão ao entretenimento (como cantar, dançar, tocar instrumentos musicais e outros).

A sociedade masculina das classes mais altas descrevia o primeiro grupo como mulheres respeitáveis e o segundo como menos respeitáveis. Entretanto, em ambos os grupos as mulheres estão condicionadas a servirem aos homens, seja por meio do trabalho doméstico e familiar ou proporcionando-lhes prazer e entretenimento fora de seus lares (MASSEY, 1988, p. 57).

No início do século I d.C., outras diversas leis foram promulgadas aumentando os direitos e as responsabilidades da mulher romana. Assim, o imperador Otávio Augusto, no ano 27 a.C. a 14 d.C., objetivando aumentar a natalidade, estabeleceu que a mulher que tivesse três filhos deveria receber honras por contribuir com a procriação, já que sua missão era transmitir os valores cívicos e étnicos. Igualmente, devido às influências estrangeiras, as conquistas de novas terras, o ócio e a mudança de mentalidade fizeram com que o adultério feminino fosse mais tolerado, de forma que o imperador Otávio Augusto decretou que, se houvesse adultério em uma família, toda esta seria punida, inclusive o marido e os vizinhos, caso soubessem do fato e não denunciassem.

Quanto à criação dos filhos, há registros de que o aborto e o abandono, principalmente das filhas, eram práticas comuns entre os romanos. Do mesmo modo que outros povos já mencionados, também era comum que a sociedade romana exigisse fidelidade de suas mulheres, no entanto, cabia aos homens, principalmente aos aristocratas, o livre direito de terem uma vida sexual variada, podendo ter amantes, sustentar concubinas, se divertir com prostitutas e terem relações com homossexuais. Desse modo, a satisfação sexual fora do casamento,

sustentada por relacionamentos extraconjugais era intensa, e, igualmente, a satisfação nos relacionamentos conjugais, pois o sexo representava fonte de vida espiritual para os romanos.

Há relatos de historiadores romanos, como Suetônio, Tácito, Dion Cássio e outros, que narram feitos indecorosos sobre os excessos e aberrações sexuais da classe dominante, principalmente imperadores e imperatrizes. Os aristocratas, governantes e líderes dos altos escalões da sociedade procuravam conciliar as exigências morais e sociais da sociedade com os seus desejos sexuais, todavia, tais atos sempre terminavam explícitos para o povo.

Sobre a prática do concubinato romano, a lei dizia que, legalmente, cada cidadão poderia ter apenas uma esposa, no entanto, não seria nenhum escândalo se algum homem optasse por uma ou mais concubinas. Alguns imperadores, como Augusto e Marco Aurélio, considerados honestos, eram casados e tiveram suas respectivas concubinas. Muitas concubinas partilhavam o leito com a esposa legítima e tinham relações estáveis e duradouras. Já os relatos sobre a prostituição feminina em Roma remontam à lenda da fundação da cidade, pelos irmãos Rômulo e Remo, que foram lançados ao rio Tibre, salvos, amamentados por uma loba e criados por um pastor. Salvo o relato da lenda, para os romanos a prostituta continua sendo uma loba – pelo apetite sexual da fêmea do lobo – sempre à espera do cliente.

As prostitutas eram, em sua maioria, escravas libertas ou mulheres livres, cuja família caíra na miséria; pertenciam a um dono e suas atividades representavam um negócio rentável. À vista disso, para um homem era normal frequentar um *lupanar* – tabernas tradicionalmente dedicadas à prostituição, que apesar de serem lugares perigosos devido às doenças e desavenças entre os homens, eram frequentadas pela elite romana com regularidade. Lá os homens encontravam belas mulheres, com corpos perfeitos, trajes ousados, joias, maquiagens e técnicas sofisticadas na arte de fazer sexo. Apesar de serem lugares perigosos devido às doenças e desavenças entre os homens, esse espaço era frequentado pela elite romana com regularidade.

Igualmente, a religião em Roma, assim como a política, era dominada, com raras exceções, pelo público masculino. Nos cultos à deusa Vesta, a deusa romana do lar, por exemplo, era costume serem escolhidas seis virgens, de nobres e abastadas famílias, que com votos de castidade serviam aos rituais. Se alguma quebrasse o voto de castidade, seria enterrada viva, sendo sempre subordinada a um líder homem. Entretanto, havia alguns outros rituais religiosos nos quais as mulheres tinham papéis importantes, tanto quanto os homens, como na religião cristã.

Pretendemos, a partir de agora, discorrer um pouco sobre algumas mulheres que viveram seus dias no início do Cristianismo, considerando que até aqui não encontramos nenhum registro histórico que demonstre uma vida digna para a mulher, ou seja, ela continua

vivendo no subjugo dos homens tendo os seus direitos negados, renegados e silenciados, pois o que esse desenrolar histórico tem nos mostrado é que há um silenciamento sobre a condição de vida da mulher se dar em igualdade com a do homem.

O Cristianismo, por seu tempo, apresenta muitas mulheres desenvolvendo diferentes e relevantes papéis, como também mostra certo rompimento com algumas leis, como a Mosaica, por exemplo, que condenava o adultério.

Vejamos o relato em São João 8:1-11:

1. Depois todos foram para casa, mas Jesus foi para o monte das Oliveiras. 2. De madrugada ele voltou ao pátio do Templo, e o povo se reuniu em volta dele. Jesus estava sentado, ensinando a todos. 3. Aí alguns mestres da Lei e fariseus levaram a Jesus uma mulher que tinha sido apanhada em adultério e a obrigaram a ficar de pé no meio de todos. 4. Eles disseram: - Mestre, esta mulher foi apanhada no ato de adultério. 5. De acordo com a Lei que Moisés nos deu, as mulheres adúlteras devem ser mortas a pedradas. Mas o senhor, o que é que diz sobre isso? 6. Eles fizeram essa pergunta para conseguir uma prova contra Jesus, pois queriam acusá-lo. Mas ele se abaixou e começou a escrever no chão com o dedo. 7. Como eles continuaram a fazer a mesma pergunta, Jesus endireitou o corpo e disse a eles: - Quem de vocês estiver sem pecado, que seja o primeiro a atirar uma pedra nesta mulher! 8. Depois abaixou-se outra vez e continuou a escrever no chão. 9. Quando ouviram isso, todos foram embora, um por um, começando pelos mais velhos. Ficaram só Jesus e a mulher, e ela continuou ali, de pé. 10. Então Jesus endireitou o corpo e disse: - Mulher, onde estão eles? Não ficou ninguém para condenar você? 11. Ninguém, senhor! - Respondeu ela. Jesus disse: - Pois eu também não condeno você. Vá e não pegue mais! (São João, 8. 1-11, BÍBLIA NOVA TRADUÇÃO NA LINGUAGEM DE HOJE)

Fato interessante sobre essa narrativa bíblica é que apenas São João narra o encontro da mulher adúltera com Jesus Cristo. Os demais evangelistas, Mateus, Marcos e Lucas também registraram sobre a vida do mestre galileu, mas não disseram desse encontro dele com a samaritana, o que nos causa certo estranhamento, pois mesmo sendo o adultério um comportamento reprovável e condenável, há apenas um registro desse fato. O silenciamento seria pelo fato de não se dar ao trabalho de falar sobre uma mulher, ainda mais num contexto condenável? Ou por que fatos envolvendo a vida “pecadora” das mulheres causavam desconforto quando expostos?

No livro sagrado dos cristãos, há diversas referências às mulheres que participam das/nas narrativas e, embora nem sempre seus nomes fossem citados, há algumas que atuaram de forma relevante na evangelização e serviços cristãos, como Priscila que, juntamente com seu marido Áquila, ajudou o apóstolo São Paulo na implantação e expansão da igreja cristã do primeiro século, acontecimento considerado um marco no seio do cristianismo.

Do mesmo modo, Febe, que foi uma cristã mencionada na carta que o apóstolo Paulo escreveu aos romanos, referindo-se a ela como estando a serviço da igreja e descrevendo-a como diaconisa. Embora o termo grego utilizado por Paulo tenha sido no masculino, ele o utilizou em razão de não haver, no grego, um equivalente feminino.

Há outras mulheres que marcaram seu tempo no cristianismo romano, Maria Madalena, Maria, mãe de Tiago, Marta e Maria, pois seguiam e serviam a Jesus, conforme o relato bíblico, quando, na Lei Judaica, os profetas eram, em sua maioria, homens.

Nas leis cristãs, conforme mencionado anteriormente, tanto o adultério feminino quanto o masculino eram considerados pecado, mas a pena mais dura e pesada cabia sempre à mulher que era condenada e julgada até à morte, enquanto ao homem cabiam punições mais leves, como “pagar o seu erro com uma cesta básica” ou a prestação de algum trabalho, como o é na atualidade.

Nos registros da história da vida das mulheres, há alguns paradoxos que considerarmos, também. Encontramos na narrativa de João, capítulo quatro, versículo quarenta e dois, a história de uma mulher mencionada apenas como “mulher samaritana”. Ela é relatada como alguém que se encontra com o mestre galileu e lhe confessa seu adultério. Diz-se que ela foi ao meio-dia, buscar água junto ao poço de Sicar, quando se encontrou com Jesus e começou a confessar seus pecados, contou que tinha um homem com quem se relacionava, porém, este não era seu marido, mas marido de outra mulher. O relato diz que Jesus teve um diálogo com ela e a acolheu.

A religião é um conjunto de crenças, devoções e fé em algo que une fortemente as pessoas que a praticam em comunidade, assim, os cristãos entendiam a mulher adúltera segundo os seus preceitos religiosos, mas Jesus praticava um estilo de vida que contrariava todas as formas de crenças e práticas que desvalorizavam e humilhavam o ser humano, visto pregar e praticar a recuperação dos homens, portanto os mais erráticos. Então, a passagem de João sobre a mulher samaritana tem, na atitude de Jesus, o exercício daquilo a que deu a vida.

Alguns homens se destacaram na religião cristã e tiveram grande influência sobre a vida e a valoração das mulheres consideradas boas, como Clemente de Alexandria, que viveu entre 150-215 d.C. e em sua obra *O Pedagogo*, deu destaque para o matrimônio como fonte de alegria e procriação, e não de libertinagem e prazeres desenfreados. Assim, o valorizou os relacionamentos estáveis e duradouros, a vida em família, a criação dos filhos, em detrimento da vida devassa dos homens daquela época.

Ao longo deste percurso, que considerou a vida das mulheres, desde dezesseis mil anos a.C até os dias atuais, compreendemos que a condição feminina mudou consideravelmente,

assim, vimos muitas mulheres entrarem para a política, para a economia, para as artes, ocupando diferentes e variados espaços da sociedade, como altos cargos, nos importantes escalões dos governos, em todas as partes do mundo.

Entretanto, essas conquistas decorreram de muitas lutas, pois a situação de submissão da mulher é um fenômeno histórico, conforme explica Ignácio (2008, p. 78),

Esta constatação nos faz entender que não existe uma predestinação na qual a mulher é inferior ao homem. No início da sociedade humana, a organização se dava de maneira tal que as mulheres possuíam uma importância ímpar na consolidação do grupo, tendo lugar de destaque sem que fosse necessária a exclusão ou submissão do papel dos homens. Foi com o desenvolvimento da sociedade humana, e mais precisamente com o surgimento da propriedade privada (e com ela a disputa pelo direito de herança) que se estabeleceu a hierarquia entre os seres humanos. Nesta estrutura hierárquica, as mulheres foram subjugadas ao poder dos homens [...]. (IGNÁCIO, 2008, p. 78).

Nas condições de existência da humanidade muitas mudanças foram ocorrendo e, conseqüentemente, o século 19 trouxe diferentes configurações e, com elas, novas relações sociais se estabeleceram. Assim, o autor explica que foi a Revolução Industrial que promoveu o ingresso das mulheres no mundo do trabalho, como uma consequência inevitável para a crescente acumulação de riqueza da burguesia nascente. No século 20, o número reduzido de homens, em virtude das duas Guerras Mundiais, foi a alavanca básica para o trabalho das mulheres na indústria e em outros setores da economia do Ocidente.

Assim, com as mudanças de ordem econômica ocorrendo, surgiram os grandes movimentos políticos e culturais dos anos 1960, que discutiam questões, tais como os direitos das minorias e, dentre elas, os direitos das mulheres.

Tomando em consideração os estudos de Henry (2014, p. 54), pois para o autor, “[...] a história enquanto tal não existe, pois ela é transparente, e os homens podem lhe dar o sentido que quiserem”, buscamos, por meio dessa retomada, mostrar o modo como a mulher defronta-se, todo o tempo, com relações de forças desiguais que buscam imobilizá-la em um lugar de submissão.

As ocorrências de violência contra a mulher tornaram-se um problema mundial e a história das mulheres e sobre as mulheres vem sendo marcada por essas lutas, resistências e combates às diferentes formas de manifestação de opressões e violências sofridas ao longo de milhares de anos, desde a negação dos seus direitos e liberdades básicas englobando, sobretudo, o direito à livre expressão de pensamento, à igualdade perante a lei e o acesso a estes direitos.

Essa retomada com base nas narrativas históricas acerca da vida da mulher buscou mostrar o modo como esse lugar de submissão vem sendo fortemente defendido pelo patriarcado, que não se furta em praticar toda e qualquer forma de violência, não só física, mas, inclusive, por meio de palavras que se dizem sob o riso.

CAPÍTULO II

DISCURSO DE VIOLÊNCIA E OBJETIFICAÇÃO DA MULHER

"Tão longe quanto se possa olhar no horizonte da história, vê-se apenas a dominação masculina". (PERROT, 2005, p. 468)¹⁰.

A violência contra a mulher a ser tratada neste estudo diz da violação dos direitos humanos das mulheres, que retrata as desigualdades de poder entre homens e mulheres, determinadas ideologicamente, cujos efeitos sustentam a existência da sociedade patriarcal e machista, em que os homens dominam as mulheres. Essa relação de desigualdade, dita como violência de gênero, está presente tanto na família, igreja e sociedade de modo geral, inclusive nos discursos de líderes e governantes do Brasil, bem como de outras partes do mundo.

Refletir sobre a história da vida das mulheres e a questão da violência é urgente, considerando-se que o Brasil ocupa o 5º lugar entre os países mais violentos do mundo no que se refere à violência doméstica contra mulheres¹¹. Outro fator são os registros dos altos índices desse fenômeno psicossocial que atinge não só a saúde física e psicossocial da mulher e sua família, como também impacta outros setores da sociedade, pois, de acordo com o que dizem as pesquisas, no Brasil ocorre uma perda de cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) devido à violência doméstica (CURADO e AUAD, 2008, p. 41).

Outro dado mais recente vem de o Instituto Maria da Penha que se uniu à Universidade Federal do Ceará (UFC), desde 2016, com intuito de analisar a relação entre a violência contra a mulher e sua influência na economia do Brasil. Em 2019, já na terceira edição, o projeto coordenado por José Raimundo Carvalho, professor da UFC, juntamente com Maria da Penha, compartilharam os resultados apresentando a Pesquisa de Condições socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Pcscdf)¹². Segundo o estudo, estimativas apontam que o Brasil perde 1.2% do PIB em consequência da violência contra mulher.

Acompanhar a trajetória de vida das mulheres nesse caminho íngreme por meio do discurso da história é considerar que “[...] um discurso é sempre pronunciado a partir das

¹⁰ Da introdução da *Histoire des femmes en Occident* (História das mulheres no Ocidente), de Perrot (2005).

¹¹ Atlas da Violência 2020, produzido pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

¹² Disponível em: <<<https://www.institutomariadapenha.org.br/projetos/pesquisa-pcsvdfmulher.html>>>. Acesso em 26 ago. 2020.

condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 2014, p. 76). As condições de produção referidas são aquelas que incluem o sujeito e a situação em seu sentido estrito e lato. O sentido estrito, diz sobre o contexto imediato, já o sentido lato compreende o contexto sócio-histórico e ideológico.

Sabe-se, por meio das diferentes narrativas, que esta questão da violência contra a mulher não é recente, estando presente em diversos discursos que atravessam os períodos da história, conforme vimos no capítulo anterior. Só recentemente, no século XIX, com a institucionalização dos direitos humanos, a violência, com suas variadas nuances, passou a ser estudada com maior profundidade e apontada por diversos setores representativos da sociedade, tornando-se, assim, um problema central para a humanidade, bem como, um grande desafio discutido e estudado por várias áreas do conhecimento a ser enfrentado pela sociedade contemporânea.

Nesse processo, sob a injunção do “[...] capitalismo, a prática da humilhação faz parte da produção das relações sociais” (ORLANDI, 2012, p. 219), sendo papel do Estado garantir segurança a todos os cidadãos, portanto extensiva às mulheres. No entanto,

[...] a falha do Estado em sua função de articulador simbólico-político, têm possibilitado condições de produção específicas que produzem, nos furos da ideologia, também *formas de resistência* que têm sua materialidade, sua historicidade de tal modo que não podemos pensá-las apartadas dessas condições que as produzem (ORLANDI, 2012, p. 233. *Grifos da autora*).

A afirmação da autora sobre as condições de produção das formas de resistência, que também apontam para a falha do Estado, nos remete, novamente, à história de subjugação e de humilhação da mulher. Essa condição de vida da mulher está atrelada à condição histórica das relações de classe, sobretudo, a luta de classes, quando burguesia e proletariado, em um cenário de interesses contrários, travam combates no campo econômico, político e ideológico.

Ao estudarmos sobre a condição da mulher na história temos que considerar os segmentos sociais, como econômico, político e ideológico, pois a figura feminina transitou, e ainda transita por esses espaços onde ainda é excluída, renegada e impedida de viver de modo pleno a sua vida, assim como viviam e vivem os homens¹³.

¹³ Quando mencionamos sobre a violência de gênero e/ou a violência contra a mulher consideramos, também, a mulher *transgênero*, que abarca os transexuais e as travestis, enfim uma pessoa que nasceu com determinado sexo biológico e que não se identifica com ele e com seu corpo, como, por exemplo, a pessoa que nasce com genitália masculina, cresce com as transformações causadas pelos hormônios masculinos, mas a sua identificação é com o corpo feminino. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “[...] louvável é o entendimento crescente de que homicídio trans-fóbico contra mulheres travestis e transexuais pode ser qualificado como feminicídio se praticado contra a mulher trans por razões da condição do sexo feminino”. Segundo o documento citado, as violências contra a comunidade LGBTI vão desde crimes de

Só em 2019, o Brasil teve mais de 200 casos de feminicídio¹⁴, cujo crime se dá “por discriminação à condição de mulher”, assim a misoginia, o ódio à mulher e a homofobia surgem do mesmo lugar e decorrem de uma valorização do machismo. O que percebe-se, também, é que a violência doméstica é a origem das demais violências que surgem na sociedade. Famílias que convivem com a violência, crianças bem pequenas, adolescentes e jovens, entendem a violência como um comportamento agressivo já naturalizado, que vem passando pelas gerações familiares.

Por essa razão, a criação da Lei 11.340/06, a chamada Lei Maria da Penha, foi uma ação muito importante do estado, pois com isso, a partir de então, se coíbe os diferentes tipos de violência doméstica e familiar à mulher, oportunizando a partir daí, que as mulheres se sintam mais seguras, primeiramente dentro de seus próprios lares, não havendo mais a necessidade de sofrerem caladas, já que segundo o entendimento cultural, “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

Na segunda edição da pesquisa *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018), “[...] o percentual de mulheres que sofrem a violência dentro da residência é 2,7 vezes o de homens, o que reflete a dimensão da violência de gênero e, em particular, do feminicídio”.

Com isso, percebe-se a construção binária de papéis em que o homem é supervalorizado e a mulher é desprezada, desvalorizada e desqualificada, sentimentos originados da mesma fonte, a misoginia e a homofobia. Talvez por isso, o gay, o homossexual, seja alvo de riso e humor, porque se aproxima da figura da mulher, que vem sendo motivo de riso no discurso na

ódio, como lesão corporal dolosa LGBTIfóbica, em geral são perpetuadas por pessoas consideradas comuns em situações do cotidiano, pois são nestas interações corriqueiras que reside o ódio estrutural para o qual uma política de segurança que valorize a cidadania de pessoas LGBTI+ deveria atentar. (ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 91). Por isso, é de suma relevância que consideremos aqui a violência que esses sujeitos sofrem, como a execução por arma de fogo e apedrejamentos, este último, um crime arcaico utilizado para punição nos tempos passados.

¹⁴ O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante. Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher CPMI-VCM, 2013, p. 1003). Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-igp.sfo2.digitaloceanspaces.com/2013/07/CPMI_RelatorioFinal_julho2013.pdf. Acesso em 20 ago. 2019.

história. Assim, falar da violência contra a mulher é falar também da homofobia, do racismo, classismo, sexualidade e outros.

De acordo com os estudos de Saffioti (2015), violência de gênero é um conceito amplo que abrange vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, sujeitando-os às situações de dor, opressão, tirania e outras pelo uso da força (ou não).

A violência de gênero, de acordo com a autora, faz parte constituinte de um sistema baseado na exploração do ser humano pelo ser humano. Assim, essa autora apresenta dados de pesquisas sobre a violência contra a mulher que, compreendendo o período que vai do final dos anos 90 ao início dos anos 2000, mostra resultados que demonstram a crueldade e a perversidade de uma lógica em que essa prática está, de alguma maneira, naturalizada nas sociedades, de um modo geral.

Apesar dos avanços legais em torno dessa questão da violência – principalmente com a sanção da Lei Maria da Penha, mais especificamente no Brasil – essa é ainda uma realidade para significativa parcela das mulheres, o que se agrava ainda mais quando se trata das camadas trabalhadoras empobrecidas.

Saffioti (2015) apresenta, também, algumas questões de campo teórico, quando tenta definir alguns conceitos para analisar essa forma de opressão, pela proposição de uma análise que desnaturaliza a submissão de um sexo a outro e explica ser a violência um fenômeno social.

Sobre a questão da submissão da mulher, o Atlas da Violência, do Ipea (2017) nos mostra que a taxa de mortes de mulheres bateu recorde, chegando a 4,7 assassinatos a cada 100 mil habitantes. Assim, segundo Manssur (2017), o aumento nos registros de violência contra a mulher deve-se, também, ao fato de que ela se sente mais encorajada a fazer a denúncia, “[...] porque tem consciência de que agora há uma lei”. Desse modo, deduz-se, diz a Promotora de Justiça, que os conflitos aumentam porque “os homens não aceitam a liberdade de comportamento” das mulheres.

A segunda edição da pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019, revela aparente melhora nos níveis de violências sofridas quando homens e mulheres foram questionados sobre terem visto determinados tipos de situação nos 12 meses anteriores à pesquisa: caiu de 66% para 59% da população os que afirmam terem visto uma mulher sendo abordada de forma desrespeitosa na rua ou sendo agredida nos 12 meses anteriores à pesquisa. Essa redução indica que ainda há muito a fazer por parte do Estado brasileiro em suas diferentes instâncias. A pesquisa apontou entre diferentes e variados dados que não houve redução na vitimização sofrida pelas mulheres no período de 12 meses anteriores à pesquisa. Quando questionadas sobre experiências de

assédio e violências física e psicológica sofridas ao longo do último ano, a proporção de mulheres vitimadas nas pesquisas de 2017 e 2019 se manteve estável, 28,6% e 27,4% respectivamente. Isso significa dizer que 16 milhões de mulheres brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência ao longo do ano de 2018.

Outro dado preocupante apresentado pela pesquisa diz respeito a quem foi o autor do delito mais grave de violência relatado, já que 76,4% das mulheres indicaram que o agressor era um conhecido, aumento de 25% em relação à pesquisa realizada em 2017. Dentre os vínculos mais citados destaca-se namorado, cônjuge ou companheiro como o principal perpetrador, com 23,8% (aumento de 23%), ex-namorados e ex-companheiros com 15,2% e vizinhos com 21,1%. Alarmante também é outro dado da pesquisa que indica que a maioria das mulheres continua sendo vítima de violência dentro de casa (42%), e apenas 10% relatam ter procurado uma delegacia da mulher após o episódio mais grave de violência sofrida no último ano. Infelizmente 52% das mulheres alegam não ter feito nada. Esse dado aponta para a pergunta: Por que as mulheres não denunciam? Por que a mulher demora tanto para sair do ciclo da violência?

Alguns fatores contribuem para que a vítima tenha dificuldade e não denuncie o seu agressor, tais como: Riscos do rompimento da relação, vergonha e medo, esperança de que ele mude o comportamento, medo do isolamento, barreiras que impedem o rompimento, dependência financeira e/ou emocional/psicológica, carência de recursos sociais e financeiros e outros. Deixar a relação é um longo processo e sair do ciclo de violência pode demorar de três a dez anos, segundo especialistas. Muitas mulheres não conseguem sair e morrem, no momento quando acontece o feminicídio.

Pesquisa realizada pelo Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que ouviu 2.084 pessoas em 130 municípios brasileiros, nos dias 4 e 5 de fevereiro e divulgado no dia 26 de fevereiro de 2019, indica que 52% das mulheres que sofreram alguma agressão no último ano ficaram caladas. Outras informações relevantes foram apontadas, como: A maioria das mulheres não denuncia o agressor à polícia ou à família, indica pesquisa. Do total de pessoas ouvidas, 1.092 eram mulheres. É a segunda vez que o levantamento é realizado, a primeira foi em 2017. Levantamento encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que 52% ficaram caladas. A maioria das mulheres vítimas de agressão não denuncia o agressor a um órgão oficial e não procura apoio da família ou de amigos.

O Brasil conquistou leis que são eleitas como as melhores do mundo para a defesa das mulheres, no entanto permanece recordista em altos índices de violência. Apesar dos esforços e da maior conscientização da sociedade por meio de campanhas e atividades para a

sensibilização, a violência se mantém estável e crônica. O que fazer para reduzir esses números? Consciência da violência todos têm, talvez seja necessário um trabalho de conscientização para que as pessoas desenvolvam uma educação voltada para o respeito.

Outro aspecto importante nesta discussão é que sobre o conceito de violência de gênero está o conceito de violência contra a mulher, que segundo o Art. 5º, Lei nº 11.340/2006, da Lei Maria da Penha, define-se como “Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

Da mesma forma, segundo a definição da Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada pela OEA em 1994: “A violência contra a mulher constitui uma violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. [...] violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”.

Nas leituras feitas percebe-se que há uma sociedade patriarcal que atravessa milênios, dando poder aos homens e autorizando-os a punir o que consideram como inaceitável na vida das mulheres, punindo-as das mais diversas formas, tanto no seio familiar como nos demais espaços sociais, inclusive, respaldados pelo poder público.

Federici (2017, p. 11), uma autora cujos escritos são imprescindíveis para a compreensão de diversos pontos acerca da condição da mulher na relação com o capitalismo, afirma que seu trabalho tem o objetivo de “[...] combate à subordinação das mulheres aos homens - luta que foi a força motriz do movimento feminista”. Assim, a autora afirma que, a partir de uma análise histórica, é possível compreender que “[...] a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruídas para cumprir novas funções sociais”. E apresenta “[...] como contraponto à teoria marxista-leninista, que as mulheres têm menos poder social do que os homens no capitalismo porque, como “donas de casa”, estão fora das relações capitalistas”. E arremata afirmando ser essa “[...] uma visão cuja tradução política seria a emancipação das mulheres por meio do trabalho assalariado”.

A autora afirma ainda que, a partir de uma análise histórica, é possível compreender que

[...] a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruídas para cumprir novas funções sociais. [...] as mulheres têm menos poder social do que os homens no capitalismo porque, como “donas de casa”, estão fora das relações

capitalistas. [...] uma visão cuja tradução política seria a emancipação das mulheres por meio do trabalho assalariado (*idem, ibidem*).

A historiadora registra que no feudalismo as mulheres tinham acesso à terra: eram lavradoras, pedreiras, parteiras e curandeiras, além disso, tinham conhecimentos sobre ervas e sobre a natureza, o que lhes dava autonomia sobre seus corpos. No entanto, no movimento de caça às bruxas, com a construção de uma nova ordem patriarcal, “[...] os corpos das mulheres, seu trabalho, seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos” (FEDERICI, 2017, p. 305). A partir de então, o esforço para a consolidação do capitalismo era disciplinar o corpo das mulheres, a fim de transformá-las em produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial, a força de trabalho, fato que levou à criminalização de seus corpos.

Na divisão sexual do trabalho no capitalismo, Federici (2017, p. 232) afirma que havia diferenças de poder entre as mulheres e os homens, assim “[...] o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural” permitiu ao capitalismo ampliar imensamente “[...] a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino (*Grifos da autora*).

No Brasil, no que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelas mulheres, as consequências vão desde a baixa frequência ao emprego, passando pelas dificuldades que as mulheres têm em negociar aumentos salariais e conquistas de promoções na carreira profissional. De acordo com uma pesquisa divulgada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIB), de cada cinco dias trabalhados, as mulheres perdem um por causa da violência, de acordo com dados do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde (2007), o que abre a necessidade de se (re)pensar (novas) e outras políticas públicas que atendam às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Federici (2017, p. 19) tenta repensar a análise da acumulação primitiva de Marx, a partir de um ponto de vista feminista, criticando a teoria da disciplinarização do corpo, de Foucault:

[...] a análise de Foucault sobre as técnicas de poder e as disciplinas a que o corpo se sujeitou ignora o processo de reprodução, funde as histórias feminina e masculina num todo indiferenciado e se desinteressa pelo “disciplinamento” das mulheres, a tal ponto que nunca menciona um dos ataques mais monstruosos perpetrado na era moderna contra o corpo: a caça às bruxas [...] para poder compreender a história das mulheres na transição do feudalismo para o capitalismo, devemos analisar as mudanças que o capitalismo introduziu no processo de reprodução social e, especialmente, da reprodução da força de trabalho [...]. [...] a reorganização do trabalho doméstico, da vida familiar, da criação dos filhos, da sexualidade, das relações entre homens e

mulheres e da relação entre produção e reprodução na Europa dos séculos XVI e XVII.

Nessa direção, a autora denuncia a “[...] errônea percepção, tão frequente entre os acadêmicos”, que atribuem o descobrimento dos estudos sobre o corpo a Foucault:

[...] a enorme quantidade de estudos feministas que foram produzidos desde princípios dos anos 1970 a respeito do controle exercido sobre a função reprodutiva das mulheres, os efeitos dos estupros e dos maus tratos e a imposição da beleza como uma condição de aceitação social, constituem uma enorme contribuição ao discurso sobre o corpo em nossos tempos [...] (FEDERICI, 2017, p. 32).

Para Foucault, o poder é um exercício e ninguém está fora dessas relações já que essas se entrelaçam entre si e criam mecanismos de atuação, entretanto, ninguém detém o poder monopolizando-o o tempo todo.

O poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se trata os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres [...] todas essas relações são relações políticas. Só podemos mudar a sociedade sob a condição de mudar essas relações. (FOUCAULT, 2006, p. 262).

O autor formula o funcionamento do corpo por meio dessas relações de poder: “[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais (FOUCAULT, 1987, 28).

Por isso, quando refletimos sobre o silenciamento, a submissão e a própria opressão da mulher nos/dos diferentes espaços públicos, tanto do trabalho como das demais relações políticas, temos que considerar como se dão essas relações de poder sobre o corpo.

O corpo feminino constituiu-se, então, como um acontecimento discursivo na/da história, marcado por camadas de violências, que vão desde a psicológica, a sexual, a patrimonial, a moral, todas marcadas por gestos de ironia, desqualificação, por espancamento, por reprodução forçada, pelo estupro, homicídio, denominado mais recentemente de feminicídio. Todo esse ataque ao corpo feminino remonta à história e tem como motivações mais comuns: o ódio, o desprezo, o escárnio. Essa dissimetria se marca também no direito à propriedade, pois em uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero, a mulher deve perder sempre para o poderio histórico dos homens.

Sobre essas violências praticadas contra as mulheres na/da história trazemos para esta discussão um registro da Idade Média mencionando um texto da literatura inglesa sobre o estupro que apresenta o pensamento sobre esse crime cometido contra as mulheres. William Shakespeare, em “O rapto de Lucrecia” conta que uma jovem ingênua é levada por Tarquínio para visitar a sua cidade natal. Em uma noite ele entra no quarto de Lucrecia e diante de ameaça abusa sexualmente dela e ela morre. Nesse período histórico, na Idade Média, quando uma mulher era estuprada era o mesmo que ser assassinada, pois o estupro era considerado uma desonra para a mulher, já que sobre si recaía a culpa por ter seduzido o homem e este não ter conseguido resistir ao seu cortejamento.

À menção desse texto literário da Idade Média juntamos a notícia da turista piauiense estuprada na noite do dia 07/01/2020, em uma praia de Itapuã, na Bahia¹⁵. A violência sofrida pela jovem turista, tal como a de milhares de outras mulheres, passa pela narrativa shakespeariana, de que a culpa do estupro é da mulher que alicia o homem, que o enreda em um jogo de sedução, assim, o homem torna-se a vítima do estupro enquanto toda a responsabilidade pelo ato é atribuída à mulher, que, por suas roupas, seu comportamento, sua sensualidade, desperta o desejo dos homens. Esse funcionamento se presentifica no dizer do coronel Eurico Filho Silva Costa, comandante da 15ª Companhia Independente da Polícia Militar: “Foi um comportamento de risco. O que uma pessoa vai fazer numa praia deserta das 19h às 23h, quando ocorreu estupro? Vai fazer o quê? Ela assumiu o risco”.

Para explicarmos esse fenômeno discursivo, que se repete no discurso de violência contra a mulher, em que sobre a vítima sempre recai a pecha de culpada pela própria violência sofrida, tomamos as palavras de Achard (2015, p. 17) de que “[...] a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase. Estas considerações deslocam o estatuto do que é provável historicamente, porque a operação de retomada se localiza nesse nível”.

O autor nos faz compreender que há um funcionamento das formações ideológicas que (re)bate sobre a história da vida das mulheres. A repetição desses discursos ressurgem, ou se apaga, em determinados momentos da história, como discursos de violência contra a mulher como materialidade de uma formação ideológica do patriarcado presente, quer seja na literatura da academia, como nas referências que já fizemos acima, quer seja em dramas narrados pelas obras, *A cor púrpura*, de Alice Walker, lançado em 1982 – que aborda questões de discriminação racial e sexual, quando Celie, a personagem principal, é abusada sexualmente

¹⁵ Fato amplamente noticiado em jornais diversos e redes sociais.

pelo pai, engravida e é dada em casamento para um vizinho que a agride de diferentes formas; e a biografia de *Harriet Tubman* – que aborda a escravidão nos Estados Unidos e a resistência das mulheres negras na luta pela liberdade¹⁶.

O discurso de violência contra a mulher se repete e faz funcionar os entremeios dos discursos machistas e misóginos, marcando modos de dizer que conformam as formações discursivas, na história, pois se percebe que existe um discurso de misoginia e de ódio contra a mulher que atravessa a sua memória de constituição na história, marcada por “furos”, por falhas, por incompletudes e apagamentos que servem como indícios para compreender os pontos de resistência (ORLANDI, 2012).

Na atualidade lemos *O conto da aia* (1985), de Margaret Atwood, uma narrativa ficcional que coloca em funcionamento as diferentes violências de gênero, narrando os feitos de homens cruéis que dominam e governam a República de Gileade, uma teonomia totalitária fundamentalista cristã que derrubou o governo dos Estados Unidos da América.

No romance distópico, os Estados Unidos se tornam uma ditadura religiosa cristã chamada de Gileade, na qual os baixos níveis de natalidade, as guerras e as crises sociais são administrados por fundamentalistas que tomam o poder e instauram novas leis e regras sociais, marcando uma forma de exercício que coloca fim aos direitos e garantias das mulheres. Assim, a população feminina é dividida em castas e têm papéis sociais rigorosamente definidos: há mulheres inférteis, designadas como educadoras e/ou fiscais, há empregadas domésticas; há as mulheres dos governantes (que são inférteis) e há as aias – mulheres jovens e férteis que emprestam seu corpo para gerar filhos para as famílias ricas. Desrespeitadas em suas vontades, as aias são arrancadas de suas famílias, presas e sofrem todas as formas de violência, quando são expostas às “cerimônias” – momento em que ocorre o estupro pelo marido de uma família abastada, mediante a leitura de trechos do Antigo Testamento, na presença de sua esposa estéril.

O relato abaixo diz do momento de estupro da aia Offred, personagem principal do romance, que perde tudo, inclusive seu nome, pois como aia da família de Fred, recebe o nome de Offred (do Fred):

Meus braços estão levantados; ela segura as minhas mãos, cada mão sua segura uma das minhas. Isto pretende demonstrar que somos uma mesma carne, um mesmo ser. Significa, na verdade, que é ela quem controla o processo e, conseqüentemente, o produto. Se houver. Os anéis de sua mão esquerda me machucam os dedos. Talvez uma vingança, talvez não. Minha saia vermelha está arregaçada até a cintura, apenas. Abaixo dela, o Comandante fode. O que ele fode é a parte inferior do meu corpo. Não digo

¹⁶ A história de Harriet Tubman foi contada em um livro, por volta de 1943. Há ainda relatos sobre o seu ativismo sufragista

que faça amor, pois não é o que faz. Copular também seria inexato, uma vez que implica em duas pessoas e, neste caso, só há uma envolvida. Nem estupro refletiria a verdade: nada aqui se faz sem minha anuência. A escolha não era muita, mas havia alguma; e foi isto que eu escolhi. [...] O que acontece agora neste quarto [...] não tem nada de excitante. Não tem nada a ver com paixão, amor, romance ou qualquer dos conceitos que usávamos para nos estimular. [...] Isto aqui também não é recreação. Nem mesmo para o Comandante. É um assunto sério. O Comandante também está cumprindo com seu dever. (ATWOOD, 2017, p. 104-105).

Na narrativa, percebe-se que a personagem assume que esse é o seu papel e que está ali em obediência para cumprir com a lei determinada pela justiça do estado. De toda a forma, temas relacionados à violência permeiam a trama, como a cultura do estupro, as justificativas religiosas para a dominação masculina, o silenciamento e invalidação da voz feminina, com destaque para o controle do corpo das mulheres, o que vem se dando durante os anos.

Por essa perspectiva, compreendemos que, para estudarmos sobre a vida das mulheres e a negação dos seus direitos, temos que considerar a desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres, bem como a discriminação de gênero, ainda presente tanto na sociedade quanto na família.

De acordo com Federici (2017), os estudos feministas e da história apontam que a caça às bruxas, na Europa, foi o meio encontrado para o estabelecimento do capitalismo, pois culminou com a expulsão dos camponeses, com o direito às terras comuns, e a exploração das colônias na América, bem como o trabalho escravo.

Para o advento desse funcionamento, a autora recorta duas questões históricas muito importantes: a execução de centenas de milhares de “bruxas”, no começo da Era Moderna; e o surgimento do capitalismo. Assim, ressalta a violência brutal empreendida contra as mulheres durante a transição do feudalismo para o capitalismo, na Europa, afirmando que a “caça às bruxas” se relacionou diretamente com criação de um novo sistema econômico: o da escravidão, da colonização e da exploração e dominação do corpo e dos saberes femininos. Desse modo, foi a relação entre a caça às bruxas e o desenvolvimento contemporâneo de uma nova divisão sexual do trabalho que designou as mulheres ao trabalho reprodutivo.

A caça às bruxas ocorreu no contexto das crises demográfica e econômica europeias, dos séculos XVI e XVII, e das políticas de terra e de trabalho da época mercantilista, assim, as bruxas, que foram jogadas nas fogueiras, eram, em sua maioria, mulheres camponesas pobres, o que, para Federici (2017) explica, em certa medida, a misoginia atual, que retrata as vítimas como mulheres loucas, desonradas, frustradas e/ou pervertidas.

Para Morgan (1970, p. 605 *apud* FEDERICI, 2017, p. 292) “[...] bruxas sempre foram mulheres que se atreveram a ser corajosas, agressivas, inteligentes, não conformistas, curiosas, independentes, sexualmente liberadas, revolucionárias [...] witch vive e ri em cada mulher.”. A autora acrescenta, ainda, que a bruxa “[...] é a parte livre de cada uma de nós [...] pelo fato de ser mulher, indomável, desvairada, alegre e imortal. ”

Segundo Federici (2017), a transição para o capitalismo, na Europa, foi marcada por um processo principalmente violento, que promoveu a colonização dos continentes americano e africano e a escravidão de seus povos. Muitas mudanças advieram dessa transição, entre elas, a violência, que foi o meio pelo qual o novo sistema produtivo e social impôs a nova forma de como os indivíduos deveriam se relacionar com o mundo. O novo sistema econômico controlava desde os próprios corpos das pessoas, que deveriam agora se tornar máquinas disciplinadas para o trabalho e passíveis de exploração, até a própria forma de as pessoas se organizarem na sociedade, o que incluía a individualização da vida. Nesse outro modo de trabalho desenvolveu-se nova ordem patriarcal baseada na exclusão das mulheres de trabalhos remunerados, o que acarretou um efeito de subordinação e de dependência econômica em relação aos homens, bem como a mecanização do corpo proletário e, no caso das mulheres, “[...] na transformação de seus corpos em máquinas de produção de novos trabalhadores” (FEDERICI, 2017, p. 26).

Contudo, os registros históricos, que tratam sobre a transição para o capitalismo, na Europa, não narram sobre a centralidade da violência contra as mulheres, nessa etapa histórica. Desse modo, para compreender o desenvolvimento do controle do Estado sobre o corpo das mulheres e sobre os processos reprodutivos ocorridos nesse período, é fundamental, segundo a autora, retomar e compreender o fenômeno da caça às bruxas, no século 18, pois o extermínio de centenas de milhares de bruxas foi, juntamente com a submissão dos povos africanos e americanos, um aspecto fundacional do sistema capitalista, uma vez que designou às mulheres o papel de produtoras de mão de obra, obrigando-as, pela força e medo, a exercer gratuitamente os serviços domésticos necessários para sustentar os companheiros/maridos e os filhos homens, que seriam usados como força de trabalho no sistema que ora surgia.

O movimento de caça às bruxas, na transição do proletariado para o capitalismo, buscou destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre seus corpos, especialmente o relacionado à sua própria função reprodutiva ao longo dos séculos, com o objetivo de desenvolver um novo modo de regime patriarcal opressor sobre a vida das mulheres.

Marx (1984) sustenta que, nessa forma de organização da sociedade em que o capital e os bens são o centro da atividade econômica, e não a vida, os conflitos que surgem, a partir dessas relações de ordem econômica, determinam a evolução histórica entre os homens.

Desse modo, Marx e Engels definem que a ciência teórica por eles desenvolvida, o Materialismo Histórico¹⁷, se baseia nas condições materiais que determinam o nível da ideologia, bem como afirmam que o modo de produção tem a sua representação na ideologia e, dessa forma, fundamenta uma nova forma de interpretação dos fatos sociais, baseado na força das ideias, que podem mudar a base econômica.

No entendimento dos autores, a ideologia contribuía para a manutenção da estrutura social do capitalismo, ao excluir as relações exploratórias que estariam na base da sociedade, portanto, o trabalhador explorado não compreendia que as causas de seus problemas eram determinadas pela estrutura econômica da qual ele é uma parte. Assim, a ideologia permitia à burguesia assumir o papel de classe dominante na sociedade, já que esta dominaria também o papel do Estado. Esse entendimento permitiu que se percebesse a centralidade do poder e o caráter material da história, dado por uma sucessiva luta de classes¹⁸, que, a partir do momento em que os trabalhadores se conscientizassem dela, os levariam a promoverem revoluções, que trariam consideráveis mudanças na história.

Nesse percurso, Marx e Engels analisaram o modo de produção e as contradições que permearam a organização e superação social capitalista, mostrando que os fatos antagônicos dão origem às revoluções, pois, nesse processo de superação ocorreria a revolta e a participação das massas, que eram formadas pelas classes operárias, que se organizariam e se levantariam contra a burguesia, dando origem, à sociedade comunista, uma nova forma de organização social e econômica que serviria de inspiração para movimentos de trabalhadores nas demais partes do mundo.

Os autores desejavam que seus estudos fossem capazes de promover movimentos que transformassem o mundo do trabalho e da economia. Assim, constituíram um método científico capaz de analisar as ideias dominantes na sociedade, enquanto reflexos iniciais do modo de produção capitalista em que os indivíduos estão inseridos e tornam-se lastro, de modo que a História coloca-se como relação material desse embricamento entre os sujeitos que são explorados e alienados do homem pelo próprio homem.

¹⁷ O termo *Materialismo Histórico* surgiu nos anos 60, a partir dos estudos de Althusser sobre Marx, e estuda as leis que caracterizam a vida da sociedade, sua evolução histórica e da prática social dos homens.

¹⁸ *Luta de Classe* é um conceito vinculado à economia política socialista, desenvolvido pelos sociólogos e filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels.

Nas relações sociais capitalistas, ocorrem a divisão e a hierarquização do trabalho, que diz, em última instância, sobre quem, para quem e em que situação se produz, marcando, pela simbolização das relações de poder, quem administra a sociedade, instalando, desse modo, a atribuição de valores às diferenças, como afirma Orlandi (2015).

Na década de 60, Althusser – um filósofo que ensinava na Escola Normal Superior – e seu círculo de estudantes – composto por jovens pensadores e estudantes universitários, sobretudo, da elite francesa –, dedicam-se aos estudos das obras de Marx e Engels, interessados, principalmente, nos fundamentos do Materialismo Histórico.

Suas pesquisas e escritos ficaram registrados, especialmente, na obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado* (1970)¹⁹, em cuja discussão o autor nomeia como Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) as instituições como um certo número de realidades que se apresentam concretamente aos indivíduos, ou seja, as instituições e seus aparelhos (conforme nossa linha de pesquisa, podemos dizer discursos): o religioso, o escolar, o familiar, o jurídico, o político, o sindical, e o aparelho da informação, representado pela imprensa, rádio, televisão e outros.

Para o autor, a sociedade se apresenta por uma dada formação social que, a partir de determinados modos de produção, funciona também como modos de reprodução, enquanto resultados e uma luta que se dá nas relações de dominação, pois há modos de (re) produção que se tornam mais visíveis em relação a outros.

Nas palavras de Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014), são atividades que se organizam em formações, mantendo entre si relações de antagonismo, de aliança ou de domínio. Assim, se desejamos compreender os efeitos de sentidos produzidos a partir de formulações sobre a mulher em diferentes textualidades, é preciso entender o modo como esses sentidos se produzem e reproduzem numa sociedade capitalista.

De toda maneira, foi só a partir de intensos debates e mobilizações que, nas últimas décadas, o movimento de mulheres denunciou a desigualdade de gênero, que prevaleceu por centenas de anos, e que obteve, no campo dos direitos, conquistas legislativas importantes no Brasil e em vários países no mundo. Assim, no mercado de trabalho, por exemplo, onde masculino e feminino se misturam às diferentes tarefas laborais dentro das fábricas e indústrias, as mulheres conquistaram o direito de poder desenvolver as mesmas atividades que os homens

¹⁹ Na obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Althusser (1970) denomina por Aparelhos Ideológicos do Estado certo número de realidades que se apresentam aos indivíduos sob a forma de instituições concretas, assim, os AIEs compõem-se do funcionamento religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical e o aparelho da informação, representado pela imprensa, rádio, televisão e outros possíveis.

e se fortaleceram individual e coletivamente, surgindo, a partir dessa constatação, o movimento feminista, pois, conforme vimos mostrando, não é de hoje que ocorre a exclusão da mulher dos locais de trabalho, da política e das demais esferas da sociedade, restando às mulheres uma grande luta para terem o seu lugar garantido. Trata-se, pois de sentidos sobre o feminino, que “fala antes, em outro lugar”, tanto no passado, quanto produzindo efeitos na atualidade, uma vez que encontramos esses discursos ainda em circulação.

Como percebemos, a mulher saiu de casa para o trabalho nas fábricas, mas a sua condição ainda era de vítima do próprio funcionamento do sistema opressor que a colocava em situação de desigualdade com os homens, exigindo-lhe mais trabalho e pagando-lhe menos salário. Assim, nesse espaço consideravelmente machista e dominado pelos homens, as mulheres tinham completa anulação da sua condição feminina, o que as tornavam invisíveis, sem fala e abandonadas, o que não as tornavam diferentes das mulheres de seus antepassados, que também tiveram seus direitos negados pela sociedade.

Dessa forma, o que vivenciamos na atualidade sobre as condições de vida das mulheres é uma recorrência da história nos seus cotidianos, fazendo-as reviver as cenas descritas nos relatos históricos, que apontam as péssimas condições de trabalho, os salários inferiores aos dos homens, o assédio sexual, as inúmeras formas da violência machista e que, ainda hoje, se tornam temas que ocuparam as páginas das obras que objetivam apoiar a mulher trabalhadora.

Assim, vimos até aqui que a vida das mulheres vem sendo subjugada pela diferença e desigualdade de gênero entre homem e mulher, o que tem contribuído para a submissão, a desqualificação e outras formas de exclusão social, que se materializam nas diferentes formas de violência, a que historicamente a mulher tem sido submetida.

Tal como em todo mundo, no Brasil, as mulheres saíram de suas casas, ingressavam no trabalho, nas fábricas e em muitos outros espaços que antes eram destinados apenas aos homens, porém, o tratamento desigual permaneceu na forma de remuneração menor e mais trabalho, o que não as impediu de reivindicar os seus direitos e garantias trabalhistas.

A violência doméstica e familiar também permaneceu, mas, antes restrita ao lar, agora extrapolou os muros e as paredes das casas e foram denunciadas às autoridades policiais e judiciárias. Esse gesto de coragem e de enfrentamento não evitou, contudo, que ainda hoje os crimes de feminicídio continuem a vitimar mulheres.

Com essa compreensão, consideramos que a história de subjugação e desqualificação da mulher está atrelada à condição histórica das relações de classe, sobretudo, a luta de classe instalada pela burguesia e o proletariado, que, em um cenário de interesses contrários, travaram combates no campo econômico, político e ideológico, que continuam a produzir seus efeitos.

Para a análise da condição histórica da mulher, não podemos nos concentrar em um só aspecto, já que a condição feminina transitou/transita pelos mais facetados campos: o econômico, o político e o ideológico, que a excluíram, a renegaram e a impediram de viver uma vida de direitos iguais aos dos homens.

Diante dessas considerações, para compreendermos os sentidos sobre a mulher da atualidade, trazemos Pêcheux (2009, p. 146), quando diz que o discurso “[...] é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) ”.

Ou seja, é no discurso (sobre a mulher) que, circulando nas diferentes esferas da sociedade, como família, igreja, trabalho, política e outros, se instalam os sentidos e a presença/ausência de políticas de combate à violência contra o feminino, pois o dizer sobre a mulher na história se atualiza e se coaduna com outros discursos já existentes.

Por ora, de acordo com a apresentação que fizemos da trajetória da vida das mulheres, por meio do discurso da História, percebemos que a negação e a privação dos seus direitos e as garantias à segurança e à vida são uma constante em nossa formação social.

A história atualizou-se com a implantação de novas políticas públicas para a mulher e novas leis com direitos e garantias, mas há ainda um discurso renitente que insiste em manter a prática do patriarcalismo, que discrimina e inferioriza as mulheres, bem como reduz o seu papel nas famílias, na sociedade e na política. A misoginia e as distintas formas de violência contra as mulheres, silenciadas por séculos, são fatores que continuam a se manifestar na(s) sociedade(s), o que mostra o modo como a contradição marca as condições de produção do discurso sobre a história da vida das mulheres.

Nas palavras de Orlandi (2007, p. 23-24),

Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o vazio sem história. é o silêncio significante. [...]. Significa que o silêncio é a garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio. O silêncio não é pois, em nossa perspectiva, o ‘tudo’ da linguagem. Nem o ideal do lugar ‘outro’, como não é tampouco o abismo dos sentidos. Ele é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa.

O discurso da história sobre as mulheres se constitui de transformar o passado para viver o presente, já que a mulher do passado teve pouco direito à vida pública, poucas desfrutaram do acesso aos negócios e aos cargos de direção na cultura, na política ou na educação, muitas

não tinham direito ao próprio corpo e à sexualidade, sendo considerada incapaz de autogovernar sua vida, que era submetida à autoridade masculina, no entanto, muitas resistiram e lutaram bravamente por seus direitos, como Olympe de Gouges, que publicou em 1791, durante a Revolução Francesa, um texto intitulado Os Direitos da Mulher e da Cidadã e, por isso, foi condenada à morte pela guilhotina dois anos depois desse enfrentamento sob a acusação de “ser perigosa” e de querer ter sido um homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias a seu sexo.

2.1. A mulher como objeto

Engels (2002) afirma que o termo *família* foi criado pelos povos romanos para nomear uma nova organização social em que o chefe desta detinha poder absoluto sobre a mulher, os filhos e os escravos, assegurado, inclusive, pela autoridade do pátrio poder romano, que permitia ao homem decidir sobre a vida e a morte dos seus subjugados. Desses modos de organização, surgiu a ideia do patriarcado, com a transição do matrimônio sindiásmico²⁰ para a monogamia, período em que, segundo o autor, ocorreu a “[...] grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” (ENGELS, 2002, p. 48), pois foi o momento que a mulher passou ao total domínio do homem.

Para a Análise do Discurso não existe palavra ingênua e todo discurso é atravessado por outro, conforme Orlandi (2010). Pelas nossas leituras feitas até aqui, percebe-se que há um discurso de misoginia, machista e agressor que permanece e se repete nos implícitos e nos elementos pré-construídos da memória discursiva no contexto sócio-histórico das sociedades, não só a brasileira, mas que ainda sobrevive em outras partes do mundo, também.

Neste momento, em diferentes lugares, de diversas maneiras, mulheres em todo o mundo estão sofrendo algum tipo de abuso, em outras palavras, alguma violência, dos ataques verbais aos físicos, em casa junto aos seus de sua família, com o marido, companheiro, noivo, namorado e ou de alguém que considera amigo. No ambiente de trabalho, na rua, numa festa,

²⁰ Termo adotado por Engels (2002, p. 48) para designar a família sindiásmica que é um tipo de família matriarcal em que o vínculo conjugal pode dissolver-se com facilidade, como nos casos de divórcio ou situações de infidelidade, e os filhos ficam com a mãe.

na escola, na universidade há uma mulher sendo violada em seus direitos e garantias, pois abusos são relatados a todo instante e, em muitos casos, são reincidentes.

As políticas públicas falham e são insuficientes, porque os canais de denúncia de violência nem sempre são procurados e as falhas estão dentro do próprio sistema legal. Desde a proteção à normatização de hábitos e práticas que, repudiáveis, são velados pelo coleguismo e corporativismo entre homens, como temos visto em algumas situações, como por exemplo, o caso da Justiça gaúcha que absolveu um motorista de aplicativo após ele ter sido condenado pelo estupro de uma mulher, e atribuiu à vítima a culpa por ter sofrido violência sexual, porque teria ingerido bebida alcoólica. Ou seja, o possível estado de inconsciência, causado pelo álcool, o que agrava o estupro, pois a mulher está vulnerável, torna-se argumento para a justiça machista e misógina responsabilizar a mulher pela violência sofrida.

A segunda edição da pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019, mencionada anteriormente, tem o propósito de reduzir os índices de violência contra a mulher, no entanto, “A permanência destes elevados índices revela que as leis, por si só, não têm o poder de transformar a realidade. Leis são importantes instrumentos para prevenção, conscientização e repressão, mas devem ser implementadas para que tenham efetividade”.

O que fazer, então, a partir desse posicionamento? Seria o desenvolvimento de uma forma de educação das crianças desde cedo nas famílias, escolas e igrejas voltadas a uma educação que ensinasse o respeito e a igualdade de gênero?

Ao pensarmos em como poderia se dar esse processo de uma educação voltada para a igualdade de gênero, essa que tanto discutimos e almejamos, pensamos em um trabalho pela promoção da igualdade e da equidade de gênero no contexto educativo, com o envolvimento da família, da escola, da igreja e de outras instituições sociais, de modo a que todas as pessoas tenham acesso aos diferentes espaços, bens e serviços, com liberdade para expressar a sua sexualidade e/ou orientação sexual, sem preconceito ou julgamento.

Uma educação voltada para a igualdade entre os sexos deve refletir sobre a questão dos brinquedos de menino e brinquedos de menina. Percebemos que os momentos de lazer dos meninos são para que tenham diversão e entretenimento, já as brincadeiras das meninas são para que aprendam a servir, inclusive como mão de obra sem remuneração, como no caso das mulheres que não podem trabalhar fora porque têm que lavar, passar e cozinhar para os seus familiares. Esse fato nos remete ao discurso de que a menina que aprendeu a cozinhar já pode casar, “Cozinha bem, já pode casar”. Na defesa aos direitos da mulher, até mesmo avaliado pelo senso comum, uma mulher não tem que necessariamente dominar os afazeres domésticos para

estar apta a se casar. Quer seja, as tarefas domésticas são comuns a todos os membros da família, portanto, todos devem desempenhá-las. Segundo as discussões sobre os direitos das mulheres já se afirma que se não desejar, a mulher nem mesmo precisa arrumar um marido para ser livre e viver plenamente a sua vida, ou seja, que a mulher possa ser dona da sua própria vida e fazer o que entende que deve fazer.

Frases do senso comum que circulam socialmente como verdades a serem reproduzidas, os pré-construídos (PÊCHEUX, 2009, p. 149) que mencionamos acima, reforçam a desigualdade de gênero e ensinam os meninos a serem machistas desde muito cedo, como “Meninos não brincam de boneca”. Discursos como esse induzem os sujeitos que meninas devem brincar de bonecas e meninos de carrinhos. Na luta pela igualdade, cada criança deve brincar com o que preferir e não é porque um menino brinca de boneca que ele deve ser considerado “mulherzinha”, ou será uma mulher.

Outras questões podem ser levantadas aqui que nos apontam para a desigualdade de gênero que coloca as mulheres em desigualdade aos homens, criando barreiras e causando dificuldade aos avanços na questão do respeito ao gênero. Uma delas ainda muito presente é a questão da cor para meninos e cor para meninas. “Rosa é cor de menina”, ainda que muitas pessoas já tenham ultrapassado essa ideia, algumas famílias ainda criam seus filhos presos ao conceito de que meninos só usam azul.

Esse funcionamento decorre do modo de organização de dois lados na sociedade, o dos homens e o das mulheres, uma sociedade sustentada no binarismo, que veio se naturalizando, no decorrer da história que os tomou como “indivíduos de duas espécies distintas, geralmente antagônicas, que desvaloriza, ou coloca em segundo plano, as mais numerosas características que temos em comum, ou seja, a nossa humanidade” (TORNQUIST, 2009, p. 105).

Esses e outros discursos causam um fosso entre os sexos, seja na família, escola, igreja e/ou em qualquer outro segmento da sociedade, o que faz crescer a misoginia e a desqualificação da figura feminina.

Pelas diferentes leituras percebe-se que os xingamentos que mais incomodam os homens têm relação estreita com estereótipos de gênero que associam masculinidade à violência, poder, controle e dominância. Homens não aceitam serem chamados de “mulherzinha”, “moça/mocinha”, “bonita” e outros termos associados ao gênero feminino. O fato de ser chamado de “filho da puta”, e não “filho do puto” incomoda muito aos homens, porque o pai nunca será “puto”, mas a mãe pode ser “puta”. Esse discurso bate e se (re)bate nas diferentes discursividades, sobretudo para indicar que o homem está sendo muito emotivo ou cheio de

“frescuras”. Esse discurso do/no imaginário popular diz que os homens são mais fortes ou racionais que as mulheres, o que nega a natureza humana e psicológica dos homens.

Outros pré-construídos (PÊCHEUX, 2009, p. 149), em oposição ao feminino, circulam socialmente, naturalizando o discurso de violência contra a mulher, como mulheres são fracas e homens são fortes; mulheres são sensíveis e homens são durões, esses estereótipos são resultado de uma cultura machista que promove a submissão e a inferiorização da mulher, o que as coloca como alvo da violência, controle e dominação dos homens. Com isso, percebe-se que são a memória social e o senso comum que sustentam o machismo (POSSENTI, 2013), pois, no imaginário popular, há brinquedos que ensinam os meninos a serem homens e brinquedos que ensinam as meninas a serem mulheres.

Nas palavras de Beauvoir (2019, p. 11), “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. [pois,] nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade”. Segundo a autora, a mulher, dentro de uma construção social, é colocada em situação de submissão, de precariedade, dependente do homem, sendo violados os seus direitos humanos, como pessoa.

Vale ressaltar a visível desigualdade entre os sexos quanto ao número insuficiente de mulheres que se apresentam na política para disputa de cargos nas diferentes esferas das instâncias políticas, pois, historicamente, a maioria dos cargos é preenchido por homens. Esse é mais um discurso de exclusão contra a mulher que retumba e (re)bate no interior e nas margens do discurso sobre a mulher, apontando a violência de gênero nos diferentes segmentos da sociedade, o que demanda leitura e análise por parte dos sujeitos para fazerem essa interpretação. Esse deve ser também o nosso trabalho de analistas do discurso, produzirmos gestos de leitura e de análise para lermos esses discursos sobre a mulher, ainda tão arraigados, que se perpetuam nos diferentes espaços sociais.

Engels (1984, p. 182) alerta sobre os aspectos a serem superados pelas mulheres, para alcançar a igualdade em uma sociedade misógina e capitalista:

A emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção; e, quando o trabalho doméstico lhe toma apenas tempo insignificante (ENGELS, 1984, p. 182).

Com esse pressuposto, espera-se que a mulher tenha garantidos os seus direitos a uma vida sem violência, bem como a efetivação de sua participação e permanência no mundo do trabalho, garantindo-lhes a qualidade nas condições e igualdade de rendimentos.

Quando discutimos essas questões para o presente trabalho, percebemos que “Todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre” (ORLANDI, 2010, p. 31) o nosso material de análise. Desse modo, o que se percebe é que há um silenciamento na/da história sobre a violência contra a mulher como vimos apontando desde o início deste nosso trabalho.

Federici (2017, p. 41), no primeiro capítulo de sua obra, *O mundo precisa de uma sacudida: Os movimentos sociais e a crise política na Europa medieval*, retoma a narrativa acerca dos Estados Absolutistas, a partir da Baixa Idade Média, dando a ver as relações de servidão e suas implicações, que permeavam o cenário histórico da época. Nesse tempo as mulheres foram excluídas dos cargos por serem consideradas “de segunda categoria” e estes cargos eram designados aos camponeses mais abastados (BENNETT, 1998, pp. 18-29; SHAHAR, 1983 *apud* FEDERICI, 2017, p. 51).

Nesse período a terra pertencia aos homens e era transmitida aos descendentes herdeiros por meio da linhagem masculina, embora uma ou outra mulher conseguisse ter alguma propriedade em seu nome. Exames em testamentos da Inglaterra do século XV mostram que em “[...] 41% dos testamentos, os homens preferiram filhos homens adultos, enquanto que, em 29% dos casos, escolheram somente a mulher ou a mulher e um filho homem”. (HANAWALT, 1986b, p. 155).

A autora descreve sobre o período, mostrando como se davam as relações de gênero dentro da política de regulação dos sexos, bem como os papéis a serem desempenhados pelos homens e pelas mulheres, principalmente sobre a questão da legalização do estupro, quando “[...] as autoridades políticas empreenderam [...] esforços para cooptar os trabalhadores mais jovens e rebeldes por meio de uma maliciosa política sexual”, que lhes favoreceu o sexo gratuito e “transformou o antagonismo de classe em hostilidade contra as mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 103).

A autora menciona que, “Na Veneza do século XIV, o estupro de mulheres proletárias solteiras raramente tinha como consequência algo além de um puxão de orelhas, até mesmo nos casos frequentes de ataque em grupo” (RUGIERO, 1989, *apud* FEDERICI, 2017, p. 103). Assim, descreve essa prática como comum, visto que ocorria “[...] aberta e ruidosamente durante a noite, em grupos de dois a quinze que invadiam as casas e arrastavam as mulheres pelas ruas sem a preocupação de serem presos ou impedidos de praticarem a violência sexual

contra as mulheres” (Idem, p. 103). Participavam desse “esporte” (*grifo da autora*) os aprendizes ou empregados domésticos, bem como os jovens filhos de famílias ricas.

As mulheres que sofriam esses estupros eram “meninas pobres” que trabalhavam como criadas ou lavadeiras. Essas mulheres proletárias, “[...] tão arrogantemente sacrificadas por senhores e servos”, uma vez estupradas, tinham a reputação destruída e não conseguiam recuperar o seu lugar na sociedade, assim, abandonavam a cidade ou ocupavam-se da prostituição. A partir daí, segundo a autora, instalou-se um clima misógino “que degradou todas as mulheres”, qualquer que fosse a sua classe social. Isso contribuiu para que a população não se preocupasse com a causa das mulheres, o que “[...] insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período” (FEDERICI, 2017, p. 104).

Federici (2019, p. 151), diz que “[...] qualquer projeto feminista exclusivamente implicado com a discriminação sexual, sem situar a “feminização da pobreza” no contexto do avanço das relações capitalistas, estará condenado à irrelevância e à cooptação”.

A autora explana que a redistribuição internacional do trabalho reprodutivo, que fortalece as hierarquias inerentes à divisão sexual do trabalho, cria novas divisões entre as mulheres. Assim, a partir dos anos 1990, houve um salto na migração feminina do sul para o norte, para ocupar o setor de serviços e de trabalho doméstico, compondo os 50% dos imigrantes para o “Terceiro Mundo”, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho-OIT. (FEDERICI, 2019, p. 152).

Nessa conjuntura, três são os fatores responsáveis pelo aumento da jornada de trabalho das mulheres e o retorno ao trabalho dentro de casa: 1) as condições econômicas produzidas pela liberalização da economia mundial e pelo crescente desinvestimento dos Estados na reprodução da força de trabalho, com cortes nos gastos de saúde, educação, infraestrutura; 2) a expansão do “trabalho domiciliar”, em parte devido à desconcentração da produção industrial, e, em parte, pela disseminação do trabalho informal, quando muitas mulheres permaneciam trabalhando em casa, na tentativa de reconciliar a obtenção de uma renda com o cuidado de sua família, o que marca a escravidão a um trabalho de salário baixo e que fixa as mulheres no trabalho doméstico; 3) o crescimento do emprego feminino e a reestruturação da reprodução, que não eliminaram as hierarquias de gênero no trabalho, assim, as diferenças salariais e a segregação de profissões, juntamente com o aumento da violência masculina, por medo da competição econômica e da incapacidade em seu papel de provedor, favoreceu um menor controle sobre o corpo e o trabalho das mulheres, que passaram a ter seu próprio dinheiro, permanecendo mais tempo fora de casa (FEDERICI, 2019, p. 226).

No dizer da autora, enquanto o trabalho reprodutivo for desvalorizado, enquanto este for considerado um assunto privado e uma responsabilidade exclusiva das mulheres, estas sempre enfrentarão o capital e o estado, com menor poder do que os homens e em condições de extrema vulnerabilidade social e econômica (FEDERICI, 2019, p. 230).

Saffioti (1976), discute que as relações entre gênero e sociedade de mercado, com particular enfoque nas relações da venda da força de trabalho, e as pressões econômicas atuam para a valorização e a desvalorização dessas relações entre os sexos: “[...] o fator sexo opera nas sociedades de classes de modo a alijar da estrutura ocupacional grandes contingentes de elementos do sexo feminino”. (SAFFIOTI, 1976, p. 8).

A autora afirma sobre a necessidade de se referenciar às sociedades pré-capitalistas e socialistas para compreendermos “[...] o caráter contrastante existente entre os papéis sociais da mulher nessas formações sociais e na sociedade de classes”. Ela ressalta, ainda sobre a necessidade de se remeter às “[...] raízes deste alijamento justificado ou em termos de uma tradição”, o qual confere à mulher “[...] os papéis domésticos ou, de maneira mais ampla, todos aqueles que podem ser desempenhados no lar, ou por teorias cujo conteúdo explicita pretensas deficiências do organismo e da personalidade femininos”. Nesses estudos, a autora diz: “Questiona-se, pois, “[...] a crença, presente quer na consciência afirmadora da ordem social competitiva, quer na consciência negadora dessa ordem, de que a mulher foi lançada no mundo econômico pelo capitalismo”.

Saffioti (1976) elege o patriarcado como o responsável pela eleição dos sujeitos homens para a implementação da desigualdade entre os sexos, em que a acumulação sobre todos os diferentes, inclusive o das mulheres, seria favorecida nesse sistema de domínio, como a divisão sexual do trabalho e suas implicações jurídicas, como mencionam Marx e Engels (1998, p. 27): “[...] a mulher e os filhos são escravos do homem, como propriedade constituída pela livre disposição da força de trabalho de outrem”.

Na história da vida das mulheres percebe-se nitidamente que elas sofriam exclusão social, jurídica e política que as colocavam no mesmo nível das crianças e os escravos, pois suas identidades como sujeito político, público e sexual lhes eram negadas, uma vez que sua função social era a de mera procriadora que deveria gerar filhos saudáveis para a expansão da família biológica.

Os autores apresentam ainda outro aspecto interessante a ser mencionado sobre as primeiras formas de divisão do trabalho, que separava o “trabalho material” do “trabalho intelectual”, ou seja, um trabalho desenvolvido pelas mãos, portanto, braçal e um outro trabalho desenvolvido pela mente e que são, portanto, “destinados a indivíduos diferentes” (MARX e

ENGELS, 1998, p. 27). Nesse modelo de organização da sociedade, a mulher era excluída do trabalho produtivo social e as suas atividades restringiam-se ao âmbito doméstico e familiar, ou seja, num espaço privado, onde ela era privada, também, do convívio social.

Nas palavras de Saffioti (1976, p. 15),

[...] dado que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, há que se renovarem constantemente as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional [...] como se a liberdade formal não se tornasse concreta e palpável em virtude das desvantagens com que cada um joga no processo de luta pela existência [...] há que se desnudarem: 1) Os status adquiridos que, nas sociedades pré-capitalistas, se ocultam sob aparência de status atribuídos; 2) Os status atribuídos que, na sociedade, assumem a forma aparente de status adquiridos através da de processo de competição-

Diante do exposto, percebemos o alijamento da mulher aos espaços do trabalho, que a confinou ao lar, imputando-lhe obrigações de gerar filhos, cuidá-los e zelar pela família, inclusive cuidando dos idosos e doentes, bem como, assumindo o compromisso e o desempenho das atividades domésticas sem remuneração. Perrot (2005, p. 28) nos diz que a “[...] dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados”.

Da mesma forma que percebemos esse discurso de opressão e negação aos direitos das mulheres na história, como vimos mencionamos, percebemos o silenciamento sobre essas questões que envolvem a desigualdade entre os sexos. Esse silenciamento sobre os direitos e garantias das/sobre a mulher interessa a quem? Na atualidade, (ainda) ecoam os mesmos discursos dos séculos passados sobre a mulher, assim, essa inquietação nos remete ao que nos alerta Orlandi (2005, p. 144): “O poder está sempre rodeando os sentidos, que se produz com uma grande quantidade de discursos que teria a finalidade de explicá-los, desambiguiá-los, para nos dar a certeza do (seu) sentido (verdadeiro)”.

Segundo a autora,

Na conjuntura do neocapitalismo e sob a ideologia da mundialização, a segregação como forma de reação e a falha do Estado em sua função de articulador simbólico-político, têm possibilitado condições de produção específicas que produzem, nos furos da ideologia também *formas de resistência* que têm sua materialidade, sua historicidade de tal modo que não podemos pensá-las apartadas dessas condições que as produzem (ORLANDI, 2012, p. 233). *Grifos da autora*.

Essa afirmação ressignifica o que “[...] podemos pensar sobre a forma e funcionamento da alienação” (ORLANDI, 2012) que há na relação entre “trabalho, segregação, alienação”, exclusão, silenciamento e negação dos direitos das mulheres na/da história.

Assim, reafirmamos que o discurso atual sobre a mulher é produzido a partir de relações estabelecidas com os outros discursos já existentes, mas esquecidos, que constituem o espaço interdiscursivo, onde o sujeito apreende o que já foi dito nas condições sócio-históricas do contexto atual, ou seja, na tomada da palavra para constituir sua enunciação. Em razão disso, dizemos que os discursos não são nossos, pois, quando nascemos, eles já estavam prontos e circulando, nos diferentes contextos de produção e circulação: “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua”. (ORLANDI, 2010, p. 32). Nessa direção, a autora nos assegura que “[...] as palavras não significam em si. Elas significam porque têm textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa” (ORLANDI, 2005, p. 86).

Durante este nosso percurso de pesquisa e estudos sobre o discurso de violência contra a mulher, temos encontrado diferentes formas de violência contra elas, especialmente no modo como o discurso da História textualiza essa violência. Assim, em uma dessas passagens históricas temos, no ano de 1412, na França, o nascimento de Joana D’arc, que se tornou importante personagem na história francesa, durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), quando entrou para o exército francês e comandou tropas. Apesar de ter conquistado importantes vitórias e, até recebido honras da parte do rei Carlos VII, foi acusada de praticar feitiçaria e condenada à morte na fogueira, tendo sido queimada viva na cidade de Rouen, no ano de 1431.

Outra personagem que entregou a própria vida em prol da luta pelas mulheres pela igualdade de gênero foi Olympe de Gouges, na Revolução Francesa, em 1791, condenada à morte pela guilhotina dois anos depois de publicar um texto intitulado *Os Direitos da Mulher e da Cidadã* no qual argumentava em favor da igualdade de direitos entre homens e mulheres na sociedade francesa. (ALVES, & PITANGUY, 1985, p. 33-34).

Lerner (2019) apresenta, por meio de estudos arqueológicos, históricos e antropológicos, o que poderia se configurar como a origem do patriarcado e seus modos de instalação nas culturas da pré-história e da Antiguidade no Oriente Médio e no Mediterrâneo. Lerner (2019) afirma que não é possível saber com exatidão a origem da hierarquia entre homens e mulheres, mas diz que o patriarcado é uma construção social e que, portanto, pode ser desconstruída. O patriarcado está tão enraizado nas sociedades e culturas que no Brasil só em 2004 o IBGE mudou o campo do questionário e onde perguntava sobre quem era o “chefe

de família” passou a indagar pela “pessoa de referência”, acrescentando no documento a oportunidade de a mulher se representar como a principal provedora e responsável pela família, embora se saiba que antes de 2004 muitas mulheres já eram a pessoa de referência de suas famílias.

Um aspecto importante sobre a história das mulheres apresentado nessa obra é a afirmação sobre a apropriação da função sexual e reprodutiva das mulheres pelos homens, que “[...] ocorreu *antes* da formação da propriedade privada e da sociedade de classes. A transformação dessa capacidade em mercadoria, na verdade, está no alicerce da propriedade privada”. (LERNER, 2019, p. 33). (*Grifos da autora*).

Outro aspecto que merece consideração nesta reflexão é sobre a dominação masculina que a historiadora diz ter ocorrido antes da escravidão, quando “[...] Os homens aprenderam a instituir dominância e hierarquia sobre outras pessoas praticando antes a dominância sobre as mulheres do próprio grupo. Isso se manifestou na institucionalização da escravidão, que começou com a escravização de mulheres dos grupos conquistados” (LERNER, 2019, p. 33).

A pesquisadora também discute sobre o início da ideia da propriedade privada, quando houve a necessidade de manutenção dos padrões como o do casamento monogâmico, o controle da sexualidade feminina, a exigência da virgindade para o casamento e todos os demais preceitos morais presentes na instituição do casamento. Nesse modelo de organização familiar pensava-se que estaria garantido o direito de propriedade aos herdeiros do patriarca, a legitimidade da prole. Lerner (2019, p. 77) retoma os estudos da teoria funcionalista de Lévi-Strauss e discute temas como o incesto e a troca de mulheres, como primeira forma de comércio, apresentando uma análise sobre esses comportamentos:

A relação total de comércio que constitui o casamento não é estabelecida entre um homem e uma mulher [...] mas entre dois grupos de homens, e a mulher representa apenas um dos objetos na transação, não uma das partes. [...] Isso é verdadeiro mesmo quando os sentimentos da garota são levados em consideração, como, aliás, costuma ser o caso. Ao consentir com a união proposta, ela precipita ou permite que a transação se efetue; ela não pode alterar sua natureza (STRAUSS, 1969, p. 115 apud LERNER, 2019, p. 77).

Ao tratar sobre divisão e exclusão por razões de classe, Lerner (2019, 29) afirma que “A questão é que homens e mulheres sofreram exclusão e discriminação por razões de classe. Mas nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa de seu sexo, embora todas as mulheres tenham sido.

Diante do que discutimos, e, especialmente, a partir das questões colocadas por Lerner (2019), faz-se importante estabelecer pontos incontornáveis acerca do controle do corpo e da

sexualidade para a objetificação da mulher, uma vez que o sentimento de posse do homem sobre a mulher, como sua propriedade privada, é a primeira forma de comércio (STRAUSS, 1969, p. 115, apud LERNER, 2019, p. 77), colocando a mulher como valor de transação mercantil. Pensando no funcionamento do interdiscurso, esse acontecimento já fala antes, em outro lugar (PÊCHEUX, 2009, p. 149), contudo continua reverberando até os dias de hoje.

Ao teorizar sobre o fetichismo da mercadoria, Marx (2005) entende que o produto do trabalho, ao assumir a forma de mercadoria, passa a ter “vida própria”, silenciando a relação social que o antecedeu. Isso pode demonstrar, também, como uma relação social estabelecida entre seres humanos aparece como uma fantasmagórica relação entre coisas. Por isso, o fetiche leva a entender como objetificadas as relações sociais.

Federici (2017) afirma que, para Marx, a transformação do trabalho em uma mercadoria pelo capitalismo produz uma subordinação dos trabalhadores a uma ordem externa sobre a qual eles não têm controle e com a qual não podem se identificar. O processo de trabalho se converteria, nessas circunstâncias, em um espaço de estranhamento. Isto implica, conforme salienta a autora, a partir da leitura de Marx, no fato de que o trabalhador pudesse dispor livremente de sua força de trabalho, e também de suas energias, suas faculdades e outros, como se fosse sua própria mercadoria. Contudo, é sabido que a esse processo de dissociação do trabalhador em relação a sua força de trabalho dá-se o nome de objetificação. Para a autora, esse estranhamento se estende também ao corpo, “[...] que vem redefinido e reduzido a um objeto com o qual a pessoa deixa de estar imediatamente identificada” (FEDERICI, 2017, p. 240).

Decorrentes dessa constituição ideológica, compreendemos que há rituais de linguagem que produzem a objetificação da mulher. Tomamos um enunciado corriqueiro nos noticiários sobre crimes de feminicídio: “Ele não aceitava o fim do relacionamento”, que materializa um discurso de posse do homem sobre a mulher, pois o companheiro é o dono da mulher e, portanto, é ele quem decide se ela vai viver ou não. O que fica significado, a partir das diferentes relações de força em embate é que, seja por meio do casamento ou da relação sexual sem compromisso, seja através da subalternização no trabalho, seja através dos diversos tipos de violência, a mulher é significada como objeto. É significada como mercadoria para o consumo, como produto descartável que pode ser trocado a qualquer momento por um modelo mais atual. Os ditos e escritos que produzem humor sobre a mulher também se inscrevem nesses rituais que, a nosso ver, objetificam a mulher, ou seja, produzem-na como coisa, como produto a ser consumido, ridicularizado e desqualificado, conforme veremos mais adiante.

CAPÍTULO III

DISCURSO-TEXTO. METÁFORA-METONÍMIA: FILIAÇÕES TEÓRICAS EM JOGO

“[...] Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz”.
Orlandi (2007, p. 14).

Como já dissemos no capítulo I, este nosso trabalho tem como lastro teórico os estudos do campo teórico da Análise do Discurso.

Segundo Orlandi (2015, p. 7), o criador da Análise de Discurso, Pêcheux “[...] propôs uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-dito. Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios”.

Diante dessa premissa, consideramos que os estudos da Análise do Discurso prestam-se, também, a identificar as marcas linguísticas que fazem parte dessa tessitura discursiva, que se presentificam nas diferentes textualidades, atravessadas, por exemplo, pelo discurso de violência contra a mulher.

Na formulação de Orlandi (2010, p. 30),

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi.

Para a autora, a condição da linguagem é a incompletude, nem sujeitos, nem sentidos estão completos, o que ela complementa também dizendo que a falta é também o lugar do possível, em que nem sujeitos e nem sentidos estão completos, feitos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento, quando a incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível, o que a autora diz quando afirma que a linguagem se move entre a paráfrase e a polissemia. O

retorno a dizeres sedimentados, junto à estabilização é o modo de funcionamento da paráfrase. Já a polissemia, é o lugar do deslocamento, ruptura de processos de significação. Assim, a autora nos orienta que cabe ao analista de discurso observar o funcionamento da tensão entre a paráfrase e a polissemia, pois, esse funcionamento nos mostra que todo dizer é marcado pela ideologia e que é na língua que essa ideologia se materializa.

Seguindo nesse posicionamento sobre a linguagem como incompletude, (ORLANDI, 2011, p. 136) nos fala um pouco mais sobre a polissemia e a paráfrase. Nessa sua explicação, a autora diz que podemos considerar a linguagem a partir do momento de sua existência como tal, ou seja, como discurso. Nesse caso, pode-se observar a sua dinâmica por meio do jogo que existe entre os seus processos de constituição, dois deles, a saber: a polissemia e a paráfrase. Na sequência, a autora faz uma distinção entre criatividade e produtividade para dizer que a criação, em sua dimensão técnica, é reiteração de processos já cristalizados pelas instituições, que tomam a linguagem como produto.

A autora afirma que “[...] a “criatividade” mantém o homem num retorno constante a um mesmo espaço dizível: a paráfrase” (ORLANDI, 2011, p. 137. *(Grifos da autora)*), que provoca a ruptura e o deslocamento, o que ela chama, a partir daí, de produtividade. Para a autora, a paráfrase é, então, a “matriz” do sentido e a polissemia é a “fonte” do sentido, já que a segunda é a própria condição de existência dos discursos. Assim, afirma que se os sentidos não fossem múltiplos, se não pudessem ser outros, não haveria necessidade do dizer e que, por isso, a polissemia é a simultaneidade de movimentos diferentes de sentido num mesmo objeto simbólico.

Nesse entendimento, pode-se dizer que a linguagem não é transparente, os sentidos não são conteúdos (ORLANDI, 2010, p. 52), dessa forma, de um lado, o sujeito é impelido pela língua, e de outro, pelo mundo, pelas suas experiências empíricas e pelos fatos que requerem sentidos, bem como pela memória discursiva, a encontrar sentido para aquilo que o requer.

Para a autora, a interpretação é o elemento principal para colocar o sujeito na relação com a história, para a produção de sentidos: “[...] a língua constitui o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido. Daí decorre que a forma da interpretação - da relação dos sujeitos com os sentidos - é historicamente modalizada pela formação social em que se dá, e ideologicamente constituída” (ORLANDI, 1996, p. 146-147).

É, pois, nesse vaivém, nesse corpo a corpo com a linguagem, que o sujeito (se) diz; que o sentido e o sujeito escapam para outros sentidos, deslocando-se para outras posições, surgindo, dessa forma, o equívoco e o irrealizado no processo polissêmico, tendo na metáfora o seu ponto de convergência.

Com isso, (re)tomamos o conceito de pré-construído, que, segundo Pêcheux ([1975], 2009) diz respeito a uma marca em um enunciado de um discurso anterior a ele, portanto, a um “já-dito” que sustenta cada palavra e/ou enunciado, remetendo um dizer a toda uma filiação de outros dizeres.

No caso das formulações desta nossa pesquisa, percebemos uma remissão “[...] ao ‘sempre-já-ai’ da interpelação ideológica que ‘fornece-impõe’ a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, [1975], 2009, p. 151. Grifos do autor). Logo, reafirma-se que “[...] Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.” (ORLANDI, 2010, p. 24). Esse pressuposto considera que o sentido faz parte de uma rede de constituição, que, mesmo sofrendo deslocamentos, sempre carrega um “[...] pano de fundo, o que está em questão é a materialidade da língua” (HENRY, 2013, p. 15).

Assim, é importante discorrer sobre a noção de discurso e texto para compreender como diferentes textualidades – adesivos, quadrinhos, para-choques de caminhão, entre outros suportes que textualizam, no caso dessa pesquisa, o discurso sobre a mulher – administram os sentidos.

Para tanto, de início, retomamos a noção de discurso como “[...] efeito de sentido entre os locutores” (ORLANDI, 2010, p. 21), pois, “O discurso, por princípio, não se fecha. É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos, mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história [...]” (*idem*, p. 71).

A autora nos diz que “[...] a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento”. Sendo dessa forma, o discurso é uma construção social, não individual, e que só pode ser analisado considerando-se seu contexto histórico-social e suas condições de produção.

(...) os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está nas essências das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como a linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca. (ORLANDI, 2010, p. 43).

Assim, o discurso constitui-se em uma prática de linguagem ligada ao contexto social de produção, como nos explica Lagazzi (2011, p. 503), que afirma que somos apanhados nas

possibilidades que a língua nos apresenta em sua relação com a história, a partir das condições de produção, pois, para a autora, o sujeito não domina os sentidos, portanto, não diz o que quer, “mas sim o que é possível ser dito”, a partir das posições-sujeito que ocupa, pois:

A perspectiva discursiva materialista reconhece que as condições de produção funcionam como determinações históricas que não ficam visíveis para o sujeito conscientemente, mas que o coagem a responder às demandas que se impõem a partir das relações de força que organizam nossa sociedade capitalista, uma sociedade que se estrutura pela venda da força de trabalho de todos, nas mais diferentes funções que possamos ocupar e com os mais diferentes salários que recebamos. (LAGAZZI, 2011, p. 503).

Nesse entendimento, a Análise do Discurso, proposta por Pêcheux, apresenta questões para a Linguística, questionando-a pela historicidade que esta exclui, do mesmo modo que questiona as Ciências Sociais acerca da transparência da linguagem, sobre a qual ela se constrói.

Conforme já afirmado, segundo Pêcheux (2014), a Análise de Discurso não opera com a evidência do sentido e nem com a noção de sujeito intencional como origem do sentido ou do dizer, visto que, nessa concepção teórica, a língua é considerada como um sistema sujeito à incompletude e a discursividade trabalha com a inserção dos efeitos materiais da língua na história, incluindo a análise do imaginário na relação dos sujeitos com a linguagem.

O autor propõe, assim, uma prática de análise baseada nas formas materiais, cuja materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica deste é a língua, constituindo um pressuposto que o leva a afirmar que o discurso é o observatório da relação entre língua e ideologia.

Sobre o discurso, Pêcheux (2014) relaciona a linguagem à sua exterioridade e, para isso, estabelece a noção de interdiscurso, um conjunto de já-ditos que sustenta todo dizer. Nesse pressuposto se diz que os sujeitos estão filiados a um saber discursivo que não se aprende, porém, produz seus efeitos por meio do funcionamento da ideologia e do inconsciente, estruturas com funcionamentos específicos. Para o autor, o interdiscurso está articulado às formações ideológicas, que ele reafirma, dizendo que alguma coisa fala antes, em outro lugar, independentemente. Assim, diz ele que as palavras não têm um sentido ligado à sua literalidade, ou seja, o sentido é sempre uma palavra por outra, ele existe em relações de metáfora, de transferência, que se dão nas formações discursivas, que são seu lugar histórico provisório.

Nesse gesto de leitura proposto, o autor assegura que, para fugir do efeito de evidência enquanto resultado do trabalho da ideologia, é necessário que o olhar do leitor se dirija à

opacidade do texto, para que a compreensão se produza sempre a partir da relação com outros dizeres já ditos, que circulam e que continuam a produzir seus efeitos.

Para a instalação da noção de discurso como um novo campo de pesquisa, Michel Pêcheux criticou a análise de conteúdo, o psicologismo e o sociologismo, assim, não se deteve apenas ao já posto pelo marxismo, mas lançou mão também da Linguística e da Psicanálise, propondo, por sua posição particular, uma mudança de terreno que explicita as relações entre sujeito, língua e história.

Com esses estudos, o autor extrapola a condescendência ao Marxismo, à Linguística e à Psicanálise, o que implica uma mudança nos estudos da linguagem, atingindo as áreas das ciências humanas e sociais. A partir desses novos elementos que se somaram aos estudos da linguagem, Pêcheux reintroduz a noção de sujeito e de situação, sem se deter na análise de conteúdo, que tenta extrair sentidos do texto (enquanto que a análise de discurso entende que a linguagem não é transparente e estuda o texto como materialidade própria e significativa, juntamente com as condições de produção que compreendem os sujeitos, a situação e a memória), apresentando, dessa forma, a noção de acontecimento junto à noção de estrutura. A partir de então, Pêcheux apresenta uma teoria não subjetiva de sujeito e sustenta a análise na relação do real da língua e no real da história, o que marca novo percurso no/para o campo das ciências da linguagem, essa que trabalha o sentido na contradição, escapando da oposição do formalismo ao sociologismo.

Orlandi (2017, p. 16) toma Saussure para dizer que “[...] A língua é o sistema onde tudo se mantém. É social, é constituída de constantes. De seu lado, a fala é ocasional, histórica, é individual e constituída de variáveis.” Para Saussure a língua é o sistema abstrato, fato social, produto da coletividade, que estabelece os valores (desse sistema) por meio da convenção social, sobre a qual os sujeitos não teriam nenhuma influência. Para considerar a língua como um sistema de valores, esse autor parte da análise de dois de seus aspectos básicos a saber, as ideias e os sons.

Já para Orlandi (1996, p.20), “[...] a linguagem é um sistema de relações de sentido no qual, a princípio, todos os sentidos são possíveis, ao mesmo tempo em que a materialidade impede que o sentido seja qualquer um”. Há um constante embate entre possibilidades de sentido e a própria materialidade linguística que apresenta indícios que possibilitam ao analista compreender tais efeitos de sentido.

A Análise do Discurso não apresenta uma teoria da língua nem de texto, visto que sua singularidade principal é dar visibilidade aos efeitos de sentidos produzidos entre interlocutores, a partir da relação necessária da língua com a história.

Segundo Malidier (2003, p. 51), “[...] o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função das relações de dominação, subordinação, contradição”, portanto, não se reduz a simplesmente a texto. Sobre essa premissa Pêcheux ([1975] 2009, p. 149) define, então, o interdiscurso como “[...] aquilo que fala sempre antes, em outro lugar e independentemente”, confirmando a ideia de que o texto em si não possui identidade própria, estabelecendo-se, assim, a diferença entre texto e discurso.

Nesses termos, o autor discorre que o texto se constitui na relação entre o interdiscurso e o intradiscurso. Para ele, o interdiscurso trabalha com os saberes constituídos na memória do dizer, ou seja, com os sentidos do que é dizível e que circula na sociedade, saberes que já existiam antes do sujeito como construção coletiva, o que o autor denomina de saberes pré-construídos.

Pêcheux ([1975] 2009, p. 149) diz que o interdiscurso é como a memória do dizer e que é por ela que o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso bem como pensa ter controle sobre o que diz, ou seja, “algo fala” (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, sob as determinações das formações ideológicas. O intradiscurso é caracterizado como o “[...] fio do discurso [...] o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (ORLANDI, 2010, p. 33).

Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2017) trabalham o conceito de texto em seu percurso histórico, em diferentes teorias e em suas relações com as práticas de linguagem e os sujeitos. Para as autoras, o texto é uma unidade significativa que, para ser considerada como texto, precisa ter textualidade, que é a função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade.

As autoras afirmam que é por meio da relação do texto com a sua exterioridade que podemos pensar o funcionamento do texto e não a sua função:

Não são as palavras que significam, mas o texto. Quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, é porque sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa. A palavra que significa é uma palavra textualizada. [...] há uma ligação entre a história lá fora e a historicidade do texto, a trama dos sentidos nela, mas ela não é nem direta, nem automática, nem de causa e efeito, e nem se dá termo a termo. (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2017, p. 25).

Com essa explicação, é necessário buscar a materialidade histórica de constituição da história das mulheres para compreender o funcionamento da língua(gem) nos enunciados sobre elas, como será discorrido mais adiante.

Gallo (1992, p. 103), a partir de estudos sobre a produção oral e escrita de alunos da *Escola do Sítio*, em Campinas, em 1987, buscou compreender o funcionamento discursivo dessas produções, consideradas como texto, ou seja, como “[...] produto de um discurso, e material histórico, mas que, no entanto, conserva em si as pistas que remontam à materialidade histórica que está na origem de sua produção, e que são atualizadas pelo sujeito em um movimento de reprodução/transformação”.

Segundo a autora, ao optar pela Análise de Discurso para proceder tal análise, ela compreendeu o percurso das ideias que cada sujeito-aluno fez, identificando, pelos gestos de leitura, as pistas dadas pelo próprio texto, pelas condições de produção e pelos interlocutores.

Indursky (2017, p. 39), por sua vez, apresenta uma reflexão sobre a noção de texto, a partir das diferentes teorias dos estudos da linguagem. Nesse trabalho, a pesquisadora investiga a noção de texto pelo viés teórico de cada teoria linguística: a textual, a enunciação, a semiótica e a análise do discurso, adiantando que “O sentido do texto muda de acordo com o aparato teórico de que nos cercamos para concebê-lo”, pois a concepção de texto não é a mesma para todos, da mesma forma o trabalho a ser feito com cada texto também deve ser diferente.

Ao discorrer sobre a concepção de texto para a Análise do Discurso, Indursky (2017), apresenta alguns conceitos teóricos da área que ela entende serem necessários à compreensão da noção de texto: *sujeito, autor, leitor, condições de produção, ideologia, sentido e historicidade* entre outras. Assim, afirma que “A questão do texto está na origem da fundação da análise de discurso”, a partir do que Harris (1969, p. 8-9) apresenta como sendo os dois aspectos relevantes a serem considerados: primeiro, que a linguística trabalhe para além dos limites da frase, utilizando a metodologia distribucional, já utilizada na descrição de frases; e, segundo, que tais estudos sejam feitos levando em consideração as relações de língua e cultura.

Indursky (2017, p. 77) acrescenta ainda que “[...] pode-se pensar o texto como um espaço discursivo, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações não só com o contexto, mas também com outros textos e com outros discursos [...]”, citando que as relações, que se dão entre o sujeito-autor e o texto, são textuais – referidas à organização interna do texto –, e intertextuais – que relacionam um texto a outros textos e as relações interdiscursivas que aproximam o texto de outros discursos.

A autora ainda apresenta uma comparação entre o conceito de texto para a análise de discurso e a semiótica: o texto, na semiótica, está limitado pelas relações estabelecidas em seu interior, enquanto para a análise do discurso o texto é atravessado pelo interdiscurso. Assim, o texto enquanto uma “[...] peça de linguagem completa, acabada e fechada” (ORLANDI, 2010, *apud* INDURSKY, 2017, p. 81) é apenas um efeito que, dado como evidência, pela ideologia,

produz-se como efeito-texto, produzindo a ilusão de completude e homogeneidade, visto que seu fechamento é da ordem do simbólico.

Nas elaborações sobre a noção de texto, Orlandi (2005, p. 197):

[...] delegou à noção de texto uma função analítica [...]. [...] se constitui como delimitação imaginária, instaurando na incompletude do discurso um contorno material imaginariamente finito, isto é, uma unidade de análise do discurso que, enquanto tal, é uma superfície linguística fechada em si mesma (tem começo, meio e fim).

Para a autora, o texto é uma peça de linguagem que representa uma unidade significativa, bem como é, também, um objeto linguístico-histórico. A partir dessa definição, a pesquisadora concebe o que é o texto, para a análise de discurso, é uma unidade complexa de significação, cuja análise implica condições de sua produção – contexto histórico-social, situação e interlocutores, pois o texto como objeto teórico não é uma unidade completa, visto que seu sentido se constrói no espaço discursivo dos interlocutores, por isso, o analista precisa observar não o que o texto diz, mas como o texto funciona, de acordo com as suas condições de produção e interlocutores (ORLANDI, 2011, p. 197-198).

O conceito de texto, conforme trabalhado no ensino da Educação Básica, está muito distante do que afirma a autora, pois o texto é uma peça de linguagem em que as palavras não significam em si, mas na relação que elas estabelecem com a exterioridade, ou seja, quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, isto é, a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa.

Para a autora, a compreensão do conceito de texto permite compreender a relação com o interdiscurso, bem como a relação com os sentidos, os mesmos e os outros, pois o texto constitui-se como uma unidade de análise permitindo compreender a materialidade discursiva, na qual a memória ganha corpo (ORLANDI, 2017).

Assim, cada texto faz parte de uma teia ou cadeia que se manifesta como processo discursivo específico, nos quais a história e a ideologia não se configuram como elementos externos ao texto. Assim, não se trata de trabalhar a

[...] historicidade refletida no texto, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos. [...] há uma região menos visível, menos óbvia, mas igualmente relevante que é a da materialidade histórica da linguagem. O texto é um bom observatório para se refletir sobre isso (ORLANDI, 2017, p. 26).

Nessa perspectiva, o texto pode ser tanto oral quanto escrito e incluir as linguagens não verbais, que também demonstram aspectos do funcionamento do dizer, pois a concepção de texto passa pela compreensão da relação entre discurso e texto (ORLANDI, 2005, p. 10).

A autora nomeia três princípios importantes para a Análise de Discurso: 1) “Não há sentido sem interpretação”; 2) “A interpretação está presente em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa” e 3) “a finalidade do analista de discurso não é interpretar, mas compreender como um texto funciona, ou seja, como um texto produz sentidos” (*idem*, p. 19).

Assim, o texto “[...] do ponto de vista de sua apresentação empírica, é um objeto com começo, meio e fim, [porém como discurso] [...] reinstala-se imediatamente a sua incompletude [...]. [...] na perspectiva do discurso, o texto não é uma unidade fechada” (ORLANDI, 2005, p. 64).

A autora explica que, enquanto unidade de análise, o texto pode ser considerado uma unidade inteira, porque ele tem relação com outros textos existentes, possíveis ou imaginários, com as suas condições de produção, incluindo-se os sujeitos e a situação, ou seja, o texto se relaciona com a exterioridade que lhe é constitutiva – o interdiscurso, a memória do dizer.

A partir das considerações de Orlandi (2001), há três estágios pelos quais passa a leitura: a *inteligibilidade*, a *interpretação* e a *compreensão* do texto, assim, esses conhecimentos nos permitem compreender o funcionamento do texto nas práticas de leitura, quando o inteligível refere-se ao processo pelo qual se atribui um sentido literal, a partir da decodificação da palavra e diz respeito apenas ao sentido dicionarizado e convencionado nos manuais didáticos – é a apreensão pura e literal do sentido da palavra.

A interpretação, por sua vez, é o estágio seguinte, quando se dá a relação com o contexto apreendendo-se as informações do texto, considerando a relação do texto com os demais aspectos sócio-históricos e/ou implícitos. A interpretação é, então, esse segundo momento, esta prática que extrapola a letra do texto, pois se baseia nas relações entre texto e contexto.

Por fim, a compreensão do texto vai além dos dois primeiros estágios (ORLANDI, 2001), pois, para compreender o texto, é preciso relacionar os diferentes processos de significação que acontecem. Compreender o texto é, portanto, uma atividade complexa, pois se pressupõe que se coloque o texto em relação com o processo de enunciação, relacionando-o com o contexto sócio-histórico, considerando os contextos de produção e circulação.

No estágio da compreensão é que se dá o reconhecimento dos possíveis sentidos do texto, a identificação das informações implícitas e os possíveis diferentes sentidos do texto. Nesse estágio da leitura, o leitor já compreendeu que o sentido do texto pode sempre ser outro,

que pode haver equívoco constitutivo na linguagem, em razão da opacidade, presente em cada texto.

Nessa linha, se inscreve a produtividade do conceito de textualidade, que é, para Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2017), o resultado da relação entre a materialidade discursiva com a linguagem, em diferentes formas significantes, que se dá em específicas condições de produção e em relações significantes determinadas historicamente.

Em outras palavras, o que faz com que a materialidade discursiva seja percebida como texto é a característica principal deste, ademais, um conjunto de frases ou palavra constitui-se em um texto quando é apreendido pelos interlocutores como um todo articulado e que faz sentido nas práticas de linguagem em que se realiza.

Pêcheux ([1982], 2014, p. 63) afirma que se supõe um desejo de desambiguação do texto:

Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de “terapêutica da linguagem” que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados. É uma das significações políticas do desígnio neopositivista esta de visar construir logicamente, com a bênção de certos linguistas, uma semântica universal suscetível de regulamentar não somente a produção e a interpretação dos enunciados científicos, tecnológicos, administrativos..., mas também (um dia, por que não?) dos enunciados políticos.

Nessa abordagem, o sentido passa a ser visto como efeito de sentido para destacar que, na mesma base linguística, há possibilidade de sentidos diferentes, visto que não há sentidos fixos, estabilizados que cubram a materialidade sintática, pois os sentidos resultam de determinações externas.

Orlandi (2010, p. 52), confirma que o sentido literal de uma palavra ou expressão é uma ilusão, já que “O falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso”. Assim, cabe ao analista do discurso considerar as condições de produção do discurso, levando em conta as “estratégias” retóricas, as “manobras” estilísticas para compreender que não há transparência no discurso e, assim, considerar a opacidade do texto.

As determinações externas se fazem, segundo Pêcheux (2015, p. 50), pelo real da história: “[...] o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior”.

Nas palavras do autor, a memória “[...] cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de reservatório”, que constitui-se em um espaço de disjunções, deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização, um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 2015, p. 50).

Pêcheux (1996, p. 150) afirma que ao considerarmos:

[...] o efeito do pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado como sujeito [...] embora continue a ser ‘sempre já sujeito’ e consideramos essa discrepância (entre a estranheza familiar desse fora situado antes, alhures e independentemente) o sujeito identificável, responsável, passível de responder por seus atos opera ‘por contradição’, tanto a atravessada pelo sujeito em completa ignorância, ou ao contrário, quando ele a apreende no primeiro plano de sua mente como ‘espirituosidade’ (*Grifos do autor*).

A partir dessa consideração, o autor cita o chiste, as frases de efeito como regidos pela contradição inerente a essa discrepância; ele afirma que os chistes e as frases de efeito constituem-se em sintomas da contradição e são sustentados pelo círculo que liga a contradição sofrida, isto é, a “estupidez” à contradição apreendida e exibida, isto é, a “ironia”, por exemplo. (PÊCHEUX, 1996, p. 150). (*Grifos do autor*).

O papel de sintoma, que o autor discerniu na operação de um certo tipo de chiste (em que o que está subentendido é a identidade de um sujeito, uma coisa ou um acontecimento), diz respeito à questão da interpelação-identificação ideológica, pressupondo a existência de um processo do *significante* nessa interpelação-identificação.

Sobre essa referência ao processo do *significante* na interpelação-identificação, o autor explica que não se refere ao “papel da linguagem” em geral ou “ao poder das palavras” ou levantar questões sobre o signo, que designa algo para alguém, como também afirma Lacan, ou o *significante*, isto é, aquilo que representa o sujeito para outro *significante*. (PÊCHEUX, 1996), porém, Pêcheux afirma que a segunda hipótese é a adequada a ser considerada neste contexto, já que é ela quem trata do sujeito como processo de representação dentro do não-sujeito constituído pela rede de *significantes*, no sentido que Lacan apresenta: o sujeito é “captado” nessa rede de “substantivos comuns” e “nomes próprios”, como efeitos “deslizantes”, construções sintáticas e outros, de tal maneira que resulta como “causa de si mesmo”.

Pêcheux explica que é exatamente a existência dessa contradição, o resultado de uma “causa de si mesma”, com papel relevante no processo do *significante* na interpelação-

identificação, que cria o *processo*, na medida em que os “objetos” que nele aparecem duplicam-se e se dividem para atuar sobre eles mesmos, como diferentes deles mesmos.

Nos estudos sobre a língua(gem), Gadet e Pêcheux (2010, p. 193) discorrem sobre o chiste (*Witz* judeu e *joke* anglo-saxão), em *A Língua Inatingível*, abordando questões como a incompletude constitutiva da língua, o impossível do fechamento e do controle pleno dos sentidos. Segundo os autores, a diferença entre o *Witz* judeu e o *joke* americano se faz pelo fato de o primeiro ser “[...] literalmente obcecado pelas questões de fronteiras (fronteiras do sentido, do corpo, da língua e do pensamento...)”, marcando a dificuldade de interação entre ideias e cultura, visto que joga com o absurdo. O segundo, por sua vez, joga com a lógica, apresentando assimilação ao contexto de uma ideologia dominante:

O *joke* é a resposta do camponês americano a seu pastor, no momento em que este último o convidava para agradecer ao Senhor por lhe ter dado uma terra tão bela: “Se o senhor tivesse visto o estado desta terra, quando Ele ma deu!...” O *Witz* é a resposta do pequeno alfaiate judeu a seu cliente descontente por ter esperado durante seis anos a entrega de uma calça e observado que Deus só havia levado seis dias para criar o mundo: “Sim, mas veja a calça e veja o mundo...”. (GADET e PÊCHEUX, 2010, p. 195).

Com as duas histórias acima, os autores (2010, p. 195) apresentam o percurso “[...] do otimismo operatório e demiúrgico da atividade humana transformando o mundo, ao pessimismo lúcido daquele que sofre as vicissitudes como um destino histórico”. No *Witz*, o equívoco salta e transita pelos desvios do texto, perpassando pelas brechas que se abrem por suas ambiguidades, para revelar o absurdo da situação, conservando-se, assim, as possibilidades de interpretação no desvio textual, por isso, o *Witz* é “[...] obcecado pela letra de um texto indefinidamente ambíguo, desprovido, na origem, dos limites da pontuação, e das marcas modalizadoras da afirmação e negação: um aquém da frase, nos conteúdos indeterminados e inacabados. No *joke*, por sua vez, o absurdo retorna para o instrumento domesticador das necessidades, fazendo surgir um raciocínio lógico que acaba por absorver o equívoco e ressaltar o modelo.

Freud passou a maior parte do seu tempo de escrita dedicando-se a explicar sobre o chiste/*Witz* que para ele era uma forma de prazer, conforme descreve: “O chiste, o cômico e todos os métodos similares para adquirir prazer da atividade psíquica não passam de caminhos para, se esse ânimo elevado - a euforia – não estiver dado como disposição geral da psique, readquiri-la a partir de um ponto singular” (FREUD, 1997, p. 310), que rompe com as regras

readquiri-la a partir de um ponto singular”, que rompe com as regras sociais levando o sujeito a transgredir a lei do que pode e não pode ser dito.

Mas para Jacques Lacan, a técnica do Witz é igual à técnica do significante, ou seja, as diferentes técnicas levantadas por Freud, ao final das contas, podem ser pensadas como produção de metáfora e de metonímia, já que o inconsciente é estruturado como uma linguagem.

Tomamos o texto “Metáfora e interdiscurso”, de Pêcheux, que trabalha os conceitos de metáfora e metonímia inicialmente dizendo que a metáfora necessita do interdiscurso. Nesse sentido, Pêcheux afirma que o sentido de um enunciado deve levar em conta a noção de materialidade discursiva: “nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as ‘mentalidades’ de uma época, mas [...] as condições verbais de existência de um objeto (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada”. (ORLANDI, 2014, pp. 151-152). Nesse texto, Pêcheux considera, principalmente por meio da história, a possibilidade da existência do discurso, a existência histórica da discursividade, e retoma a noção de formação discursiva e interdiscurso. Nesse ponto, Pêcheux, discorrendo sobre a materialidade histórica, retoma Foucault, na Arqueologia do saber (ORLANDI, 2014, pp. 156-157) e escreve que “os efeitos do interdiscurso não se resolvem em um ponto de integração, mas se desenvolvem em contradições.” Mais adiante, Pêcheux explica (ORLANDI, 2014, p. 158) que não “há de início uma estrutura sêmica do objeto” que pode se manifestar nesta ou naquela situação, porém, há uma “referência discursiva do objeto” que é construída em formações discursivas, nas áreas técnicas, morais, políticas e outras que “combinam seus efeitos de interdiscurso”. Assim,

(...) o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade, torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é *porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e deslocar historicamente. (PÊCHEUX, 2014, p. 158). (*Grifos do autor*).

Para o autor, é no interdiscurso que os sentidos podem se metaforizar de modo a constituir e deslocar sentidos. Nesse entendimento, o autor menciona um exemplo emprestado à J. Link (Die Sprache des Journalismus), que era interpretar a diferença clássica entre as representações anarquistas e marxistas da destruição do Estado, que apresentava nos dois casos a figura do *incêndio*. Nessa formulação, J. Link diz que a interpretação anarquista do incêndio é *metonímica*, pois incêndios podem representar um incêndio geral, algo que queima, que simboliza ele próprio o conjunto revolucionário, enquanto que a interpretação marxista é

metafórica: incêndio não no sentido de queimar, mas extinção do conceito do modelo político vigente naquele período, assim, a destruição do estado burguês é tomada “como” um incêndio por meio de uma analogia. (PÊCHEUX, 2014, p. 160). (*Grifos do autor*).

Diante dessa questão, Pêcheux, com base na noção de interdiscurso e de sequência pré-construída, diz que deseja “argumentar justamente na direção oposta” a essa consideração e apresenta uma análise, mostrando que tanto o modo metonímico quanto metafórico são metáforas.

Para fundamentar a sua afirmação, o autor apresenta uma análise tomando o discurso urbano do século XIX e escreve que se tomarmos as sequências discursivas:

S1: “As lojas X/o banco Y/ o prédio administrativo Z/... foram destruídos pelo incêndio.”. E S2: “É preciso destruir o estado burguês pela Revolução” (do discurso político revolucionário clássico pertencente tanto aos anarquistas quanto aos marxistas).

Ante a essa organização, o autor afirma que nas sequências:

- S1: Incêndio-destruir prédios/bancos/lojas.
- S2: Revolução-destruir-estado burguês.

Pêcheux afirma, então, que o elemento incêndio como metáfora pode ser importado de duas formas. Sob a forma de *inserção*: “o incêndio da revolução destruirá o estado burguês” ou por *substituição*: “viva o incêndio do estado burguês”. O autor afirma que nos dois casos o efeito metafórico se dá por meio de um “curto-circuito” entre os termos incêndio/revolução, como metáfora poética.

A seguir, após o “curto-circuito” metafórico o autor insere um novo elemento na relação S1/S2, uma “[...] sequência textual transversal” que liga o S1 ao S2, e cria o fio de trama:

S3: “O Estado burguês protege as lojas, os bancos, as administrações”

Assim, as expressões “prédios/bancos/lojas” e “Estado burguês” metaforizam que o estado burguês protege as instituições e estabelecimentos. Com isso, os termos incêndio/revolução *metonimizam* na/da irrupção anarquista como “uma tentativa de elucidar como um efeito de interdiscurso pode se transformar em exemplo de repercussões históricas”. (PÊCHEUX, 2014, p. 160).

Ante a essas considerações, Pêcheux afirma que a metáfora se dá fundamentalmente como uma perturbação que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do Witz ou do enigma. Já a metonímia apareceria ao mesmo tempo como uma tentativa de “tratar” esta perturbação, ou seja, um trabalho de reconstruir as suas condições de aparecimento, como por exemplo, como um biólogo reconstrói conceitualmente o processo de uma doença para intervir sobre ela. (PÊCHEUX, 2014, 160).

Em consonância a essa assertiva Pêcheux (2009, p. 240), na conclusão do seu trabalho *Semântica e Discurso*, afirma que a metáfora é “constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso”.

Lagazzi (2013) também nos oferece contribuições sobre os estudos da metáfora e da metonímia e, para isso, tomamos as suas considerações em “A imagem do corpo no foco da metáfora e da metonímia”, em que ela retorna aos estudos de Althusser (1984, p. 67) para explicar que “o discurso é condição absoluta de qualquer discurso”. Althusser referencia os estudos de Lacan como primordiais para a “compreensão de que é sob a lei da linguagem que se fixa e se dá toda a ordem humana” (idem, p. 64).

Lagazzi (2013, p. 105) escreve que:

Poder dizer que estamos todos sob a lei da linguagem e que o discurso do inconsciente é condição para que a linguagem se realize, me permite compreender que Lacan submete a ordem humana ao inconsciente, e isso é uma questão de filiação! (LAGAZZI, 2013, p. 105).

Para fundamentar essa sua afirmação a autora retoma os estudos de Lacan e Althusser (1984, p. 65) e explica sobre a Ordem Simbólica, que é a Ordem do significante, a ordem inconsciente do discurso. Lagazzi cita os dois momentos da passagem da existência biológica à existência humana: o primeiro, como "o momento da relação dual" e o segundo momento, que permitirá à criança situar-se como “humana num mundo de terceiros adultos”.

Lagazzi explica que “Embora o primeiro momento seja o do imaginário e o segundo momento o do simbólico”, os dois se dão em uma “uma única Lei, a do Simbólico [...] sob a própria forma da Ordem do significante, ou seja, sob a forma de uma Ordem formalmente idêntica à ordem da linguagem” (ALTHUSSER, 1984, p. 65). Nessa relação está o discurso do inconsciente, o discurso do Outro, do grande Terceiro, que permite a objetivação nas relações de linguagem. (LAGAZZI, 2013, p. 104).

E nessa relação com o inconsciente a autora discute o conceito da metáfora e da metonímia. Segundo Althusser, retomando Freud, o deslocamento e a condensação, foram princípios necessários para explicar o trabalho do sonho e chegar à correlação que Lacan fez entre o deslocamento e a condensação com as figuras linguísticas da metonímia (combinação) e da metáfora (seleção), elaboradas por Jakobson como sendo os dois eixos da linguagem.

Althusser afirma que desses dois eixos da linguagem formulados por Jakobson “[...] o lapso, o ato falho, a piada e o sintoma se tornavam, como os elementos do próprio sonho: *Significantes*, inscritos na cadeia de um discurso inconsciente, dublando em silêncio, ou seja,

em voz ensurdecadora, no desconhecimento do "recalcamento", a cadeia do discurso verbal do sujeito humano. Com isso, éramos introduzidos ao paradoxo [...] de um discurso duplo e uno, inconsciente e verbal, só tendo como campo duplo um campo único sem nenhum além a não ser em si mesmo: o campo da "cadeia significante". (ALTHUSSER, 1984, p. 63).

Sobre o deslocamento e a condensação na/da “cadeia significante, Lagazzi, apoiando-se em Lacan na Ordem do significante, relembra que a condensação é uma metáfora e que o deslocamento é uma metonímia, sendo ambas definidas a partir da cadeia significante. Com isso, Lagazzi reafirma que a partir da cadeia significante a metáfora nos “faz pensar a alteridade e a metonímia afirma a falta constitutiva da cadeia significante”. (LAGAZZI, 2013, p. 106). Com outras palavras, a autora escreve que “tanto a metáfora quanto a metonímia nos fazem pensar a alteridade: a alteridade pela deriva na metáfora e a alteridade no encadeamento, pela metonímia.”. Ou seja, no encadeamento desses pontos entre metáfora e metonímia, a metáfora se constitui como o aparecimento de um significante vindo de uma outra cadeia numa dada cadeia significante. Este significante, a metáfora, quando atinge determinado ponto nessa cadeia significante ultrapassa a barreira do algoritmo e interrompe o significado da primeira cadeia. E nesse lugar a metáfora produz um efeito do não sentido mostrando que “é antes do sujeito” que surge o sentido. A metonímia se caracteriza pela falta que constitui a cadeia significante. E marca a função essencial da falta no interior da cadeia significante que é a conexão dos significantes que permitem operar "a transferência" daquilo que não deixa de faltar em um discurso. A metonímia, numa cadeia significante, remete menos de um termo para outro. (DUCROT; TODOROV, 1982, p. 417).

Dessa forma, de acordo com a cadeia significante, a metáfora e a metonímia sempre estarão juntas, “em determinação mútua, seleção e combinação, condensação e deslocamento, recalque e falta, se constituindo em processos sempre em concomitância na realização da linguagem” e a linguagem fazendo o entrelaçamento nesses/desses processos.

De acordo com Lagazzi (2013, p. 107) metáfora e metonímia definem as relações de/da linguagem como um jogo significante e estruturado do/no discurso do inconsciente, assim como, para Lacan, o sentido recalcado e desejo do que sempre falta são as definições para a metáfora e a metonímia. A autora considera o significante “[...] constituído por uma estrutura que também tem um ‘centro’ apenas no desconhecimento imaginário do ‘eu’, ou seja, nas formações ideológicas em que ele se ‘reconhece’” (ALTHUSSER, idem, p.71).

Na mesma direção, Azevedo (2014, p. 101) afirma que Lacan, ao teorizar o "campo da cadeia significante", reconhece nele as figuras essenciais da Linguística: a metonímia e a metáfora. A autora afirma que:

[...] para Althusser (1985, p. 63), o lapso, o ato falho, a piada e o sintoma tornam-se “significantes, inscritos na cadeia de um discurso inconsciente, dublando, em silêncio, ou seja, em voz ensurdecadora, no desconhecimento do recalçamento, a cadeia do discurso verbal do sujeito humano”. (AZEVEDO, 2014, p. 101).

Para Pêcheux, ([1969] 2014) os “deslizamentos semânticos”, que caracterizam as paráfrases do dizer, produzem o mesmo efeito de sentido em relação a um contexto dado. Ele denomina “de efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y [...]” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 96).

Nesse entendimento, Orlandi (2020, p. 82) afirma que “[...] não há sentido sem essa possibilidade de deslize, e, pois, sem interpretação. Essas assertivas nos fazem compreender “a interpretação como constitutiva da própria língua”.

Dessa forma, considerando a opacidade do texto e a não-transparência da linguagem, bem como o reconhecimento da espessura linguístico-histórica, teremos a construção de um dispositivo analítico do discurso, na noção de efeito metafórico, isto é, como mecanismo parafrástico. (ORLANDI, 2020, p. 81).

CAPÍTULO IV

PÃO E CIRCO À CUSTA DAS MULHERES: O RISO QUE DESQUALIFICA

Ora, as piadas só podem ocorrer num solo fértil de problemas [...], solos cultivados durante séculos de disputas e preconceitos. (POSSENTI, 1998, p. 37).

Elaboramos o título para este capítulo como *Pão e circo à custa das mulheres: o riso que desqualifica* lembrando o acontecimento *pão e circo*, em cujo momento histórico o imperador disponibilizava lazer e entretenimento para saciar a fome da população e, dessa forma, apaziguava o povo. Essa lembrança também nos remete ao texto *Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história*, de (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 2014), que utilizaremos em nosso estudo quando trabalharmos com o dispositivo analítico.

Nessa direção, apresentaremos as considerações de alguns estudiosos para refletirmos sobre o funcionamento do riso, de modo geral.

Segundo Dunker (2016), as pessoas riem de alguma situação ou de alguém porque no íntimo delas acontece certa contradição com o que elas pensam. Com essa afirmação, o autor diz que a pessoa ri a partir do lugar de sua superioridade. Ou seja, quem ri de uma situação ou de um sujeito se julga em melhores condições do que aquilo ou daquele de quem ri. Esse estudioso diz que quem ri de alguém se considera numa situação privilegiada e acima daquele de quem ri.

Nessa mesma direção, Propp (1992, p. 46), afirma que as pessoas riem de alguma situação ou de alguém, porque no íntimo delas acontece certa contradição com o que elas pensam, como situações de fracasso e insucesso na vida dos sujeitos, como também, sobre a mentira, a zombaria e o cinismo.

La Taille (2017), afirma que o riso e o humor se relacionam com o prazer e a alegria, mas também com a dor, a violência e a tristeza. Ele escreveu que o riso é sempre humilhante para quem é dele objeto, porém, fazendo um contraponto mencionamos que há também as pessoas que riem de si mesmas num gesto de diversão.

Outro estudioso das formas de humor é Jean Marc Moura (2010 *apud* La Taille, 2017, p. 358) que não faz distinção entre humor e ironia, nem cria nenhuma hierarquia, mas classifica oito categorias que levam ao riso, a saber: humor, espírito, ironia, sátira, piada, nonsense

(absurdo), sarcasmo e cinismo. Para La Taille (2017, p. 356) são formas de humor, os chistes, as ironias, as sátiras, as piadas, o nonsense, o sarcasmo, entre outros mais.

Segundo o autor, as pessoas riem quando obtém algum sucesso, como boas notas num exame, quando vencem uma partida ou prova esportiva, quando ganham um prêmio ou recebem uma homenagem. As pessoas riem quando conseguem ser eleitos para algum cargo ou quando seu time conquista um título. Nesses casos, o riso é causado por um sentimento de superioridade. Esse autor afirma que o riso também pode vir por outros motivos, como por exemplo: ao se receber uma boa notícia, ao participar de uma festa, participar de um encontro com a família e amigos, ao reencontrar alguém que não se vê há muito tempo, estar em uma boa companhia, apreciar uma boa comida ou bebida, celebrar uma data importante e outros.

Eugène Dupréel (1949 *apud* La Taille, 2017, p. 358) fala do riso de acolhimento, é o riso alegre com o qual os membros acolhem alguém que chega. Há também o riso provocado por uma cena inusitada. Há o riso provocado para "quebrar o gelo", esse rir junto expressa cumplicidade e é um meio de aproximação social. Há também o riso espontâneo que é expresso pela pessoa que “ri à toa”, sem motivo. Há também o riso que pode advir de situações adversas, como por exemplo, quando a pessoa se sente orgulhosa de algum sucesso que tenha alcançado e, por isso, ela ri.

Charles Darwin (1998 *apud* La Taille, 2017, p. 358) em seu estudo sobre a expressão das emoções, destaca que a vergonha, oposta ao orgulho, também pode ser causa de riso em quem a experimenta: trata-se de um riso forçado, de uma forma de disfarçar o sentimento negativo perante outrem. A timidez e a insegurança, que não são motivos de alegria, também causam riso em alguns indivíduos. E há o riso de exclusão, aquele que um grupo faz para dizer a um indivíduo que o acham ridículo (Dupréel, 1949).

De acordo com La Taille (2017, p. 359) percebemos que há diferença entre rir de algo que foi bem-sucedido, rir de uma boa notícia ou de uma situação prazerosa e rir das desgraças alheias, o que revela, no mínimo, raiva ou desprezo.

E há o riso de humilhação, aquele que é causado por sentimento de ódio ou inveja da pessoa rebaixando-a à humilhação. O riso, também, pode decorrer de um estado de espírito eufórico, bem como de espírito disfórico ou no qual euforia e disforia estão juntas. Dizendo com outras palavras, pode-se dizer que o riso pode decorrer tanto da alegria e como também pode acompanhar o ódio, a raiva, a inveja, a vergonha, a insolência e o ciúme. Entretanto, é no humor que a relação entre alegria e tristeza encontra o seu mais importante e significativo aspecto, o lugar paradoxal do riso.

Já sobre o humor, La Taille (2017) diz que este é uma criação e uma das causas mais poderosas do riso. O humor pode surgir por meio de alguém subitamente inspirado por algo que presenciou ou diante de uma cena espirituosa ou um gesto engraçado. A ironia geralmente acompanha o gesto de humor com zombaria e/ou trocadilho que também levam ao riso. Esse autor também qualifica alguns tipos de humor, como o *humor que ofende a diversidade étnico racial* e as pessoas com deficiência. Ele afirma que este tipo de humor apresenta aspectos dramáticos, trágicos e macabros das circunstâncias da vida cotidiana, como por exemplo, descrição de cenas de morte, acidentes, guerra, fome, doenças e ou outras situações.

Há também o *humor de zombaria* que é aquele que ridiculariza e rebaixa o seu objeto de escárnio ao identificar a ausência de alguma virtude nos indivíduos em geral ou numa pessoa em particular. Esse tipo de humor contempla três tipificações. A primeira seria a zombaria de alguém na esfera privada, na família, grupo de amigos, colegas de uma mesma turma, por exemplo. A segunda contempla a maioria das piadas, das sátiras e das comédias e não costuma recair sobre pessoas particulares ou grupos em especial, mas é voltado para o que se poderia ser chamado de defeitos humanos, como a vaidade, a falta de inteligência, a falta de afeto e outros. A terceira forma do humor de zombaria, é zombar de alguém que seja uma celebridade ou uma personalidade. O humor que desencadeia um riso de zombaria consiste em tornar ridículo um defeito ou um vício de outrem.

Sobre o *riso de zombaria* o autor afirma que este assemelha-se ao *riso de humilhação*, ri-se de uma posição inferiorizada, a qual confere momentaneamente uma posição superior a quem ri. Quando os homens se juntaram para rir das mulheres por ocasião da Copa do Mundo de Futebol, em 2018, na França, e em outros países da Europa, era o riso de zombaria que eles provocavam uns nos outros. Percebe-se que o riso sobre as mulheres era pelo fato de elas desconhecem a língua e repetirem uma expressão que elas não sabiam o que significava.

Recentemente, assistimos nos noticiários o caso em que o empresário Ricardo Roriz, acompanhado de seu amigo, Celsão, filma, objetifica e sexualiza mulheres praticando yoga no Rio de Janeiro. Esse foi um caso de importunação sexual em que um homem filmou de maneira não consensual a advogada Mariana Maduro, de 33 anos, enquanto ela e uma amiga praticavam yoga na Lagoa Rodrigo de Freitas, zona sul do Rio de Janeiro. Nas imagens, os dois homens fazem gestos de cunho sexual e usam o *zoom* do aparelho para aproximar e registrar o momento em que uma delas executa os movimentos pondo-se de ponta-cabeça. A mulher entrou com uma denúncia contra os homens que faziam gestos obscenos e comentários de cunho sexual enquanto gravavam imagens delas. Percebe-se o riso e a intenção de provocar graça e

divertimento àqueles e àquelas que os seguem nas redes sociais²¹. Em seguida, um Boletim de Ocorrência foi registrado na 12ª DP, em Copacabana e os homens que aparecem no vídeo foram intimados para prestar esclarecimentos. Ricardo apagou o vídeo das redes sociais e não comentou o caso nos veículos de comunicação. À polícia Ricardo “contou que há seis anos começou a fazer vídeos e postar com toque de humorismo, mas que não desejava ofender e expor as pessoas sem autorização²²”, naturalizando o discurso de violência sexual contra a mulher, quando o agressor brinca de filmar as mulheres como forma de ridicularizá-las e expô-las nas redes sociais.

Passados alguns dias a Polícia Civil do RJ abriu outra investigação para apurar mais um caso de um vídeo publicado na internet no qual são feitos comentários sobre o corpo de uma mulher que se exercitava na Lagoa Rodrigo de Freitas, na Zona Sul do Rio²³. Percebe-se nessa narrativa a naturalização do discurso de violência sexual contra a mulher, que nesse caso o agressor brinca de filmar as mulheres como forma de lazer e entretenimento.

Mas os casos de abusos cometidos por Ricardo Roriz não pararam e um terceiro vídeo foi parar nas mãos da polícia. Dessa vez, segundo a delegada Valéria Aragão, “o empresário incita a violência contra a mulher, defendendo que o homem, depois de três meses com sua companheira, tenha o direito de agredi-la caso ela o contrarie de alguma forma. Por causa dessa conduta, ele será responsabilizado por incitação à violência contra mulher”.

Eu descobri porque mulher da gente é um bicho chato pra c*****. Sabe quem é o culpado? É a tal da Maria, Maria da Penha. Se a Maria da Penha não tivesse feito aquela lei. Se tivesse uma lei assim ‘Você está casado e está vivendo com uma mulher há mais de três meses, você tem direito de enfiar a porrada se ela te encher o saco’. Toda mulher seria maravilhosa, seria calminha²⁴.

Por esse vídeo, o empresário irá responder por incitação ao crime, pois a delegada responsável pelo inquérito, Valéria Aragão, afirmou ao G1, que vai apurar o delito cometido pelo autor do vídeo e que ele irá responder judicialmente por ele.

²¹ Disponível em <https://www.hypeness.com.br/2020/08/homem-filma-objetifica-e-sexualiza-mulheres-praticando-yoga-no-rio-de-janeiro/>>> Acesso em 25/07/2020.

²² Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/11/empresario-diz-que-queria-ser-engracado-em-videos-de-assedio-a-mulheres.htm?cmpid=copiaecola><< Acesso em 25/07/2020.

²³ Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/07/policia-investiga-outro-video-expondo-mulher-praticando-ioga-na-lagoa-empresario-e-novamente-suspeito-de-filmar-e-postar.ghtml><< Acesso em 25/07/2020.

²⁴ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/12/homem-que-divulgou-gravacao-de-mulheres-fazendo-ioga-no-rio-aparece-em-novo-video-criticando-lei-maria-da-penha.ghtml> << Acesso em 14/08/2020.

O contexto de produção desse discurso de Ricardo Roriz, seus amigos, conhecidos e, talvez, parentes que ele tenha, mais os seus seguidores, que são cerca de trezentos mil, segundo a reportagem do G1, fazem o discurso de misoginia e incitação à violência contra a mulher circularem nas diferentes esferas da sociedade, mesmo havendo resistência a essa circulação em diferentes segmentos, inclusive através de denúncia.

Como veremos no capítulo analítico, os recortes discursivos que compõem a nossa pesquisa carregam em si uma insistência em produzir um discurso de humor e riso sobre a mulher, algo que pede por uma interpretação, como todo enunciado que oferece um lugar à interpretação a partir do momento em que este é tomado como uma sequência de pontos de deriva possíveis. (PÊCHEUX, 2015, p. 53).

Percebe-se que há em funcionamento, uma ideologia de objetificação, e de desqualificação da mulher, que redundam em uma misoginia nos discursos de caráter derrisório que tomam a mulher como ponto de partida e como foco principal da piada. São discursos que, marcados como ditos do senso comum, se presentificam nos diferentes textos e que circulam nos mais diversos espaços sociais, como no caso em que relatamos acima, em que um empresário faz dos vídeos, que expõem mulheres ao ridículo e que incitam a violência contra elas, o seu brinquedo e a sua diversão.

Diante desses fatos que envolvem homens e várias mulheres que são violadas em seus diferentes direitos, a questão que carece de análise e interpretação é: Como o discurso de violência tem sido naturalizado na/pela história? E como a sociedade, composta por diferentes cidadãos, ri das “graças”/violência/misoginia produzidas por uma pessoa como Roriz ?.

Textos de cunho derrisório sobre a mulher circulam com certa insistência e abrem brechas para as retomadas de pré-construídos, de já-ditos que remontam à história de desprestígio das mulheres, pois, como vimos afirmando, há um discurso de violência que desqualifica a mulher por meio do humor e/ou do riso, um discurso que leva a mulher à condição de subalternidade, atualizando uma memória que retoma já-ditos, que escapam e que (re)aparecem nos discursos presentes, apesar de toda política de empoderamento e de valorização para as mulheres.

Nas palavras de Orlandi (2011, p. 9), “[...] aquilo que se diz, uma vez dito, vira coisa no mundo: ganha espessura, faz história. E a história traz em si a ambiguidade do que muda e do que permanece”. De outro modo, são “[...] sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre” (ORLANDI, 2010, p. 31), no nosso caso, são formulações sobre a mulher que provocam o riso e o humor, a fim de desqualificá-la.

A fim de compreendermos mais sobre o funcionamento do riso, valemo-nos da afirmação de Possenti (1998, p. 25): “Se você diz a alguém que estuda piadas, o primeiro efeito que produz ainda é o riso. É uma pena que seja assim, porque as piadas são, de fato, um tipo de material altamente interessante, por várias razões”, pois, para o autor, os textos de humor se prestam, também, a oferecer vasto suporte para estudos de diferentes situações presentes na sociedade, como por exemplo, o sentido ideológico, os implícitos do texto, bem como, os efeitos de sentido que produzem.

Possenti ressalta que as piadas tratam geralmente de temas polêmicos e controversos, por isso, muitos estudiosos se utilizam da piada para analisarem variadas manifestações culturais, ideológicas e valores enraizados na sociedade (POSSENTI, 2000). A piada seria um modo de dizer.

Essa constatação nos permite trazer um dito grafado em um para-choque de um caminhão: “A mulher e a lima, a mais lisa”, em que se faz a comparação da mulher com a lima – que é uma ferramenta de aço duro com ranhuras para trabalhar desbastando peças de metal, geralmente mais mole, como o alumínio ou o latão, ou outros materiais como a madeira. A lima é formada por uma haste e usada de forma manual ou mecânica, cuja finalidade é a desbastar, de lixar, de polir e de alinhar, a fim de uniformizar a peça, seja de metal ou madeira. Assim, na comparação da mulher com lima pode-se pensar nas possíveis paráfrases: A mulher, a mais lisa. A lima, a mais lisa. A lima alisa.

No entanto, o sujeito que enuncia diz da preferência pela mais lisa, em que *mulher lisa* tanto pode ser a que resolve mais facilmente uma situação-problema quanto a que tem a pele macia. Como o efeito se faz sobre os dois sentidos, essa formulação retoma a naturalização do discurso sobre o corpo da mulher como objeto de desejo e o imaginário sobre a sagacidade, a sedução e esperteza da mulher.

Possenti (2000, p. 26) afirma que “[...] o discurso humorístico consegue dizer o que não pode/deve ser dito, provavelmente porque não há um juízo de valor sobre quem conta ou quem ouve piadas”. O autor reafirma que no humor há a oportunidade de se poder dizer sobre algo proibido, o *tabu*, por exemplo, mesmo que apenas alguns poucos leitores compreendam o funcionamento desses textos, por serem permeados pelas variadas figuras de linguagens e outros recursos, como a polissemia, por exemplo (POSSENTI, 1998).

Em seus estudos, o autor analisa piadas a partir da pergunta: Do que é que você está rindo? Nessas análises ele apresenta algumas piadas que contém a expressão adverbial *de novo*, que ele denomina de um “riso quase adverbial”, como no diálogo:

“— Estou com vontade de ser um ilustre analista de piadas de novo.

- O quê? Você já foi?
 — Não. Mas já tive essa vontade antes.”

O autor explica que o humor é produzido a partir de mecanismos linguísticos, dando a conhecer, a partir dos traços linguísticos, como se processa esse humor em um texto, tanto na sua estrutura quanto no seu funcionamento.

Desse modo, Possenti (1998, p. 66) indaga sobre do que rimos, ao ler a piada produzida pelo diálogo acima e responde que rimos, primeiro, da surpresa sintático-semântico da expressão adverbial “de novo”, por ser a parte do texto que primeiro foi mencionada, pois “Não ocorre, à primeira vista, a possibilidade de que o escopo de “de novo” seja “estar com vontade” e, no entanto, no final do texto, isto se torna óbvio. Numa espécie de *insight*, o leitor descobre essa possibilidade, inferindo, e ri.” Esse riso se dá a partir da apreensão do sentido do discurso que lhe é apresentado.

A segunda razão, para o autor, se dá devido à expressão “de novo” instaurar uma pressuposição, a de que “já fui um ilustre analista de piadas”. O terceiro aspecto se marca no momento do enunciado interrogativo do ouvinte: quando este demonstra que o emissor é um privilegiado por “ser um ilustre analista de piadas”, e pergunta: “O quê? Você já foi?”

O autor explica, então, que “[...] para a produção do efeito de humor do texto em questão é que aquilo que se dá a entender que pode vir a acontecer de novo deve ser algo difícil, raro, acessível a poucos” (POSSENTI, 1998, p. 68), assim, a partir dessa apreensão do sentido dá-se o riso, pois, se a primeira linha do enunciado fosse reescrita, poderia mudar “[...] drasticamente a piada para, juntamente com a nova posição da expressão adverbial, permitir a eliminação da ambiguidade:

“- Estou de novo com vontade de ser um ilustre analista de piadas”.

Possenti (2013, p. 40) afirma que “[...] piadas e anedotas são uma forma extremamente rica de abordagem da questão da identidade – estereotipada [...]. [...] esses tipos de textos sempre retomam discursos profundamente arraigados e cujos temas são sempre cruciais para uma sociedade”, como no caso na piada que segue, da loira ser burra e pronta sexualmente:

O delegado interroga o réu e lhe diz:

- O senhor está sendo acusado de necrofilia, foi preso estuprando uma senhora morta.
 — Morta?! Não é possível! Eu pensei que era uma inglesa.

Nesse ponto da reflexão, o autor apresenta a piada produzindo riso pelo funcionamento de um estereótipo que toma a mulher inglesa como sexualmente fria, ou seja, uma mulher que

não se interessa por sexo. O caráter derrisório do texto apaga outros aspectos que o texto coloca em circulação, como o fato do estupro, não poder ser considerado como sexo consensual, mas como crime.

Outros dois modelos de estereótipos, trazidos por Possenti (2013, p. 41), e que funcionam de modo a desqualificar a mulher são o da *loira burra* e o da loira sexualmente disponível:

A loira estava feliz porque tinha completado em seis meses um jogo de armar em cuja caixa estava escrito “2 a 3 anos”;

— Qual a diferença entre uma loira e um BMW?

— ???

— É difícil ter um BMW.

Nessas duas piadas, o autor explica que estereótipos opostos podem estar no mesmo texto, sendo construído um a partir do outro, e não de maneira independente dos discursos que estejam em confronto, pois:

[...] deveria ser evidente que estereótipos são construtos produzidos por aquele(s) que funciona(m) como o(s) Outro(s) para algum grupo.

Mas, eventualmente, essa relação interdiscursiva é ofuscada ou apagada – quando o confronto não aparece na própria piada –, e o efeito é a impressão de que o estereótipo é universal, que não tem condições históricas de produção, ou, pelo menos, que essas condições não incluem efetivas relações de confronto com uma alteridade. (POSSENTI, 2013, p. 41).

O autor acrescenta que os “[...] chistes que se fundam em estereótipos são sempre agressivos, para usar a classificação de Freud, e, portanto, devem referir-se a alguma diferença construída em condições históricas de disputa” (POSSENTI, 2013, p. 41).

O autor menciona “[...] que anedotas podem funcionar opondo dois grupos que não estão necessariamente em relação de oposição ou de alteridade direta, em termos históricos”, porém, podem representar o fato de que as piadas opõem grupos análogos a esses, representando essa oposição em um contexto específico (POSSENTI, 2013, p. 41).

Ainda nesse estudo sobre estereótipos e identidades com piadas, Possenti ((2013, p. 47), menciona mais sobre piadas de loira. Entendo ser relevante me estender aqui mais um pouco sobre esse tema, dado que o *corpus* da minha pesquisa contém muitos recortes discursivos sobre a *loira burra*.

Possenti menciona que sempre quis compreender o acontecimento discursivo que se dá nas piadas sobre as loiras já que, “salvo raríssimas exceções, não há loiras que se finjam de morenas, mas há muitas morenas que se fingem de loiras”. Ele segue explicando que segundo

esse fato, no *imaginário social*, pressupõe-se que “a loirice é considerada uma vantagem”. E mais, segundo esse imaginário as loiras são consideradas como mais bonitas e mais charmosas em relação às outras mulheres. No entanto, nas piadas sobre loiras, estas se apresentam como burras e/ou sexualmente disponíveis, como já mencionado acima.

Nesse entendimento, Possenti (2013, p. 47) afirma que durante algum tempo imaginou que as piadas sobre loiras burras fosse uma vingança das “morenas” e que esse fato fosse de alguma forma, um discurso feminino. Ele afirma que mais tarde veio compreender que ser chamada de “burra” e “ignorante” é muito mais grave do que ser chamada de prostituta, infiel e/ou outro adjetivo, quer seja, ser “burra” é uma acusação que causa ofensa mais grave. Para sustentar esse posicionamento, Possenti acrescenta que desde os sábios de todos os tempos, de contextos religiosos ou não, afirmavam que “as mulheres eram tanto fonte de pecado como que eram inferiores aos homens” (POSSENTI. 2013, p. 48).

Um dado que muito nos interessa nesse trabalho do autor é a informação sobre o aumento e o número de piadas sobre loiras que veio crescendo nos últimos anos, ao que ele escreve:

Na internet, por exemplo, é extremamente fácil encontrar piadas em grande quantidade. Basta procurar “loiras” em qualquer programa de busca. Mais concretamente: em um só livro há pouco publicado no Brasil (*Duas mil adivinhas do Brasil*, de Luís Henrique Correa, São Paulo [...] há 116 piadas de loiras. (POSSENTI. 2013, p. 48). (*Grifos do autor*).

Esse autor explica sobre as condições de produção desses discursos sobre loiras dizendo que “tratam-se de piadas machistas”, cujas “condições históricas de produção” são as conquistas sociais e profissionais a que as mulheres estão tendo acesso. Possenti (2013, p. 48) destaca “[...] que os homens gostariam de suprimir essas conquistas, porque elas competem diretamente com eles”. Além dos espaços no trabalho, há também as mais “profundas convicções ideológicas”, que os homens têm de que certos espaços na sociedade são masculinos e outros femininos, quer seja, de um e de outro sexo.

Diante desse posicionamento, o autor afirma que:

Um discurso diz, fazendo de conta, no caso específico das piadas, que se refere apenas a algumas delas, e eventualmente falsificadas, ou seja, as loiras, que as mulheres são burras. Esse discurso não passa, portanto, de manifestação requentada da velha distinção entre inteligência masculina e sensibilidade (no máximo) feminina, que serviu aos homens para discriminar as mulheres. (POSSENTI, 2013, p. 48).

O linguista não para por aí, ele indaga: “[...] como, sendo burras, as mulheres conseguem o sucesso que conseguem?” (Idem, p. 49). A esse seu questionamento ele mesmo responde que é desse lugar que surgem as piadas de loiras que dizem que elas são predispostas ao sexo.

Sobre o comentário de Possenti, em seu estudo, de que as loiras estão sempre prontas para o sexo, fica-nos a pergunta: Por que a loira não pode ser disponível? É uma ofensa à loira dizer que ela não pode ser disponível? Assim, “Ler” que a loira não pode ser disponível já diz de uma posição sujeito.

Quando Possenti nega à loira o direito de ser disponível, já está dizendo que as mulheres, não são sexualmente disponíveis, que isso é uma injúria, não se percebe nenhum deslocamento e a ideia de que ser disponível para o sexo é ruim continua existindo.

Ele continua dizendo que segundo esse discurso “elas só conseguem tal sucesso apelando para o velho recurso do sexo (ao “teste do sofá” e suas variantes). Possenti ainda explica que as piadas que falam das loiras como disponíveis para o sexo podem ser explicadas como uma retomada de outro discurso, segundo o qual as mulheres que “abandonam” o lar para trabalhar fora, serem independentes, demonstram não serem mulheres confiáveis. (*Grifos do autor*). Para o autor, essa discussão constitui-se num simulacro em que o discurso feminino diz que a mulher é livre, mas o discurso masculino diz que a mulher é “puta”. (*Grifos do autor*), o que para ele é um estereótipo da loira burra e fácil como simulacro da mulher autônoma e livre.

O que se percebe nesse discurso da piada e do *chiste* é que sobre as mulheres loiras há um *já-dito*: mulher não pode ocupar o mesmo lugar que o homem no mundo do trabalho e também não pode ser sexualmente disponível, senão é puta, incompetente e burra. Nesse aspecto, o enunciado “mulher não deve ocupar os mesmos lugares que os homens no mundo do trabalho” demarca o “real histórico como uma remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior”. (PÊCHEUX, 2015, p. 50).

4. 1. O riso sobre a mulher e a relação com o machismo na sociedade patriarcal

[...] em geral, "a gente sabe o que diz", falamos na evidência do ideológico (Michel Pêcheux, 2014, p. 134)

Se a condição da mulher na/da história é de humilhação e desqualificação, como vimos nas reflexões que fizemos até aqui, o riso sobre a mulher é mais um elemento para a zombaria e a promoção da desigualdade entre os gêneros.

Assim, algumas indagações nos confrontam neste momento de nossa reflexão: *Como esse riso sobre a mulher foi se constituindo pela história? Por que riam das mulheres? De onde vem o comportamento de rir diante de uma situação ou de um acontecimento?*

Aproximadamente há uma década comecei a observar que textos em forma de frases curtas sobre a mulher circulavam de forma naturalizada em diferentes espaços públicos. De início denominei essas frases por *ditos do senso comum* e/ou *ditos populares* que se dispunham afixadas em alguns suportes de visível circulação.

Os recortes discursivos apresentavam-se textualizados em pequenos panfletos, tiras de papel plastificadas, cartazes, quadrinhos para “enfeitar” paredes” e, na maioria das vezes, apresentavam-se como adesivos para serem colados nos veículos, inclusive em carroças puxadas por cavalo, como vi no centro da capital de minha cidade. Um desses recortes, “Mulher é como CD, por causa de uma parte boa, agente tem que ficar com o resto”, estava escrito em uma faixa de tecido e amarrado a uma camioneta que transportava trabalhadores braçais que portavam enxadas, rastelos e outros apetrechos para limpeza das ruas. Ao longo dos anos de coleta esses enunciados foram encontrados em: para-choques de caminhão, bares e restaurantes à beira de estradas, conveniências ligadas aos postos de combustíveis, veículos e transportes de trabalhadores braçais, internet e outros.

Frases curtas, que, imaginariamente, era para fazer rir quem as lessem, visto que atribuíam características às mulheres, como a *gostosa*, a brava, a emburrada, a perversa, a velha, a feia, a sem inteligência, a gastadora, a aproveitadora e outros qualificadores que foram formando uma rede de estereótipos acerca das mulheres, incitando sobre elas um discurso de ódio e de violência, marcado na/da história.

Fui coletando os materiais e fazendo o recorte das formulações que me pareciam mais desqualificadoras, como por exemplo, “Mulher bonita e melancia grande, ninguém consegue comer sozinho”. “À mulher brava, corda larga”. “Mulher é que nem pernilongo. Só sossega com um tapa”. Esses discursos me causavam desconforto, pois me remetiam à ideia de incitação à violência contra a mulher.

Então, iniciei um trabalho de indagação sobre o contexto de produção e a autoria desses ditos do *senso comum*. Sempre que eu perguntava a alguma pessoa sobre o objetivo dessas frases afixadas em seu comércio ou meio de transporte obtinha como resposta: “São textos para fazer rir e descontrair”. “É para provocar o riso”. “São frases de humor”. “São piadas para provocar o riso”. Contudo, Freud (2017 [1905]), em sua obra *Os chistes e a sua relação com o inconsciente*, teoriza que as piadas podem ser consideradas como um meio de fazer circular discursos que não são veiculados livremente pela sociedade: “(...) Um chiste nos permite

explorar no inimigo algo de ridículo que não poderíamos tratar aberta ou conscientemente, devido a obstáculos no caminho”.

E nesse sentido, fui coletando os materiais²⁵ e organizando um arquivo com mil trezentos e dezoito enunciados até este momento, dos quais recortamos um *corpus* com as formulações que remetiam à violência doméstica e familiar e à discriminação enfrentada por mulheres em diferentes espaços e situações.

Como já mencionado anteriormente, os materiais do arquivo foram coletados de diferentes espaços, porém, os que foram coletados da internet, todos, sem exceção, tinham como seus portadores as páginas de humor e entretenimento. E, dessa forma, ocupavam esses espaços virtuais a fim de, imaginariamente, divertir os sujeitos que buscavam lazer e entretenimento. No momento da coleta dos materiais, na maioria das vezes, fui acompanhada de gracejos e risadinhas por parte do proprietário do estabelecimento e/ou empregado que me observava quando eu selecionava os objetos a partir do texto, com o objetivo de comprá-los. O fato de ser uma mulher, e não um homem, quem comprava os adesivos e/ou os quadrinhos para “enfeitar”, causava certo estranhamento no(s) atendente(s) do estabelecimento comercial que me atendia.

Nesse percurso, nossa pergunta discursiva inicial ainda insiste: *como as mulheres são significadas em textos imaginariamente engraçados, com ampla circulação na sociedade?* De acordo com Garcia (s/d), “Em uma sociedade patriarcal em que o homem ocupa uma posição mais legitimada do que a mulher, o confronto entre diferentes posições pode-se instaurar e permear as relações urbanas”²⁶. Talvez essa afirmação traga alguma luz sobre a questão do *riso* sobre a mulher que ocorre em diferentes espaços de produção e circulação levando pessoas a desqualificarem as mulheres.

Como vimos discutindo ao longo desta pesquisa, a história das mulheres vem sendo marcada pelos “efeitos da violência (contra a mulher) que seguem sendo perpetrados, amparados pelo funcionamento do silenciamento que imputa às narrativas traumáticas um lugar de esquecimento, naturalizando a violência” (BOCCHI, 2017, p. 79). Assim, nos perguntamos, *como o riso sobre as mulheres se tornou tão naturalizado ao ponto de as mulheres terem seus direitos negados? Como o riso que desqualifica as mulheres se tornou uma forma de entretenimento e diversão?*

²⁵ Utilizo materiais para me referir à infinidade de objetos (panfletos, tiras de papel plastificadas, cartazes, quadrinhos para “enfeitar” paredes”, adesivos, folders e outros), que foram coletados, seja na sua forma física ou fotográfica, bem como copiados a mão.

²⁶ Texto extraído do verbete na Endici - Enciclopédia Discursiva da cidade- Labeurb. Unicamp. Campinas, SP.

A problemática que nos inquieta na atualidade é que mesmo diante dos altos índices de violência doméstica e familiar, crimes sexuais e outros de variadas naturezas, que culminam, em muitos casos, com o feminicídio, ainda encontramos discursos para divertir e entreter que desqualificam e negam os direitos das mulheres.

Sobre a naturalização do ato de rir das mulheres, reporto-me, outra vez, ao acontecimento às mulheres por ocasião da Copa do Mundo na Rússia, em 2018, quando brasileiros protagonizaram as cenas de abuso contra as mulheres na Europa. O abuso contra as russas foi um dos primeiros episódios de assédio que ganharam repercussão durante a realização do Mundial. Sem que as mulheres entendessem o que estava sendo dito, os homens pediram para que elas repetissem apelidos em referência às suas genitálias e frases em português que afirmavam que elas estariam interessadas em manter relações sexuais com eles. Vídeos foram gravados e as altas gargalhadas dos homens se espalharam pelo mundo todo, via internet.

Nessa cena em que as mulheres russas eram convidadas a repetirem a expressão “buceta rosa”, diante dos homens (os brasileiros) que se divertiam rindo enquanto gravavam as cenas, percebemos o modo como o funcionamento da língua se impõe marcando o discurso de importunação sexual contra as mulheres. Elas repetiam a expressão porque não tinham conhecimento do léxico brasileiro, ou seja, o *significante* (Saussure, 1996) não representava nenhum sentido para elas, porque desconheciam a língua portuguesa.

Na repetição da expressão solicitada, observamos o funcionamento do pré-construído de que mulheres brancas, obviamente de genitália branca, rosada são “putas” e disponíveis para o sexo, como discorre Possenti (2013) sobre as piadas de loira, que mencionamos acima.

Os brasileiros que participaram dos abusos foram identificados e o Ministério Público Federal do Distrito Federal (MPF-DF) abriu inquérito criminal para apurar os fatos. Quando indagados pelas autoridades, os homens responderam que faziam apenas uma brincadeira com as russas. Esse gesto atesta, portanto, que [...] “o real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do *Witz* e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo.” (GADET e PÊCHEUX, 2010, p. 55).

Nas redes sociais, os casos de abusos com as europeias, repetindo frases obscenas, que foram gravadas em vídeos, circularam pela internet e inúmeros internautas comentavam o fato como se tudo fosse um *mimimi*, pois agora tudo era considerado abuso e crime e que as pessoas não podiam mais brincar com nada. Essa naturalização do desrespeito para com essas mulheres não se trata de uma maldade ou de uma incompreensão, mas de uma filiação ideológica a uma posição machista e misógina, instalada atavicamente.

A “culpa” recai sempre sobre as mulheres que, nesse caso, participaram do abuso considerado “brincadeira” por um grupo de turistas brasileiros, mas que foi corroborado por grupos extremistas russos, que usaram as redes sociais para ofender as mulheres russas vítimas do assédio, utilizando a mesma expressão dos brasileiros, com a hashtag “buceta rosa” para referirem-se às mulheres na rede social russa VK. De acordo com reportagem da BBC, os extremistas criticaram o “mau comportamento” das russas que apareceram nos vídeos, responsabilizando-as pelo assédio, pois o “comportamento” delas ofendia a “masculinidade dos patriotas” russos.

Diante da menção desse fato, relembro aqui que o trabalho desta pesquisadora é analisar o discurso que atravessa *os ditos do senso comum* sobre a mulher, nos quais faço uma comparação entre os recortes discursivos citados acima e os que utilizarei na análise da tese (e todos os demais que fazem parte do *corpus* coletado em diferentes espaços, que segundo o senso comum tem o objetivo de provocar o riso), como por exemplo, a “brincadeira” dos brasileiros com as russas, que são mecanismos para divertir-se às custas dos abusos contra as mulheres.

O que se destaca para nós neste estudo é o funcionamento discursivo em que o efeito de riso joga contra as pautas de igualdade de gênero, trazendo à tona a memória construída sobre a superioridade masculina, que decorre, conforme Orlandi (2012, p. 105), da relação entre a língua e a história, pois, “É no lugar em que o simbólico e a história se ligam pelo equívoco, lugar dos deslizos de sentidos como efeito metafórico, que se define o trabalho ideológico”.

Assim, atitudes consideradas como brincadeiras com as mulheres, na atualidade, como as que aconteceram por ocasião da Copa do Mundo de Futebol relembram-nos o efeito do já-dito, do interdiscurso. O efeito de pré-construído deriva do já-dito, que sustenta todo o dizer sobre a mulher, uma vez que é constituído na/pela história contada pelo homem, como afirma Rivière (2002, p. 18), “[...] [As mulheres] descobriram que a História tinha sido masculina e que os homens a tinham feito à sua medida, sem nenhum lugar para elas. E começaram a pensar no porquê de tal disparate”.

Em contraponto, muitas mulheres se juntam aos homens, no momento da leitura de textos *engraçados* para rir de outras mulheres, compactuando com o desrespeito às mulheres. Com efeito, é possível que isso aconteça, de fato, já que mesmo sendo vítimas de violência psicológica e moral (quando lhes são atribuídos adjetivos como gastadeiras de dinheiro, aproveitadoras, briguintas, insensatas, fofoqueiras, megeras, maledicentes e outros), são atravessadas pelo discurso misógino contra a mulher, que vem ultrapassando as fronteiras do tempo, fazendo reverberar momentos históricos que remontam aos tempos primitivos.

Nossas considerações sobre o riso que desqualifica a mulher confirma a tese de que a língua não é transparente, por isso, ela é inatingível, (GADET e PÊCHEUX, 2010), a língua em seu real que, como diz Milner, é o impossível, e que existe um jogo da linguagem na/da história na produção do sentido.

Esse discurso de desqualificação da mulher pelo riso significa por sua inscrição e pertencimento a uma dada formação discursiva historicamente constituída e não pela vontade do sujeito que enuncia. Por isso, reafirmamos que ao nascermos os discursos já estão em processo, sendo os sujeitos afetados nesse processo de incompletude da linguagem, em que nem sujeitos, nem sentidos e nem discursos estão prontos e ou acabados.

CAPÍTULO V

O FUNCIONAMENTO DA METÁFORA E DA METONÍMIA NO DISCURSO SOBRE A MULHER

As palavras nunca são “apenas palavras”; elas importam porque definem os contornos do que podemos fazer. (ZIZEK, 2011, p. 96). (*Grifos do autor*).

Vimos percorrendo até aqui sobre a produção de sentidos do riso sobre a mulher. Como já mencionamos na introdução do trabalho, almejamos responder a seguinte indagação: *Como as mulheres são significadas em textos imaginariamente engraçados, com ampla circulação na sociedade?*

As análises que faremos neste capítulo se valem das noções de condições de produção, memória discursiva, efeitos de sentido e metáfora e metonímia, para compreendermos como as repetições metafóricas nas formulações produzem determinados efeitos de sentidos. Sobre essa questão, Indursky (2011, p. 76), afirma que os sentidos, mesmo depois “de cristalizados/regularizados”, ainda podem se alterar, pois “os sentidos, à força de se repetirem, podem acabar por se modificar”. A autora escreve:

Os sentidos, à força de se repetirem, podem acabar por se modificar, de modo que *as redes discursivas de formulação*, formadas a partir de um regime de repetibilidade, vão recebendo novas formulações que, ao mesmo tempo em que vão se reunindo às já existentes, vão atualizando as redes de memória.

A autora explica que essas novas formulações podem trazer o mesmo sentido, o que nesse caso produzem “[...] *uma relação de metáfora*” em que “*uma palavra é tomada pela outra, mas produzindo o mesmo sentido*” já estabilizado como *ocorre em uma família parafrástica, que funciona como uma matriz de sentido*. (INDURSKY, 2011, p. 76). (*Grifos da autora*).

Nesse processo podemos dizer de acordo Indursky (2011, p. 68) que a repetibilidade confirma que os dizeres são *já ditos* ao discurso e que pela repetibilidade por meio de diferentes funcionamentos discursivos como disjunções, deslocamentos e retomadas podem se modificar, dando origem às “novas redes discursivas de formulação”, que se juntam às já existentes, atualizando a memória. Assim, a partir da repetibilidade do funcionamento metafórico nos

propomos a analisar as formulações sobre a mulher na tensão entre o riso e o discurso de violência.

Achard (2015, p. 14), menciona sobre o funcionamento linguageiro²⁷ para analisar o “[...] sentido de uma palavra” (*grifo do autor*) em uma certa situação que apresenta uma regularidade enunciativa baseada na repetição. Esses operadores linguageiros exercem um “jogo de força de regularização [que] se exerce na retomada dos discursos e constitui uma questão social” (ACHARD, 2015, p. 16) e a memória, por ser social, trabalha reconstruída na situação de enunciação entre o histórico e o linguístico.

Quando nascemos os discursos estão prontos e circulando na sociedade, por isso, ao refletirmos sobre os efeitos de sentido produzidos sobre o que é dito a respeito da mulher nos recortes discursivos dos diferentes textos, consideramos a relevância dos estudos da linguagem ligados à sociedade e a partir desse pressuposto estabelecemos as discussões teóricas, os procedimentos analíticos e o percurso da própria pesquisa.

Neste nosso trabalho de análise consideramos o enunciado como unidade que remete à prática discursiva materialista e ressaltamos a importância dos estudos marxistas para os estudos da linguagem, mais especificamente para a Análise do Discurso de linha franco/brasileira, esta que possibilita a perspectiva teórica, metodológica e analítica no trabalho de interpretação, problematização, concepção e recorte do objeto de estudo, e elege o discurso [...] “como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2010, 15).

Assim, é fundamental que compreendamos o contexto sócio-histórico e ideológico que constitui o sujeito de linguagem e, conseqüentemente, suas práticas, para que possamos refletir sobre o dizer risível sobre a mulher nas diferentes textualidades no decorrer desta nossa pesquisa.

5. 1 No início: A inquietação no encontro com os textos “*engraçados*” sobre a mulher

Conforme já descrevemos, os materiais que selecionamos se encontravam/se encontram nos para-choques de caminhões, bares e restaurantes à beira de estradas, veículos e transportes de trabalhadores braçais, internet e outros, que segundo o senso comum são denominados *ditados de humor*, por provocarem o riso. Esses materiais circulam em diferentes espaços e têm como fim, segundo o *imaginário social*, entreter e divertir os sujeitos.

²⁷ Linguageiro: termo grafado com “g”, de acordo com o tradutor José Horta Nunes.

Durante algum tempo procurei de várias formas uma maneira de analisar esses “ditos populares”, como inicialmente foram denominados, como, por exemplo, o enunciado: “À mulher brava, corda larga”, em um entendimento de que esses enunciados carregavam historicidades de violência contra a mulher.

No entanto, ao buscar orientação de professores e professoras das áreas da linguagem para um possível trabalho de pesquisa, debatia-me em busca de quem desejasse orientar um trabalho, que eu gostaria de desenvolver, na perspectiva de se construir um procedimento analítico que demonstrasse a violência contra a mulher na tensão com o riso que advinha dos enunciados do vasto arquivo já coletado.

Com isso, iniciei o trabalho de analisar os ditos sobre a mulher no meu Mestrado em Letras, por perceber que quando trazemos essas questões que dizem sobre a mulher para o presente constatamos que “Todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre” (ORLANDI, 2010, p. 31) o nosso material de análise, neste caso, os enunciados sobre a mulher com o objetivo de provocar o riso, segundo o *imaginário social*.

Sobre esses gestos, é relevante que consideremos que eles não surgem do nada, como nos diz Orlandi (2010, p. 42). O imaginário se fundamenta no modo como as relações sociais se inscrevem na história e aí são articuladas, o que, em uma sociedade como a nossa, se faz por relações de poder. Por isso, a necessidade de compreendermos sobre o lugar que as noções de sujeito e ideologia têm ocupado quanto ao imaginário sobre a mulher, para entender que o sujeito e a linguagem são construções discursivas, portanto, atravessadas por um efeito de caráter ideológico; bem como, verificar como estes enunciados se (re) configuram, tanto em suas formas textuais, quanto nos efeitos de sentido que causam, ao serem produzidos.

A partir daí o que o *imaginário social* diz sobre a mulher é o que a sociedade também veio dizendo pela história. Quando nos referimos a *imaginário social* estamos nos reportando ao que pressupõe Orlandi (2015, p. 189), em que “sujeitos e sentidos, constituem-se, pois, em processos complexos em que entram a ideologia, o imaginário social, o político visto como divisão do sujeito, dos sujeitos entre si. (ORLANDI, 2015, p. 189), conforme já discorreremos no Capítulo III deste trabalho.

Assim, compreendemos esse processo histórico pelo funcionamento do discurso sobre a mulher que permeia sua história, o que é explicado pelo conceito de pré-construído dos estudos de Pêcheux (2009, p. 154), como um já-dito anterior e exterior, independente, que retorna aos discursos na/da mulher pela história.

Quando eu lia sobre as variadas e diferentes formas de violências contra a mulher, que são tipificadas na *Lei Maria da Penha*, sempre me ocorria de pensar que as referidas violências se davam contra a mulher quando em variados contextos de produção, assim, essas mulheres eram constantemente violadas em suas seguranças e garantias, até mesmo nas garantias asseguradas em lei, como nos enunciados trazidos aqui: “A mulher e a mula: o pau a cura”. “À mulher brava, corda larga”. Esses enunciados materializam os discursos de violência física, tipificados na lei Maria da Penha como violência doméstica.

Em outros momentos deparei-me com adesivos para serem colados em para-brisa de carros: “A mulher e a cereja: para seu mal se *enfeita*” (*sic*). “Mulher bonita e melancia grande, ninguém consegue comer sozinho”, que, ainda no momento do meu mestrado, já analisei como dizeres constituídos por discurso de violência sexual contra a mulher.

Do mesmo modo, os enunciados: “Ela é inteligente, apesar de ser mulher”. “Filha você é tão inteligente, se fosse homem poderia ser cientista” (Homer Simpson, em *Os Simpsons*), que analisei como discursos de violência moral e psicológica contra a mulher.

Ainda os enunciados: “Se as mulheres não existissem, todo dinheiro do mundo não teria sentido” (Aristóteles Onassis). “A menina nem precisa de academia de tanto que corre atrás de macho”, que foram por mim analisados como violência patrimonial e moral, o primeiro se refere ao pré-construído “mulher gosta de dinheiro e gasta o dinheiro do marido” e o segundo remete ao discurso pertencente ao *imaginário social* de que a mulher precisa de um homem para se sustentar.

Toda essa análise empreendida no mestrado deu a ver o quanto os “ditos populares”, pelo que materializavam, infringiam e colocavam em exercício as formas de violência contra a mulher, presentes e puníveis pela Lei Maria da Penha.

Com essas considerações, iniciei o trabalho de (re)organização do material, ainda sem o acompanhamento de um(a) orientador(a), selecionando os enunciados e organizando o *corpus* que deu origem a esta pesquisa, inicialmente como projeto para o curso de mestrado e agora por último, o doutorado.

5. 2 A seleção do material e a organização do *corpus*

Para o desenvolvimento deste trabalho de análise, tomamos, então, os estudos de Orlandi (2010, p. 62-63) acerca do *corpus*, que, segundo a autora, deve ser constituído em relação aos objetivos da análise e à sua temática, com o propósito de atingir a *exaustividade vertical*, que se “[...] trata de ‘fatos’ da linguagem com sua memória, sua espessura semântica,

sua materialidade linguística”. Ou seja, um trabalho de análise mais amplo e profundo de um dado recorte, de um dado discurso, em funcionamento em uma determinada conjuntura.

Nesse movimento, nossos primeiros trabalhos nesse processo de análise vão se constituindo no percurso que vai desde a seleção do *corpus* bruto à sua tomada como objeto discursivo e, conseqüentemente, como processo discursivo, quando nosso gesto de análise promove a sua “de-superficialização”, que é quando o analista se dedica à:

[...] análise do que chamamos materialidade linguística: o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias etc. Isto é, naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação (em que o sujeito se marca no que diz), fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza (ORLANDI, 2010, p. 65).

Segundo a autora, esse gesto de interpretar decorre do fato de que “[...] fatos vividos reclamam sentidos e os sujeitos se movem entre o real da língua e o da história, entre o acaso e a necessidade, o jogo e a regra, produzindo gestos de interpretação” (ORLANDI, 2010, p. 68), gestos, portanto, que nos interessam nas análises e que direcionam nosso trabalho, como analistas do discurso, pois é no trabalho de análise que o analista observa como os sujeitos e os sentidos se constituem, e como a língua atravessa e é atravessada por esses sujeitos e sentidos que se posicionam na história.

De acordo com o que já vimos mencionando neste trabalho, o *corpus* desta nossa pesquisa é constituído pelos materiais que fomos selecionando em diferentes espaços de circulação de textos na sociedade até compormos um arquivo com mais de mil e trezentos textos. Como o arquivo do nosso trabalho ficou bastante extenso, tivemos o desafio de selecionar alguns textos que apresentassem uma regularidade para o *corpus* e recortar as formulações que comporiam o capítulo das análises. Embora todas as formulações recortadas tivessem o objetivo de provocar o riso sobre a mulher, selecionamos aquelas que pareciam apresentar a naturalização da violência e oportunizar estudos por meio da análise do funcionamento discursivo da metáfora e da metonímia, o que permitiu dar visibilidade aos efeitos de sentido materializados e postos em circulação na tensão entre o riso e a violência.

Considerando o funcionamento da língua e as condições de produção em que o discurso é produzido é que nos propusemos à análise das doze formulações que em sua materialidade linguística também apresentam marcas que servem como liame entre duas orações, por meio de locuções comparativas (é igual, é como) e de conjunções (mas e “e”).

Pensamos que a repetição dessas conjunções não é trivial nesses enunciados e pode nos dar pistas do modo como a relação metafórico-metonímica funciona na produção dos sentidos sobre a mulher.

É importante acrescentar que, os conceitos gramaticais não dão conta de explicar o funcionamento da língua e que “[...] não há uma verdade oculta atrás do texto” (Orlandi, 2010, p. 26). Da mesma forma, na perspectiva pècheuxtiana, o sentido não é claro, óbvio ou transparente, o que pressupõe que se considere a opacidade da materialidade linguística. [...] “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre ela mesma, mas é preciso referi-la ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”. (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 78).

Desse modo, apresentamos a análise do primeiro recorte de enunciados:

E1 “Mulher é igual a pênalti mal batido: Um chuta e outro pega!”.

A formulação foi encontrada duas vezes por esta pesquisadora, na primeira vez encontrava-se registrada na seção *Humor* de um folhetim de distribuição gratuita no centro de Campo Grande, MS, na esquina da Afonso Pena com a Rua 14 de Maio, no ano de 2013.

Na segunda vez o material foi encontrado em um mercadinho de produtos para o turista em Olinda/PE, em janeiro de 2016, como quadrinho de madeira para ser pendurado como enfeite de parede.

E2 “Mulher é igual macarrão, agente enrola enrola e come”. (sic).

O enunciado está representado em forma de quadrinho de madeira para ser pendurado na parede como enfeite. O material estava à venda na *Churrascaria e lanchonete Talismã*, que fica localizada na rodovia BR 262, entre Campo Grande e Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. O registro e coleta por meio de foto foi feito em outubro de 2016.

E3 “Mulher é igual caminhão só funciona com homem em cima”.

O material encontra-se representado em forma de adesivo para ser afixado no para-brisa ou para-choque de veículos e estava à venda em uma lanchonete dentro de um posto de combustível na Rodovia Washington Luís, próximo ao município de São Carlos, em SP, na data de 28/05/2014.

Os três enunciados apresentados acima comparam a mulher à a) regra do futebol, b) a um alimento (macarrão) e a c) um veículo (caminhão).

É a locução comparativa “é igual” que marca a relação do primeiro termo da oração: mulher com os termos da segunda oração. Nessa linha, a locução comparativa significa “Que não tem diferença; idêntico, semelhante”, de acordo com o dicionário²⁸.

Com esse pressuposto, no primeiro enunciado (E1), temos uma formulação na qual a mulher é comparada a um pênalti mal batido, uma comparação que decorre do discurso esportivo, nesse caso, especificamente, do futebol, por causa da palavra “chuta”. A expressão “pênalti mal batido” circula em um espaço tido como próprio dos homens, do campo de um jogo esportivo tido como masculino, embora atualmente mulheres já estejam inseridas nesses espaços.

No pênalti, a bola é um objeto utilizado para sua execução, assim, a bola, ao ser mal chutada por um determinado jogador, não cumpre o objetivo desejado, o de acertar a meta do gol, e acaba sendo “pegada” por outro jogador, no caso, o goleiro.

O verbo *pegar* (*quem pega?*) desliza para o verbo ficar, *se relacionar*, atualizando uma memória do ato sexual e também da objetificação do corpo da mulher, metaforizado pela relação do homem com a bola. Essa formulação coloca, também, a falha na execução do chute pelo jogador, produzindo efeitos de que o acesso ao corpo da mulher, metaforizado pela bola, depende da sorte, mas também da competência do jogador. Além disso, vemos se constituir uma forma de violência em relação a mulher, que é a possibilidade de ser chutada.

Nessa direção, a locução comparativa “é igual” produz, por meio de uma comparação de igualdade, efeitos de ligação entre a mulher e a bola, conforme a paráfrase: **Mulher é igual um objeto que se pega**. Por meio da locução comparativa “é igual” há metaforização do corpo da mulher por meio dos deslizamentos entre pênalti-chute-bola. Assim, compreende-se que o modo de se referir à mulher, nesse enunciado, desliza, por meio da comparação, de uma possibilidade de relacionamento comum para um relacionamento violento (chuta) entre um homem e um objeto: a mulher-bola.

No segundo enunciado (E2), temos “Mulher *é igual* macarrão, agente enrola, enrola e come” (*sic*). Nessa formulação, a mulher é comparada a uma comida, no caso, o macarrão. O gesto de enrolar é atribuído à expressão “a gente” (agente, conforme o modo como está escrito no material do qual foi recortado), que é um modo coloquial de substituição do pronome “nós”.

O modo como esse macarrão, que metaforiza o corpo da mulher, deve ser comido se inscreve numa memória da prática gastronômica italiana, cujo costume é comer talharim (macarrão longo e fino) que precisa ser enrolado no garfo. Nessa direção, a comparação de

²⁸ Dicionário da Academia Brasileira de Letras (2008, p. 679).

igualdade sustentada pela locução comparativa “é igual” produz efeitos de que a mulher deve ser constantemente enrolada antes de ser comida. Mais uma vez, essa formulação produz efeitos de objetificação para a mulher, a partir da metaforização do macarrão em corpo da mulher. A repetição do verbo enrolar ocorre duas vezes, o que se relaciona com a prática gastronômica, pelo comprimento do talharim, que para estar bem preso ao garfo, precisa ser bem enrolado, tal como a mulher que, segundo o dito, precisa ser enrolada uma, duas, três vezes até ceder. O deslizamento de sentidos no dito permite a seguinte paráfrase: **Mulher é para se enrolar (ludibriar) e comer (ter relação sexual).**

Outros efeitos produzidos são os de que a mulher é facilmente induzida ao engano, é tapeada, é engabelada com a finalidade de servir sexualmente aos desejos sexuais do homem, uma vez que no verbo *comer* há um efeito metafórico deslizando o sentido para o de fazer sexo. A produção de efeitos de sentido de que a mulher pode ser enganada e usada sexualmente reitera o efeito de generalização produzido pela locução comparativa “é igual”, produzindo o efeito da objetificação da mulher.

No terceiro enunciado (E3) temos o dito de que a “Mulher *é igual* caminhão só funciona com homem em cima”. Nessa formulação, a mulher é comparada a um caminhão, ou seja, a mulher é como um veículo que precisa ser conduzido por alguém, neste caso, guiada por um homem. O caminhão, por ser um veículo grande e pesado destinado ao transporte de pesadas cargas, é alto e o/a motorista precisa subir degraus junto à porta para chegar à cabine, que fica no alto e acima dos pneus e degraus.

A formulação exclui a mulher como motorista de caminhão e reforça o papel do homem como alguém que não pode ser substituído. A comparação de igualdade entre mulher e caminhão produz efeitos de sentidos de que mulher é incapaz de dirigir, tanto um veículo qualquer, como a sua própria vida. O efeito metafórico reforça o sentido de que mulher apenas se desenvolve, “só funciona”, quando está sob o domínio de um homem, o que mostra a prevalência dos modelos de dominação masculina nos diferentes espaços sociais. Teríamos as seguintes paráfrases: **Mulher precisa ser guiada, conduzida, dominada. Mulher não tem vontade própria.**

A expressão “só funciona” metaforiza tanto para o sentido do exercício de um papel social, como competência para o mundo do trabalho, por exemplo, como também para o sentido de que mulher “só” serve para práticas sexuais, mobilizando a cena do ato sexual tradicional “papai-mamãe”, em que o homem fica “em cima” da mulher, reforçando sentidos de sua objetificação.

Desse modo, nas análises dos três enunciados, percebe-se, por meio dos deslizamentos metafóricos, a repetição de sentidos nos quais a mulher é significada como objeto sexual para servir ao homem.

Vimos mencionando nesta reflexão sobre a condição da mulher na história no modo como a ela é atribuído um papel de subserviência, submissão e propriedade do homem. Isso implica dizer que o que se enuncia nesta contemporaneidade já fez sentido antes por meio de pré-construídos, o que nos remete ao já-lá na/da memória discursiva, por isso diz-se que esses discursos sobre a mulher não nasceram de sujeitos da/na atualidade, esses discursos se reiteram por uma rede de memórias que já a significaram em outras condições de produção.

Após as análises das três formulações compreendemos a metaforização do corpo da mulher por meio dos deslizamentos entre palavras que designam a relação sujeito-objeto (mulher-bola; mulher-macarrão; mulher-caminhão). Observamos, ainda, uma forma de violência em relação à mulher que a partir dos enunciados deveria ser chutada, enrolada, comida, dominada. Outro aspecto da análise é a produção de efeitos de sentido que reforçam o funcionamento da generalização produzido pela locução comparativa “é igual”, mostrando o efeito de identidade entre a mulher e o objeto e produzindo sentidos de que mulher deve ser enganada e *abusada* sexualmente. Além do mais, a análise dos enunciados dá visibilidade a um imaginário social que diz da incompetência, da incapacidade e da fragilidade da mulher, o que a torna, um objeto sexual de pertença e de satisfação dos homens, que as controlam com facilidade em razão da sua ingenuidade e pouca ou nenhuma inteligência.

Compreendemos que no funcionamento da locução comparativa “é igual” se materializa a relação com os espaços marcados majoritariamente pelo machismo arraigado na sociedade patriarcal, porque a mulher é sempre igual a um objeto.

Apresentamos a análise do segundo recorte de enunciados:

E4 “Mulher é como CD, por causa de uma parte boa agente tem que ficar com o resto”.

A formulação encontrava-se registrada numa faixa de plástico amarrada a um veículo automotor *combi* transportando trabalhadores braçais que cortavam a grama da Praça dos Índios, localizada à Rua 26 de agosto, no centro de Campo Grande, MS, no ano de 2014.

E5 “Mulher é como pernilongo. Só sossega com um tapa.”

Formulação copiada de uma página de “ditados” da Internet no ano de 2015, entretanto, não é mais possível acessar o site onde ela constava. <

<https://ditados.com.br/frase/mulher-e-como-pernilongo-so-sossega-com-um-tapa/>>. Contudo, a formulação circula em outras diferentes páginas da Internet.

E6 “Mulher é como vinho: tem que manter na horizontal, no escuro e com rolha na boca”.

Formulação copiada da seção “Vamos rir um pouco”, de um jornal de papel de baixa qualidade e distribuição gratuita, que era oferecido na Avenida Mato Grosso. A coleta desse material foi feita em 2015.

A locução comparativa *é como* opera, de acordo com a gramática normativa, como recurso que soma argumento a favor de uma mesma conclusão, assim, tem funcionamento aproximado da locução *é igual*, pois, do mesmo modo, insiste na comparação da mulher com objeto, reificando-a pelas metáforas que a tomam por coisas, nos recortes, especificamente, como Compact disc/CD, pernilongo e vinho.

No enunciado (E4) temos a comparação da mulher com um CD: “Mulher *é como* CD, por causa de uma parte boa agente tem que ficar com o resto”. O funcionamento linguístico do *é como* é parecido com o do *é igual*, mas o *é como* produz o sentido de semelhança enquanto o *é igual*, o de igualdade. Dizer que é parecido não é o mesmo que dizer que é igual.

Nessa formulação, a mulher é comparada a um CD/Compact disc, que é um objeto que traz, em se tratando de música, uma seleção diversificada de um dado repertório musical, mas o consumidor pode apreciar apenas uma ou duas músicas de toda a seleção, ou seja, a pessoa gosta de apenas uma música daquele conjunto, mas, ao comprar o CD, adquire o disco todo, isto é, compra-se o conjunto das músicas “por causa de uma parte boa” (a música que ele gostou).

Essa imposição faz-se em razão do formato do material que, na comparação com a mulher, impõe-se ao “seu dono” como um produto que leva, junto da parte boa, a parte ruim. O consumidor do CD tem de comprar todas as músicas e, talvez, até ouvir todas elas para chegar a ouvir a da sua preferida, “a parte boa”.

Na comparação do dito, o sentido de CD desliza para o corpo da mulher, para o seu órgão genital, assim, para ter o seu corpo, o seu sexo, o homem precisa levar todo o resto (conforme o imaginário social machista a sua falação, os seus interesses, a sua (não) inteligência e outros). Nesse funcionamento de comparação, vemos deslizar a “parte boa” para o sexo da mulher, metaforizado pela relação sexual e a parte ruim para todo o resto da mulher.

A formulação também atualiza a memória do casamento somente como ato sexual em que o corpo da mulher seria propriedade do homem, que seria seu dono. Essa metáfora marca-se na formulação “tem que ficar com o resto”, que desliza também para os antigos contratos de

casamento nos quais o divórcio era proibido, inviabilizado pela igreja e pelas famílias, retomando o pré-construído de que a mulher, nessas formas de união, poderia ser devolvida ao pai no caso de não ser mais virgem ou não saber cozinhar de acordo com o gosto do marido.

Citamos também o pagamento do dote, quando o pai da mulher deveria “pagar” ao homem para levá-la para o casamento, fazendo funcionar um efeito de pré-construído que deriva de um já dito que sustenta todo o dizer sobre a mulher constituído na e pela história, contada pelo(s) homem(ens). (RIVIÈRE, 2002).

Para rememorarmos sobre os papéis esperados e atribuídos à mulher na/da história, relembremos as funções que vão desde procriadora, mãe e esposa zelosa à *amante* (com habilidades amorosas), que devem servir sexualmente ao homem, dando-lhe prazer, o que reforça o discurso de que uma das obrigações da mulher é desempenhar-se bem no ato de proporcionar prazer sexual ao homem, porque ela, tendo *a parte boa*, segundo o *imaginário social* atravessado pelo modelo estereotipado de mulher, tem de servir sexualmente ao homem, o que materializa as formações discursivas e ideológicas construídas na história acerca das mulheres: mulher serve para proporcionar prazer ao homem. O marcador “é como” reitera a metaforização do que seja ser mulher e de seu sexo por meio dos deslizamentos entre CD, parte boa, ter que ficar com o resto (outras partes da mulher que não dão prazer, como o seu sexo). Dessa forma, essa reiteração silencia, além da objetificação, uma forma de violência em relação à mulher, que é a possibilidade de ser resto senão servir sexualmente ao homem.

Sobre a “parte boa” da mulher, Blackledge (2004, p. 47), dizendo a respeito do sexo da mulher, afirma que a vagina é o mais nebuloso, mitológico e incompreendido órgão do corpo humano feminino, pois, ao longo da história, a medicina apresentou, inadequadamente, a anatomia sexual da mulher, reduzindo suas notáveis capacidades à noção *de mero receptáculo passivo* (palavras da autora).

Nos estudos sobre a genitália feminina, os registros dizem que a vagina sempre foi considerada a partir do pênis, tamanho, função e capacidades. Era o pênis quem determinava sobre a vagina e, ainda que ela tenha sido representada mais tarde, este fato histórico só comprova a soberania do gênero masculino sobre o feminino.

Com o passar dos séculos, a vagina foi ganhando muitos *apelidos*, cerca de aproximadamente, cem termos, para designá-la, enquanto, para o termo masculino, há registros de bem menos nomes para o pênis e, de importante e poderosa, passou a ser ridicularizada por meio das piadas e pseudônimos. Após a Era Cristã, passou a representar o mal e a igreja a repreendia em suas mensagens. Na atualidade, os adjetivos pejorativos que a nomeiam, representam a pornografia.

No entanto, há algo ambíguo nesse discurso que entrecorta as recorrentes formações discursivas sobre a *vagina* que continua sendo a *parte boa* no corpo feminino. Assim, a formulação *parte boa*, produz sentidos de que o resto não é apreciado, porque se constitui como *resto*, como *sobra*, como aquilo que fica, o *resíduo*, o que não tem nenhuma serventia. A “parte boa” como o corpo da mulher, e o “resto” como o comportamento (burra, inapta para o convívio, chata, aquela que “cobra” o homem, que o “castra”, o que estabelece uma relação metafórica em que a mulher, seja a esposa, a amante ou a mãe, substitui algo da ordem da castração).

No enunciado 5 (E5), temos “Mulher *é como* pernilongo. Só sossega com um tapa”. Esta formulação, que apresenta a comparação da mulher com o pernilongo, mostra o deslizamento entre as características do pernilongo e as da mulher, que seria a chatice, o incômodo e que só cessa com um tapa, pois, desse modo, morreria.

O pernilongo é um tipo de mosquito que emite um zumbido, que é o resultado da alta frequência do batimento de suas asas²⁹, cujo barulho agudo gera um zunido (“zzzzz”), que irrita consideravelmente a maioria das pessoas, quando voa insistentemente ao redor daquele a quem deseja picar.

Os mosquitos transmitem doenças, como, por exemplo, a dengue, a febre amarela, a febre Zica e a Chikungunya, assim, a comparação de semelhança, dada pela locução comparativa “é como”, produz efeitos de que a mulher, assim como o pernilongo, produz irritação e é insistente em provocar o mal, sendo necessário, para contê-la, empregar alguma forma de repressão, seja um tapa ou alguma outra forma de violência, que pode chegar à morte, pois o mosquito só para quando morre.

Pelo movimento parafrástico, podemos concluir pela metaforização entre a mulher e o mosquito, que é um inseto, um animal pequeno e insignificante, mas insistente, que fica voando em volta da pessoa até conseguir picá-la para sugar-lhe o sangue e, muitas vezes, transmitir-lhe uma doença. Assim, teimosa e insistente como o pernilongo, a mulher só para e só desiste depois de uma tapa, ou mais especificamente conforme vemos nos noticiários: um tiro, uma facada ou um empurrão que, muitas vezes, a empurra para a morte.

Dito desta forma, podemos produzir a seguinte paráfrase: **Mulher é um ser irritante que precisa apanhar.**

Outros efeitos produzidos são o de que mulher é irritante porque fala demais, porque insiste nas cobranças e porque “suga o sangue”. Com isso, para fazê-la desistir do seu propósito deve-se empregar alguma forma de violência. A naturalização de que a mulher pode ser

²⁹ O batimento das asas de um mosquito pode chegar, dependendo da espécie, a mil movimentos por segundo, segundo o entomologista (estudioso dos insetos), Delsio Natal, da Universidade de São Paulo (USP).

agredida fisicamente produz o efeito da generalização de que a vida das mulheres não tem valor, assim como a do pernilongo, que pode morrer com um simples tapa, deixando de causar danos às pessoas.

No enunciado 6 (E6), temos a comparação: “Mulher *é como* vinho: Tem que manter na horizontal, no escuro e com rolha na boca”. Essa formulação, pelo efeito de evidência, pode soar positiva, num primeiro momento, pois a comparação da mulher ao vinho, uma bebida apreciada em todo o mundo, parece dar à mulher um lugar de destaque e de coisa boa, mas, ao término da leitura da segunda parte do enunciado, percebemos que há um deslizamento de sentidos sobre o modo de acondicionamento do vinho e o modo como a mulher deve permanecer, no relacionamento, no casamento, ou seja, calada.

Para a conservação das boas propriedades do vinho alguns procedimentos devem ser tomados: deixar a garrafa deitada na posição horizontal, evitar a claridade e/ou sol³⁰ e manter a bebida hermeticamente fechada com rolha na boca da garrafa, a fim de se evitar vazamentos e perda de suas propriedades.

Na comparação, a informação sobre a posição da garrafa de vinho – “Tem que manter na horizontal” – metaforiza a posição sexual a que a mulher deve ficar, na relação sexual. Do mesmo modo, a necessidade de manter a garrafa de vinho em ambiente protegido da luz – “Tem que manter [...] no escuro” – metaforiza a condição de ostracismo, de reclusão e de silenciamento da mulher, que só serve deitada e no escuro. Ainda, para fechar a comparação da mulher à garrafa de vinho – “Tem que manter [...] com rolha na boca” – metaforizando o incômodo que causa no homem a fala da mulher, que deve permanecer calada, sem direito à opinião, à fala, à posição como sujeito no mundo. A “rolha” também desliza para “rola”, o órgão sexual na boca da mulher fazendo com que ela não fale. Nesse gesto também está o sentido de que mulher quando fala demais está precisando de sexo.

Nessa nossa análise, a mulher é comparada a essas recomendações de conservação do vinho, que são interpretadas como práticas de posição sexual, de exclusão social e de silenciamento, podemos propor a seguinte paráfrase: **Mulher para ser degustada com prazer deve estar de boca bem fechada.**

³⁰ Especialistas nos estudos sobre vinho dizem que o vinho deve ser guardado longe da claridade e/ou luminosidade, por serem sensíveis à luz, assim, os ambientes escuros, protegidos de luz solar direta e até mesmo da iluminação artificial ajudam a garantir a qualidade do produto, pois luzes incididas diretamente sobre a garrafa podem alterar significativamente o sabor e o aroma do vinho. A rolha, por si só, já possui alguns poros que permite a entrada de uma pequena quantidade de ar, de forma que a bebida envelheça com qualidade, uma vez que a posição deitada da garrafa evita o ressecamento e encolhimento da rolha, que podem ocasionar espaço para que algum excesso de oxigênio entre na garrafa e estrague ou azede a bebida.

Esse conhecimento sobre a produção e o armazenamento do vinho nos mostra que a história da fabricação do vinho se alterou no percurso dos anos, no entanto, o discurso de comparação do vinho com a mulher é feito, ainda, sem considerar o outro ditado sobre o vinho que circula socialmente: “Vinho quanto mais velho, melhor”. Ou “Panela velha é que faz comida boa”. Percebe-se na formulação um esforço para dizer que a mulher que envelhece não serve mais para a sociedade, torna-se inútil, o que nos remete ao discurso da desqualificação da mulher e a uma pressão para que a mulher seja sempre jovem.

Assim, ante ao batimento e à insistência da comparação da mulher às coisas inanimadas, como plantas, frutas e objetos diversos, bem como aos animais, incluindo insetos, a análise mostra a objetificação e a banalização da vida da mulher por meio da reiteração de pré-construídos de violência e submissão. Os clichês misóginos sobre as mulheres, os estereótipos, são os pré-construídos que produzem determinados efeitos de sentido, como os de misoginia, do discurso de ódio e de outras formas de violência contra a mulher.

Apresentamos a análise do terceiro recorte de enunciados:

E7 “Prima é igual pizza fria: dizem que faz mal, *mas* mesmo assim a gente come”.

A formulação encontrava-se registrada na seção *Humor* de um folhetim de distribuição gratuita no centro de Campo Grande, MS, na esquina da Afonso Pena com a Rua 14 de Maio, no ano de 2013.

E8 “Lenha verde e mulher véia, chora, *mas* pega fogo”(sic).

A formulação foi coletada da revista *Piadas Mil: Adivinhas e frases divertidas. Curtinhas para adultos! Diversão garantida*. O material à venda estava disposto em uma prateleira próxima à vitrine de doces na padaria *Ki-Pão Conveniência* pelo custo de R\$ 3,50. Material adquirido no ano de 2011.

E9 “Solteira sim, sozinha nunca”. Tradução: “Todos me comem, *mas* ninguém me assume”.

A formulação encontrava-se registrada na seção *Humor* de um folhetim de distribuição gratuita no centro de Campo Grande, MS, na esquina da Afonso Pena com a Rua 14 de Maio, no ano de 2013. Posteriormente, a pesquisadora encontrou a formulação em textos imagéticos, na Internet, com o propósito de compartilhamento em redes sociais.

Esse conjunto de enunciados, somados aos outros que vimos analisando, nos coloca diante do fato de que a história sobre a vida das mulheres tem sido marcada por estereótipos que as colocam à margem da sociedade e negam-lhes direitos essenciais à vida.

No enunciado 07 (E7) temos a formulação: “Prima é igual pizza fria: dizem que faz mal, *mas* mesmo assim a gente come”. A prima é uma parente que pode ou não apresentar consanguinidade com os primos, os geneticistas orientam que os casamentos entre parentes próximos devem ser evitados, como o mencionado na formulação. Estudiosos dizem que quanto mais próximo for o grau de parentesco, maior a probabilidade de consanguinidade, daí a afirmação de que o relacionamento entre primos “faz mal”.

A “pizza fria”, por sua vez, que “dizem que faz mal”, vem da crendice de que o alimento frio ou gelado irrita o estômago, mas não há cientificidade comprovada, nesse caso. No entanto, produtos congelados ou resfriados vêm acrescidos de maior quantidade de gordura saturada e sódio (sal) para que possam ser conservados por mais tempo. Informações de nutricionistas informam que o excesso de sódio leva à hipertensão arterial e a gordura saturada e gordura *trans*, presentes em alimentos congelados e resfriados colaboram, como no caso da pizza, para o aumento do colesterol ruim no sangue, o que contribui para o entupimento das artérias, ambos os problemas de saúde são fatores de risco cardiovascular, daí pode advir a formulação “pizza fria: dizem que faz mal”.

A conjunção *mas*, de acordo com a gramática normativa, tem função adversativa, por meio da qual o sujeito falante relaciona frases em uma sequência argumentativa, marcando a oposição e a adversidade, dando o efeito de ideia contrária entre a primeira e a segunda oração, para acrescentar alguma informação que seja necessária ao entendimento, que se dará na sequência da enunciação. Ou seja, prima e pizza frias causam efeitos danosos, “*mas* mesmo assim a gente come”. Inclusive a conjunção adversativa *mas*, acompanhada pela expressão *mesmo assim*, indica que não há desconhecimento do mal que pode acarretar, pois mais vale o desejo satisfeito.

Em outras palavras, ainda que seja danoso fazer sexo com a prima “a gente (faz) come”, do mesmo modo que se come a pizza fria. Nesse funcionamento, o verbo comer desliza para o sentido sexual de praticar sexo com a prima, ainda que isso faça mal, ou seja, ainda que haja o risco de uma futura gestação com a probabilidade de herança de genes recessivos, responsáveis por doenças raras.

Podemos redizer o enunciado pelas paráfrases: **Prima é parente, “mas” a gente come.**

A formulação “Prima é igual pizza fria” produz o efeito de banalidade de ser da mulher, situação como “comer uma pizza num dia qualquer”: ato banal e corriqueiro, que não merece

atenção, de tão casual. Contudo, o que se materializa mais uma vez é o efeito de objetificação da mulher através da metáforização da prática alimentícia (comer) com o ato sexual.

Enunciado 8 (E8) “Lenha verde e mulher *véia*, chora, *mas* pega fogo” (*sic*). Nesta formulação a mulher é comparada à lenha verde que, por conter muita água em seu interior, não pega fogo de imediato ou demora para pegar fogo. A lenha pode ser os ramos, troncos ou quaisquer pedaços de madeira utilizados como combustível para o fogo de uma lareira, fogueira, fogão a lenha, churrasco e/ou outra atividade. Se a lenha estiver verde, ou seja, for recém cortada, como já explicamos, ela não absorverá o fogo de imediato, mas aos poucos e na medida em que for aquecida, irá eliminando o líquido de seu interior até ficar enxuta e assim, o fogo terá início.

A mulher *véia*, que pode ser a mulher que está atravessando a menopausa - período em que há a queda dos hormônios femininos e a diminuição da secreção dos hormônios ovarianos, estrogênio e progesterona, devido à perda definitiva da atividade folicular ovariana - é comparada à lenha verde, que precisa eliminar a seiva de seu interior, para que absorva o calor e, assim, o fogo tenha início, o desejo no corpo pronto para o ato sexual.

A conjunção “mas” funciona de modo a produzir oposição, marcando a adversidade entre duas orações, ou seja, tanto a *lenha verde* quanto a *mulher vieia* perdem secreção, líquido e seiva de seu interior, “chora, MAS pega fogo” (*sic*). A expressão que produz o efeito de sentido de eliminar, perder, jogar fora o líquido, metáforizada pelo verbo “chorar”, que funciona com o sentido de sentir prazer na relação sexual, pois tanto a madeira verde quanto a mulher velha demoram para acender, para pegar fogo (desejo e orgasmo, no caso aqui metáforizado como relação sexual), mas ambas respondem aos estímulos, a mulher mais velha sente prazer, embora demore um pouco para “acender”.

Três situações podem ser eleitas nesta nossa análise: 1) o discurso de que mulher não pode passar pela menopausa, pois a mulher não pode envelhecer; 2) o discurso de que “mulher *véia*, chora”, com o sentido de verter lágrimas dos olhos, de ter sentimento e emoção; 3) o sentido de que, ainda que demore, ainda que seja dificultoso, a mulher *véia* pode ter e dar prazer sexual. A comparação entre mulher e lenha, mais uma vez, produz o efeito de objetificação sexual em que as características da lenha verde são transportadas para significar a mulher.

O enunciado 9 (E9), “Solteira sim, sozinha nunca” apresenta uma peculiaridade de explicar que pode ser traduzido por: “Todos me comem, *mas* ninguém me assume”. Ou seja, na largada já se depara com a instalação de um efeito-leitor para o enunciado, por isso a necessidade de traduzir o que o enunciado “quer dizer”. Nesse recorte percebe-se alguém falando como se fosse uma mulher, por isso, as *aspas*, como se a única palavra não enunciada

pela mulher fosse *Tradução* (que não está acompanhada de *aspas*). Temos, então, um efeito dialógico. O enunciado a) atribuído à mulher "Solteira sim, sozinha nunca" e o imaginário que faz o contraponto da posição masculina, com a interpretação "traduzindo" o enunciado *a* para o enunciado *b*) "Todos me comem, *mas* ninguém me assume".

Compreende-se duas posições da mulher. Na primeira parte do enunciado temos um gesto de independência, de empoderamento da mulher (é ela que pode não querer assumi-lo, é ela que usa o homem para o seu prazer etc.), e na segunda, uma fala que pode ser dita pelos homens e até por mulheres inscritas na lógica machista, que atribui o poder de escolher quem e quando "comer" ao homem.

Para nossa análise, trazemos Authier-Revuz (1990, p. 59) que, em seus estudos, aborda o funcionamento da heterogeneidade enunciativa: "Sempre, sob nossas palavras, "outras palavras" são ditas: é a estrutura material da língua que permite que na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da "pontuação do inconsciente".

A autora defende que a heterogeneidade é fundante, já que a linguagem é heterogênea em sua constituição. A partir disso, ela explica que as rupturas enunciativas no *fio do discurso* apresentam os elementos decisivos para o surgimento de um discurso outro no discurso presente, o que circula, pois, sendo a heterogeneidade discursiva, logo todo discurso é, necessariamente, atravessado por outros.

Assim, a menção, marcada por *aspas*, destaca a primeira parte do enunciado: "Solteira sim, sozinha nunca" [...] para dizer que essa é a posição da mulher. Uma mulher que reafirma o seu estado civil dizendo que é solteira, mas que nunca fica sozinha, ou seja, sempre está acompanhada por alguém.

Nessa análise, retornamos à pergunta de Pêcheux (2016, p. 19) na abertura do congresso Materialidades discursivas: "Considerar o discurso do adversário": é sustentá-lo, apreendê-lo, invertê-lo, tomá-lo ao pé da letra?"

O termo *Tradução* seguido de *dois pontos* define o que, na posição do imaginário do homem, significa ser *solteira, sozinha nunca*. E novamente as *aspas* "Todos me comem, *mas* ninguém me assume" [...] volta a ser enunciado, imaginariamente, pela voz da mulher, por causa das *aspas*, contudo o que temos, mais uma vez, é a posição do homem, nessa segunda oração. Presume-se que nessa voz quem fala é o homem, pois é ele quem "traduz". Há a presença de um discurso emancipatório no primeiro enunciado e por isso, ele deve ser "traduzido", porque nele fala uma posição-sujeito feminista, talvez. A partir disso, o homem apropria-se, então, desse enunciado emancipador para traduzi-lo e torcer o seu sentido, como diz Pêcheux.

A conjunção *mas*, que culmina no final da proposição enunciada, produz o efeito que marca a oposição e a adversidade, dando o efeito de sentido que nega as afirmações: **Solteira sim; [...] sozinha nunca; Todos me comem; “MAS” ninguém me assume.**

Destacamos dois pré-construídos, nesta nossa análise, que sustentam a “tradução”, que se formula como um argumento contrário, ao enunciado de que a mulher pode ficar solteira, mas que não fica sozinha (posição feminista). O primeiro é que todos os homens que desejarem poderão fazer sexo com uma mulher sozinha. O segundo é que a mulher precisaria ser assumida, ou seja, um homem pode ou tem que tomar uma mulher para si ou apropriar-se dela, uma vez que, segundo o *imaginário social*, a mulher ainda seria propriedade (objeto) do homem, como o foi em outros períodos da história. Por fim, é necessário destacar que o modo como a mulher é objetificada nesse enunciado se dá pela posição do homem que se presta a traduzir (falar por) a posição da mulher, desejando falar do lugar dela, ou seja, significando-a como incapaz de pensar por si mesma.

Apresentamos o último recorte com a análise de enunciados abaixo:

E10 “Passado de mulher e cozinha de restaurante, quem conhece, não come”.

A formulação foi coletada da revista *Piadas Mil: Adivinhas e frases divertidas. Curtinhas para adultos! Diversão garantida*. O material à venda estava disposto em uma prateleira próxima à vitrine de doces na padaria *Ki-Pão Conveniência* pelo custo de R\$ 3,50. Material adquirido no ano de 2011.

E11 “A mulher e a cereja: para seu mal se enfeita”. (sic).

A formulação foi encontrada duas vezes por esta pesquisadora. Na primeira vez foi copiada de um livreto intitulado *Provérbios populares*. O material estava à venda em um posto de combustível próximo à Ouro Preto, MG, em janeiro de 2013. Na segunda vez, o material foi encontrado na internet no formato de imagem JPEG, no site <<https://proverbios-populares.com/a-mulher-e-a-cereja-para-seu-mal-se-enf.html>>, acesso em 15/04/2019.

E12 “A mulher e a mula, o pau as cura”. (sic).

Esta pesquisadora recebeu o material imagético por meio de uma mensagem de MSN, em 2014. Posteriormente, o material foi encontrado no site Quem disse <<https://quemdisse.com.br/contato/>>, acesso em 19/05/2019.

A conjunção *e* opera, conforme a gramática normativa, como uma conjunção aditiva e coordenativa que marca aspectos de adição e/ou inclusão ou soma de argumento a favor de determinada conclusão. Chamada por alguns autores de conectores, as conjunções aditivas (*e*, *nem*) exercem primordialmente a função de ligar termos entre si. Esses termos podem ser tanto de caráter verbal quanto nominal. (BAGNO, 2012, p. 888).

Segundo o autor, a conjunção *e* provém diretamente do latim *et* e, como vocábulo átono que é, se pronuncia na maioria das variedades do português brasileiro como [i]. Bagno (2012, p. 888) afirma que [...] “No *corpus* Projeto da Norma Urbana Linguística Culta (Projeto NURC-Brasil), a conjunção *e* ocorre nada menos do que 1.445 vezes, o que demonstra seu papel fundamental na língua”.

Em Orlandi (2003, p. 17-18), compreendemos que [...] “a formulação, ao dar corpo ao dizer, é, em si, o novo, o lugar em que o sentido se fala, se mostra, se instala [...] Porque é no modo mesmo da formulação que está a novidade do sentido, está a diferença, a descoberta”. Por isso, nesse recorte analisamos a recorrência de formulações com “*mulher e*”, o que nos aponta que o par de Sintagma Nominal coordenado ocorre essencialmente com a palavra *mulher e* alguma coisa mais, que muda, de alguma maneira, o estatuto da palavra, como o que percebemos no Enunciado 10 (E10): “Passado de mulher e cozinha de restaurante, quem conhece, não come”.

A “cozinha de restaurante”, segundo o conhecimento popular, é o espaço de um segmento comercial da sociedade que sempre está envolvido, segundo circula nas diferentes mídias, com algum caso de doença ou o risco dela, em razão da manipulação, conservação e preparação dos alimentos. Tanto que o espaço demanda o controle da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa³¹), que tem como uma de suas funções a vigilância sobre esses espaços, visando a promoção da saúde da população.

Segundo a Anvisa, a maior parte da contaminação das cozinhas de restaurante se dá por coliformes fecais que, além de ser indicador da qualidade sanitária da água, indicam, por sua presença em pratos, bandejas, talheres e alimentos preparados, a qualidade sanitária dos restaurantes que se espalham por todas as cidades.

As informações sobre a sujeira e a contaminação da “cozinha de restaurante” funcionam como pré-construídos que, tal como o “passado de mulher”, indicam os riscos de infecção do

³¹ A ANVISA atua no controle sanitário de diversos produtos, tais como medicamentos, cosméticos, serviços e outros. Assim, é um órgão que tem a função de controlar e fiscalizar, entre outros setores, a fabricação e a preparação de alimentos, bem como proibir a fabricação, distribuição e armazenamento de produtos que possam causar danos à saúde.

alimento e do homem. Assim, “passado de mulher e cozinha de restaurante”, coloca em funcionamento a sintaxe da oração coordenada por uma conjunção aditiva “e”, apresentando a relação indissociável entre dois aspectos que se somam e que se complementam. Nessa forma gramatical, a conjunção coordenativa *e* tem a função de expressar a relação de soma, de adição entre os dois termos que exercem a mesma função na sentença, conforme aduzem Guilhaumou, Maldidier e Robin (2016, p. 170).

A coordenação entre uma expressão (passado de mulher) e outra (cozinha de restaurante), ligadas pelo *e* produz, imaginariamente, sentido de que o passado de uma mulher e a cozinha de um restaurante podem ser ligadas uma à outra por características que ambas têm em comum: são sujas e contaminadas. Dizendo de outro modo, a comida produzida na cozinha do restaurante pode ser relacionada ao passado da mulher, que estariam contaminados. Ou seja, não devem/podem ser considerados aptos no momento de comer (matar a fome, no caso do restaurante e satisfazer-se sexualmente, no caso da mulher), pois o verbo “comer”, com relação à mulher, carrega sempre, nos ditos analisados, o sentido do ato sexual.

Enquanto efeito de sentido, a formulação “Passado de mulher e cozinha de restaurante, quem conhece, não come” traz o verbo “comer” nos dois sentidos dados pelo dito: o proporcionado pelo prazer oral de alimentar-se e o proporcionado pelo prazer da relação sexual, sendo que, tanto no *comer* em restaurantes quanto no *comer* a mulher, se exige, daquele que pratica o ato, um desconhecimento sobre a procedência de ambos os produtos.

O primeiro *comer* refere-se a levar à boca e engolir, já o segundo *comer*, desliza para o sentido de fazer sexo, ou seja, *comer* alguém é ter sexo com uma pessoa. De toda maneira, a comparação metaforiza a mulher como um produto, passível de fiscalização, cuja voz/direito não aparece, pois é na fatura desse pré-construído, no lugar da falha, de que o sexo da mulher pertence ao homem, que reside o silenciamento sobre o lugar da mulher no exercício de sua própria sexualidade (ORLANDI, 2007).

Na nossa análise, essa cozinha suja, contaminada e que infecta o alimento nela preparado e conseqüentemente quem nela *come*, é comparada ao passado da mulher, o que, parafrasticamente, nos permite afirmar que a mulher não pode se relacionar com *muitos homens*, porque não pode dar ao conhecimento público que é *rodada*. Vale considerar que, ainda na atualidade, o homem conta suas aventuras sexuais e tem fama de *pegador*, o que é conversa comum nas rodas de amigos, enquanto a mulher deve ser limpa e imaculada, tal como uma cozinha asséptica e esterilizada. Essa análise põe em jogo aqui a relação entre ser “imaculada”, “pura” e ser “limpa”. Há um discurso transversal que sustenta a significação ao “[...] remeter àquilo que, classicamente, é designado por *metonímia*, enquanto relação da parte

com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa”. (PÊCHEUX [1988], 2009, p. 153). Esse discurso-transverso, se dá pela relação com outros já ditos que estão em determinados lugares, como o imaginário social e outros, oriundos de diferentes formações discursivas, esses conhecimentos são constitutivos do “[...] interdiscurso enquanto pré-construído” (*idem*, p. 154), compondo, portanto, o conjunto dos saberes/discursos que já estão postos pela exterioridade como “já dito”.

No enunciado 11 (E11) “A mulher e a cereja: para seu mal se enfeita”(sic), a formulação já estabelece de imediato uma relação de equivocidade, “para seu mal”: mal de quem? O mal para a mulher ou para o homem? Ou, mulher e cereja se enfeitam para o mal do homem? O que se põe, portanto, é que ambas se colocam enfeitadas para serem “comidas”, quando, no caso da mulher, o verbo “comer” desliza incessantemente para o sentido de fazer sexo.

Do mesmo modo que no enunciado 12, “A mulher e a mula, o pau as cura” (sic), que produz o sentido de que ambas apanham de pau para serem “curadas” da desobediência e teimosia.

De início, as comparações trazidas pelos “ditos populares” já se marcam, via de regra, pela violação da norma padrão da Língua Portuguesa, como a concordância verbal entre “mulher e cereja que se *enfeitam* para seu próprio mal”, quando o verbo deveria estar no plural, mas que se apresenta no singular. A formulação, copiada de um livreto intitulado *Provérbios populares*, foi transcrita tal como se apresentava no material. De acordo com o *imaginário social* se diz que enfeitar-se é uma característica da mulher, estereótipo ligado ao fato de que a mulher tem que estar bonita para servir ao homem, o que remete ao pré-construído da beleza em detrimento da inteligência, por exemplo.

Pelo funcionamento dos pré-construídos, a mulher deve se enfeitar, estar bonita, o que significa, atualmente, estar esculpida por cirurgias plásticas, com músculos malhados nas academias, fazendo circular socialmente discursos que naturalizam e que objetificam o corpo e o desejo feminino como devendo estar a serviço do homem.

São estereótipos, pré-construídos que trabalham numa dada rede de memória, constituída pelas diferentes formações discursivas que vão representando, no interior do discurso, diferentes posições-sujeito, resultado das contradições, dispersões, lacunas e descontinuidades, presentes no discurso sobre a mulher, sustentado numa ideologia machista, misógina e patriarcal, que promove sua submissão e inferiorização, colocando-a como alvo da violência, do controle e da dominação masculina, principalmente em relação ao seu corpo.

A cereja, uma fruta produzida em clima temperado, é doce, redonda, pequena e vermelha, quando madura, o que permite, por sua forma bela, ser comparada, pelo deslizamento

metafórico, à mulher. Assim, percebe-se, no início da formulação, que a posição-sujeito se inscreve em uma dada formação discursiva, que, remete ao pré-construído da objetificação da figura feminina, que implica, também, na ideia do imaginário masculino sobre a mulher e o seu papel de “enfeitar” os espaços.

Há muitos efeitos de pré-construídos na relação entre cereja e mulher, a começar pelo sabor doce e as formas arredondadas. A cor da fruta também aciona pré-construídos que devem ser analisados, já que o vermelho está associado à paixão e ao desejo, à energia e excitação sexual, e por ser tratada como uma cor quente está também relacionada ao poder, à guerra, ao perigo e à violência. Dentre outros efeitos produzidos pela cor estão o elemento fogo, o sangue, o coração humano. O vermelho atrai e chama a atenção e, no contexto religioso, a cor também se refere à carne, ao pecado, ao diabo e à tentação. Na política, a cor vermelha liga-se ao espírito revolucionário, ao comunismo e à ideologia política de esquerda. A cor também estimula o sistema nervoso, eleva a autoestima e dá energia ao corpo. Do mesmo modo que, na arquitetura, quando se pinta um espaço de vermelho, propicia-se um ambiente vibrante, glamoroso e que pode estimular à sexualidade.

No recorte analisado, ambas, tanto a mulher quanto a cereja, são vermelhas e de formas arredondadas, chamando atenção sobre si mesmas e causando o mal para os homens, uma por instigar o prazer oral (por saborear a bela fruta) e a outra por instigar o prazer carnal (por despertar o desejo sexual nos homens), o que nos remete ao pré-construído que retorna dos discursos da mulher pela história, pois é historicamente considerada como *sedutora* e *enganadora*. Ou, como argumenta Federici (2017): como bruxa. (*Grifos nossos*).

No enunciado 12 (E12), “A mulher e a mula, o pau as curas” (*sic*), a metaforização se faz entre a mulher e a mula, afirmando-as como curadas de seus males por meio de pau. Pelo dizer, o que precisa ser curado em ambas são, supostamente, a teimosia e a desobediência, pois, nos discursos que constituem a história da mulher, as consideradas boas são as subservientes, as cordatas que cuidam da casa, do filho e do marido, sem demonstrar cansaço, contrariedade ou qualquer indício de inconformidade. Em contrapartida, as difíceis são as que reclamam, que teimam, que desobedecem, e que precisam, em consequência, ser domesticadas, amansadas por meio da violência física, quer seja pelo chicote, ou por um pedaço de pau.

A mula é muito utilizada nas tarefas que exigem força, daí a expressão: “Trabalhou como uma mula”, uma vez que esse animal sempre foi utilizado para os trabalhos nas lavouras, tanto para transportar cargas quanto para arar a terra, por apresentar vigor físico. No entanto, da mula também se diz que possui coice muito forte, não gosta dos cachorros e, quando não

quer fazer algum trabalho ou não quer ir a algum lugar, costuma parar fixamente em um lugar, permanecendo “empacada”, daí a pecha da desobediência e da teimosia.

Por apresentar essas características particulares, a mula só desempaca do seu lugar mediante maus tratos físicos, impostos por seu dono, através de paus e chicotes. Assim, o dito, ao comparar a mulher à mula, afirma que ambas só podem ser curadas da desobediência, da teimosia e da birra através de castigos físicos.

Dito desta forma, pelo funcionamento metafórico, a mulher e a mula têm características em comum, e se a mula precisa apanhar para ser corrigida, curada de sua teimosia e desobediência, a mulher também precisa apanhar para ser curada da sua inveja, da sua lamúria, da sua injúria, da sua ambição, do seu despudor, pois, essas características, a torna indigna de confiança.

Ante a afirmação, parafraseamos a formulação em análise por: **Mulher e mula apanham porque são desobedientes.**

Outro efeito de sentido para “o pau as curas”, remete à questão sexual, pois a memória do dizer também confirma sentidos de que “se amansa” a mulher com sexo. Esses sentidos de que a mulher fica histérica, mal-humorada, nervosa sem a prática sexual favoreceu/favorece os discursos de violência, especialmente a sexual, como o estupro corretivo que tem o objetivo de punir para “ensinar” à mulher a ser dócil. Estupros corretivos, com a “intenção” de ensinar e de punir ainda são práticas corriqueiras, banalizadas e até naturalizadas em nossa sociedade, especialmente pelos maridos.

Novamente retornamos ao discurso transversal, proposto por (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 154), quando metaforizado que “mulher precisa de pau”, ou seja, de pênis e a interpretação da ideia de que à mulher falta o pênis e que, portanto, ela o deseja.

5. 3 Alinhando algumas compreensões

Na análise do *corpus*, percebemos a insistente reiteração da comparação da mulher com objetos inanimados, com animais, com frutas e com outros seres, dando a compreender, conforme alertando-nos Henry (2013, p. 15), “[...] que o “pano de fundo”, o que está em questão é a materialidade da língua”, cuja formulação nos remete ao funcionamento metafórico que faz circular pré-construídos acerca da mulher. A comparação da mulher com os animais remonta a Aristóteles, 384-322 a.C. que, mediante registros obtidos a partir das suas pesquisas sobre história natural, zoologia, descrições de peixes, mariscos e outros animais, disse que a mulher é fêmea em virtude de ser mais vulnerável à piedade, de chorar com mais facilidade, ser mais

propensa à inveja, à lamúria, à injúria, ter menos pudor e menos ambição e, ser menos digna de confiança.

A repetição desses pré-construídos coloca em circulação a ordem de um discurso patriarcal, misógino, machista e agressor, que permanece e que se repete nos “ditos populares”, colocando em circulação sentidos que, afeitos à memória discursiva de constituição do sujeito-mulher, continua a produzir efeitos nas diferentes sociedades.

Nesse contexto de reflexão, apresentamos nossos recortes com as formulações sobre a mulher, partindo do pressuposto de que o sujeito do discurso carrega consigo marcas do social e do ideológico, não tendo, assim, a pretensão de ser a fonte do sentido e, mostrando que linguagem e, portanto, os sentidos não são transparentes, conforme Orlandi (2001).

Na mesma direção, Pêcheux (2015, p. 53) nos diz que “[...] Todo enunciado, toda sequência de enunciados é [...] linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso”.

Os enunciados analisados partiram de condições de produção, nos quais a ideologia sustenta os dizeres como se esses fossem transparentes e unitários, decorrentes dos resquícios de uma sociedade machista em que o homem ocupa posição destacada em relação à mulher, em razão de relações de poder, que geraram/geram exclusão e violência para o feminino.

Ao comparar a mulher às coisas, aos objetos, aos animais, aos sentimentos e outros transferem-se sentidos, metaforiza-se o jogo da interpretação e reifica-se a mulher, pois, nesse processo de paráfrase e de polissemia do/no dizer, o sentido se conecta sempre a um outro por meio das reformulações, deslocamentos, cuja metaforização se realiza em diferentes e múltiplas possibilidades.

CONSIDERAÇÕES (SEM) FINAIS

As formulações analisadas neste trabalho foram coletadas em diferentes espaços de produção e circulação e se misturam às mais diversas práticas sociais de leitura na sociedade como textos para divertir e provocar o riso. Esses enunciados sobre a mulher se apresentam textualizados em diferentes materiais, tais como: pequenos panfletos (jornais de distribuição gratuitos), tiras de papel plastificadas, cartazes, quadrinhos para “enfeitar” paredes”, páginas da Internet e, na maioria das vezes, como adesivos para serem colados nos veículos.

Essas formulações podem ser consideradas textos por produzirem textualidade e porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa, conforme mostramos nas análises realizadas. As textualidades analisadas se inscrevem discursivamente na rede interdiscursiva preexistente fazendo uma ligação entre “a história lá fora e a historicidade do texto”, por isso, reafirmamos que os ditos sobre a mulher já foram significados anteriormente e que agora têm novo sentido sobre aquilo que está sendo enunciado; são os pré-construídos interligados pela repetição, pela metáfora e metonímia, dentre outras possibilidades, sendo que a sua autoria joga com a indistinção.

Analisar o funcionamento discursivo da metáfora e da metonímia em enunciados sobre a mulher, configurados a partir de textualidades imaginariamente risíveis, permite-nos afirmar que vivemos tempos diferentes, em que novas discussões e leis surgem com muita frequência em favor da mulher, todavia os discursos de objetificação e misoginia permanecem se repetindo porque funcionam pelo efeito de evidência que se sustenta na ideologia.

Ao discorrermos sobre *O discurso da história sobre a condição feminina*, percebemos que há uma opacidade sobre a história das mulheres – que se demonstra pela escassez de documentos, tanto de registros históricos quanto das próprias pesquisas, sobre como viveram, o que fizeram e como chegaram até aqui. Esse fato retrata o *silêncio das* e o *silêncio sobre* as mulheres em que o discurso da história da constituição do feminino, nas sociedades de diferentes partes do mundo, se desenvolveu sob a ordem do patriarcado, regime social vigente até os dias atuais.

O patriarcalismo elegeu a figura do homem como o detentor do *pater familiae*, o mais importante e elevado estatuto familiar desde a Roma Antiga, pois a ele cabia o direito soberano sobre a esposa e os filhos, constituindo a família como uma “[...] entidade eminentemente patriarcal, hierarquizada, matrimonializada e patrimonializada” (MADALENO, 2007. p. 116), sustentada pela desigualdade de gênero, presente ainda hoje.

Ao estudarmos sobre o discurso de violência e objetificação da mulher, percebemos que o discurso da história traça uma narrativa sobre a mulher constituindo-a como objeto e propriedade privada do homem, fosse o pai, o avô, o irmão mais velho e ou o marido. Dessa forma, percebe-se a violação dos direitos humanos para as mulheres, retratando as desigualdades de poder entre os gêneros, determinadas ideologicamente, cujos efeitos sustentam a existência da sociedade patriarcal e machista, em que, historicamente, os homens dominam as mulheres.

Essa relação de desigualdade está presente tanto na família, igreja e sociedade, de modo geral, inclusive nos posicionamentos de líderes e governantes do Brasil, bem como em outras partes do mundo. Dita como violência de gênero, a desigualdade entre homem e mulher não é uma questão recente, esteve e ainda está presente nos discursos que atravessam os diferentes períodos da história, considerando que a troca de mulher é considerada a primeira forma de comércio, com valor de transação mercantil.

Nossa pesquisa permitiu percebermos que o capitalismo se empenhou em disciplinar o corpo das mulheres, a fim de transformá-las em produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial, a força de trabalho, fato que levou à criminalização e a objetificação dos corpos femininos. Com isso, a violência, a cultura do estupro, as justificativas religiosas para a dominação masculina, o silenciamento e invalidação da voz feminina, com destaque para o controle do corpo das mulheres, marcam modos de dizer na história, pois se percebe que existe um discurso de misoginia e de objetificação da mulher que atravessa a memória de constituição histórica.

Em *Discurso-texto. Metáfora-metonímia: filiações teóricas em jogo*, percebemos por meio do aporte teórico, a possibilidade de buscar as marcas linguísticas que fazem parte da tessitura discursiva, presentes nas diferentes textualidades, atravessadas, por exemplo, pelo discurso de objetificação da mulher, como apontamos em nossas análises. Assim, ao mobilizarmos as noções de condições de produção, memória discursiva, efeitos de sentido, metáfora, metonímia e pré-construído, como conceitos do aporte teórico-analítico, compreendemos que os enunciados, quando postos em relação a outros dizeres sobre a mulher na/da história, deram visibilidade à força dos pré-construídos na constituição metafórica produzida.

Como resultado da nossa pesquisa, percebemos que há um já-dito de objetificação da mulher que persiste no processo de transferência e deslizamento de sentidos, atuando na tensão entre as formulações risíveis e a repetição de sentidos de violência, em que observamos que os efeitos metafórico-metonímicos produzidos deram visibilidade a sentidos pejorativos e

misóginos sobre as mulheres, especialmente em relação à sexualidade, que sustentou esses sentidos.

Dessa forma, considerando a opacidade do texto e a não-transparência da linguagem, bem como o reconhecimento da espessura linguístico-histórica, por meio da construção de um dispositivo analítico do discurso, pudemos perceber a constituição de um discurso de objetificação sexual da mulher, a partir do efeito de riso constante nos enunciados.

Ao escrevermos sobre *Pão e circo à custa das mulheres: o riso que desqualifica*, como *o riso sobre a mulher e a relação com o machismo na sociedade patriarcal*, foi possível afirmar que textos de cunho risíveis sobre a mulher circulam com insistência e abrem brechas para as retomadas de pré-construídos, de já-ditos que remontam à história de desprestígio das mulheres.

O discurso de desqualificação da mulher pelo riso significa, por sua inscrição e pertencimento, a uma dada formação discursiva historicamente constituída e não pela vontade do sujeito que enuncia. Nesse discurso de dominação masculina, a mulher é o sujeito de quem se fala, ela é o objeto do riso e tema para piadas e gracejos, o que pode ser considerado como violência simbólica.

Ao realizarmos as análises, empreendemos gestos de interpretação em relação aos recortes selecionados com o propósito de compreender os efeitos de sentidos produzidos nas formulações verbais sobre as mulheres. Ao estudarmos sobre “*O funcionamento da metáfora e da metonímia no discurso sobre a mulher*” percebemos a partir das noções de condições de produção, memória discursiva, efeitos de sentido, metáfora e metonímia, que as repetições metafóricas nas formulações produzem determinados efeitos de sentidos do riso sobre a mulher, mesmo que os sentidos estejam já “cristalizados” nas redes de formulação, continuam a receber novas formulações que, ao mesmo tempo em que vão se reunindo às já existentes, vão atualizando as redes de memória.

Nossas análises deram visibilidade aos efeitos ideológicos do patriarcado em que o que é dito sobre a mulher na atualidade é o que já foi dito pela história sobre a mulher em algum lugar do passado. O modo como a repetição da comparação da mulher com animais, frutas, comidas e bebidas em geral, utensílios esportivos, entre outros, desnudam o processo de objetificação sexual pelo encadeamento metafórico-metonímico, ou seja, os efeitos de leitura capturados na análise demonstram que não se realiza uma simples comparação, mas sim a reiteração da submissão da mulher por meio desse discurso de objetificação.

Com essas considerações, ressaltamos que em pleno século XXI ainda existe um discurso de objetificação e misoginia contra a mulher, que insiste em circular por entre os diferentes espaços sociais. Nosso estudo apontou para o modo como o discurso sobre a mulher

da/na história produz sentidos sobre os comportamentos, atos e atitudes tomados em relação às mulheres ainda nos dias atuais, o que leva à violência praticada contra elas.

Nosso trabalho apontou para um caminho de violência a que as mulheres estão sujeitas por meio do riso que as desqualifica e objetifica os seus corpos, fortalecendo o discurso patriarcal machista desde há muitos tempo. Esse discurso misógino leva as mulheres à morte, porque a formação social capitalista provê condições para que os homens se sintam donos dos corpos e das vidas das mulheres. E as matam.

Quando começamos a perceber que as formulações de nossas análises apontavam para existência de um discurso de violência contra a mulher, recorremos à Lei Maria da Penha, de nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. No Brasil, os direitos e garantias para as mulheres ganharam maior relevância com a entrada em vigor dessa Lei, que se constitui como uma homenagem à mulher que se tornou símbolo de resistência às sucessivas agressões de seu ex-marido. A Lei Maria da Penha tem este nome por se inspirar na história de luta de Maria da Penha Maia, biofarmacêutica cearense que, depois de sofrer agressões do marido até ficar paraplégica, esperou quase 20 anos para ver seu agressor ser julgado, condenado e preso. Mesmo mediante tamanha luta e repercussão, o algoz de Maria da penha cumpriu apenas dois anos de reclusão e foi solto. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2006).

O acesso ao documento possibilitou conhecer e analisar, de forma crítica, as cinco violências tipificadas na Lei, a saber, a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, violência patrimonial e violência moral. Essas formas de violência têm ocorrência, em sua maioria, no espaço intrafamiliar, caracterizando-se como violência doméstica, ou seja, a que acontece dentro de casa ou unidade doméstica, incluindo o abuso físico, o sexual e o psicológico e a negligência e o abandono, geralmente praticado por um membro da família que vive com a vítima. Essas diferentes tipificações têm o propósito de atender às mulheres em suas mais diversas queixas, perturbação e/ou agressões. Assim, as pechas, que funcionam como pré-construídos acerca das mulheres, como “Mulher bonita não é inteligente, mas burra”, ou “Ou é bonita ou é inteligente”; ou “loira burra”; ou “mulata quente e gostosa” e outros, são exemplos de discursos de violência psicológica e/ou moral, que cabem denúncia, por parte das mulheres.

É certo que nos últimos anos houve algum avanço na legislação de proteção à mulher, a partir da Lei Maria da Penha, que se constituiu em um marco na legislação e tem sido a base do atual aporte policial, legal e jurídico para prevenção e punição da violência contra a mulher.

Outra lei recente, a de nº 12.737 de 2012, chamada de lei Carolina Dieckmann, torna crime, entre outras prescrições, a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados

particulares, assim, altera o Código Penal Brasileiro no que diz respeito aos crimes virtuais e delitos informáticos, o que se traduziu como um avanço na proteção dos dados pessoais dos cidadãos contra os crimes virtuais, especialmente dados que são usados para depreciar e expor as mulheres.

A partir de então, outras leis e garantias para a mulher foram surgindo, como a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que prevê respostas mais rigorosas aos crimes de homicídio cometidos contra a mulher apenas por ela ser mulher, com isso, alterou-se o Código Penal ao ser incluído na categoria de crime hediondo, ou seja, passou a ser crime considerado de extrema violência, com o consequente aumento da pena.

O feminicídio íntimo é um contínuo de violência. Antes de ser assassinada a mulher já passou por todo o ciclo de violência, na maior parte das vezes, e já vinha sofrendo muito tempo antes. A maioria dos crimes ocorre quando a mulher quer deixar o relacionamento e o homem não aceita a sua não subserviência.

No ano de 2018, foi criada a Lei da Importunação Sexual - Prática de ato libidinoso, como masturbação, por exemplo, na presença de alguém, sem que essa pessoa dê consentimento. Essa Lei nº 13.718/2018, dispõe sobre os casos de importunação sexual e pornografia de vingança. Define punições mais severas para os crimes contra a liberdade sexual e aqueles praticados contra vulneráveis, como as crianças e as pessoas com deficiência, classificando também como crimes sexuais a divulgação de cenas de sexo e de estupro, e a importunação sexual, em outras palavras, a prática de ato libidinoso contra alguém sem consentimento.

Do mesmo modo, a Lei 13.642/18, conhecida como *Lei Lola*, em razão dos ataques misóginos, desde 2008, à blogueira Lola Aronovich, que trata a misoginia como crime e que dispõe de legislação específica para tratar sobre o assunto. Sancionada em abril de 2018, a referida atribui à Polícia Federal a responsabilidade pela investigação dos crimes cibernéticos de misoginia.

Apesar das diversas leis promulgadas nos últimos anos, observamos que há uma lacuna imensa entre o que pregam as leis e o que acontece no cotidiano das mulheres, isto porque a legislação não dá conta do complexo funcionamento da sociedade.

Percebe-se que os comportamentos de violência contra a mulher são naturalizados e aceitos pela sociedade a partir de modelos estereotipados, principalmente no que se refere às meninas e às mulheres. Esse comportamento é historicamente legitimado pelo patriarcado e pelo machismo. E leva as mulheres à morte.

Nesse aspecto, consideramos o que vem sendo feito pelos órgãos públicos, como a criação de espaços onde as mulheres são acolhidas, onde recebem orientação, onde são ouvidas e respeitadas, onde podem fazer uma denúncia e ver o seu agressor ser preso e/ou pedir uma medida protetiva contra o seu agressor. São medidas necessárias, mais ainda insuficientes, pois a violência persiste em se manifestar sob as suas mais diversas formas.

Percebe-se que ainda há muito o que fazer, desde a educação nas escolas, ensinando às crianças sobre educação sexual e respeito ao diferente, bem como o combate a muitas outras formas de preconceitos oriundos do patriarcado e do capitalismo e que oprimem as mulheres e que estão presentes nos diferentes espaços sociais.

Como papel do Estado espera-se uma política pública que propicie o desenvolvimento da igualdade entre os gêneros, o respeito às diferenças, o empoderamento das mulheres, bem como informação e incentivo à participação da mulher nos espaços de discussão e decisão. Trabalhar a promoção da igualdade e da equidade de gênero na família, no contexto educativo e em todos os demais segmentos da sociedade significa questionar a disparidade de poder presentes nas relações sociais.

Por ora e não por fim, sugerimos como política pública de enfrentamento à violência contra as mulheres um trabalho com os homens, como os grupos reflexivos desenvolvidos com homens autores de violência, conforme previsto na Lei Maria da Penha, em seu Art. 35, pois, por meio dele, a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das suas respectivas competências, o que prescrevem os parágrafos IV e V:

Parágrafo IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;
Parágrafo V – centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Esse trabalho já é desenvolvido em algumas localidades do Brasil e tem apresentado bons resultados. Em Campo Grande³², a Lei n. 6.061, de 31 de julho de 2018, instituiu o Programa Recomeçar³³, que trata sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica e grupos reflexivos de homens. A lei é de três anos atrás, porém,

³² No Estado do Mato Grosso do Sul o Tribunal de Justiça do Estado de MS já desenvolve o trabalho de grupo reflexivo de homens na capital, bem como em algumas cidades do estado.

³³ O Programa Recomeçar desenvolvido pela Subsecretaria Municipal de Políticas Públicas para a mulher recebeu capacitação e orientação do TJMS para iniciar os seus trabalhos.

só neste ano de 2021 começou a desenvolver as atividades de estudos e reflexões para a formação do grupo de profissionais que farão as mediações nos grupos de homens que serão atendidos mediante o mandado judicial. Dentre os objetivos estão a “conscientização” dos autores de violência, bem como a prevenção, combate e redução dos casos de reincidência de violência doméstica contra as mulheres, a transformação e rompimento com a cultura de violência contra as mulheres, em todas as suas formas e intensidades de manifestação; a desconstrução da cultura do machismo; o combate à violência contra as mulheres, com ênfase na violência doméstica; a participação da Polícia Civil, do Ministério Público e do Poder Judiciário no encaminhamento dos autores de violência.

O Programa a que se refere a Lei Municipal tem como objetivos específicos promover o acompanhamento e reflexão dos autores de violência contra a mulher, conscientizar os autores de violência sobre a cultura de violência contra as mulheres; promover um ambiente reflexivo que favoreça a construção de alternativas à violência para a resolução de problemas e conflitos familiares; evitar a reincidência em atos e crimes que caracterizem violência contra a mulher; promover a integração entre o Município, a Polícia Civil, o Ministério Público, o Poder Judiciário e a sociedade civil, para discutir as questões relativas ao tema, visando sempre o enfrentamento à violência praticada contra a mulher; promover a ressignificação de valores intrínsecos na sociedade no que diz respeito à sobreposição, dominação e poder do homem sobre a mulher; promover a ressocialização, de modo a melhorar os relacionamentos familiares e profissionais. Dentre os conteúdos a servirem de reflexão no grupo de homens estão: Valores e Direitos Humanos, Patriarcado, Gênero e papéis sociais, Tipos de Violência (Lei Maria da Penha), Parentalidade (paternagem), Parentalidade (relações familiares), Uso, abuso e dependência química, Escalada e ciclo da violência, Feminismo X Machismo, Michomachismo, Sexualidade e Diversidade sexual, Relações de poder/ controle, Novas Masculinidades e Perspectivas de vida.

Com esse trabalho, busca-se mobilizar os participantes para que reflitam, de forma empática, sobre a posição de cada um em uma sociedade marcada por estereótipos de gênero. Os temas são norteadores, podendo ser incorporadas novas temáticas no decorrer dos encontros, caso os coordenadores considerem pertinentes no decorrer do período.

Por ora, é urgente toda forma de trabalho, a começar pela família, escola e igreja até que todos os segmentos da sociedade entendam que a violência contra a mulher é uma questão de saúde pública de responsabilidade de todos os cidadãos.

No meu percurso acadêmico, nos dias de mestrado e doutorado, ouvi que a temática da pesquisa é quem nos escolhe e não o contrário. E eu acredito nisso.

Trilhar este caminho da e para a pesquisa por meio das leituras, reflexões, orientações e escrita foi debruçar-me sobre a minha própria dor: (re)ver e (re)ler dias da vida de uma mulher despedaçada pela violência doméstica e familiar.

O pai dos meus filhos era policial. Tinha armas em casa e constantemente me ameaçava com armas coladas ao meu rosto. Ele dizia que eu tinha que sentir o cheiro da pólvora. Chegou a ter sete armas em casa, tinha laudo médico de esquizofrenia com ideação suicida.

Uma vez em crise riscou a geladeira com uma faca, outra vez arrancou a porta do roupeiro e nele escreveu um bilhete para mim com a ponta de uma tesoura. Sempre quebrava os móveis e rasgava documentos.

Quando comecei a terapia há alguns anos, a minha terapeuta disse que eu tinha perfil de ex prisioneira de campo de guerra devido ao histórico de vida. Muito medo e ansiedade generalizada. Durante dezoito anos foram várias passagens pelo IML para exame de corpo de delito devido às muitas violências doméstica e familiar.

Há algumas marcas de cortes em meu corpo e deformações na minha cabeça devido às pancadas. Às vezes tenho dores em um dos lados da minha cabeça de um traumatismo que parece que nunca sarou. Isso me atrapalha em alguns momentos da minha rotina.

As ameaças envolviam a família toda, dizia que nos mataria todos e depois se mataria. Eu e os filhos sobrevivemos, ele adoeceu e faleceu há um tempo. Senti muito a sua morte precoce, sobretudo, porque eu percebia que ele era atravessado pelo discurso misógino, que ele reproduzia narrando sobre o avô e o pai, comportamentos tão naturalizados nas relações familiares deles.

Para mim, ter chegado até aqui foi ter atingido mais uma etapa de superação de vida. Dentre as sequelas que ficaram, uma delas é a dificuldade de concentração. Aquietar-se ainda é muito difícil para mim. Sossegar para ler e refletir ainda é difícil, porque parece que sempre tenho que correr de uma ameaça, mas eu não desisto e persisto.

Venci. Venci as ameaças, o medo e, sobretudo, a morte.

Meu trabalho atualmente é coordenar uma equipe, composta por psicólogos, assistentes sociais, advogados e professores, na Subsecretaria de Políticas para a Mulher, em Campo Grande, MS, que atende ao grupo reflexivo de homens autores de violência, no Programa Recomeçar.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. *et al.* Papel da memória. Tradução de J. H. NUNES. 2 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- ALTHUSSER, L. Freud e Lacan. Marx e Freud: introdução crítica-histórica. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1969].
- ALVES, B. M.; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
- ATWOOD, M. O conto da aia. Tradução de Ana Deiró. Editora Rocco, 2017.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: UNICAMP, n. 19: 25-42, jul.; dez.1990.
- AZEVEDO, A. F. Sentidos do corpo: metáfora e interdiscurso. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 2, p. 321-335, maio/ago. 2014.
- BAGNO. M. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BEAUVOIR, S. O segundo sexo: a experiência vivida. Simone de Beauvoir. Trad. Sérgio Milliet. 5ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2019.
- BLACKLEDGE, C. A história da V – Abrindo a caixa de pandora. São Paulo: Degustar, 2004.
- BOCCHI, A. F. A. O funcionamento Discursivo de testemunhos de violência no parto: movimentos de sentido entre o jurídico e o equívoco *In*: ZOPPI FONTANA, M.; FERRARI, A. J. Mulheres em discurso: Gênero, Linguagem e Ideologia. 1. Ed. Campinas: Editora Pontes, 2017.
- BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm >. Acesso em 21/08/2020.
- CURADO, J. e AUAD. D. Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência de formação/Jacy Curado e Daniela Auad (organizadoras). Campo Grande: UCDB, 2008.
- DUNKER, C. Análise Psicanalítica de Discursos: Perspectivas Lacanianas. Christian Ingo Lenz Dunker, Clarice Pimentel Paulon e J. Guillermo Milán Ramos. Editora Estação das Letras e Cores, 2016.

- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. *In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas, Volume 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.*
- ENGELS, F. Origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Centauro, 2002.
- FEDERICI, S. Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista / Silvia Federici; tradução de Coletivo Sycorax — São Paulo: Elefante, 2019.
- FINLEY, M. I. Economia e sociedade da Grécia Antiga. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução Ligia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. Diálogo sobre o poder. *In: Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.*
- FREUD, S. Os chistes e sua relação com o inconsciente [1905]. *In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 2017. v. VIII.*
- FUNARI, P. P. A. Grécia e Roma. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M.; (1981). A Língua inatingível. Trad. bras.: Mariani, B. e Mello, M. Elizabeth. Campinas: Editora RG, 2ª edição, 2010.
- GALLO, S. L. Discurso da escrita e ensino. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1992.
- GUILHAUMOU, J. Discurso e arquivo. Experimentações em análise do discurso. Jacques Guilhaumou, Denise Maldidier, Régine Robin; tradução: Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2016.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. *In: ORLANDI, E. Gostos de Leitura: da história no discurso. Editora UNICAMP, Campinas, SP, 2014.*
- HENRY, P. A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. Tradução de Eni Puccineli Orlandi. *In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2014.*
- IGNÁCIO, R. A mulher na sociedade: entre sempre e jamais. *Jornal Mundo Jovem, edição nº 384, mar. /2008.*

- INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro Ferreira. (Org.). *Memória e História na/da Análise do Discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- INDURSKY, F. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. *In*: ORLANDI, E. & LAGAZZIRODRIGUES, S. (Orgs.) *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2017.
- JONES, P. V. (org.) *O mundo de Atenas: uma introdução à clássica ateniense*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- LAGAZZI, S. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v.11, n. 3, p. 497-514, set./dez. 2011.
- LA TAILLE, Y. de. *Humor e tristeza, O direito de rir*. Editora Papyrus, 2017.
- LINS, Regina Navarro, 1948- *A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências / Regina Navarro Lins*. - Ed. rev. e ampliada. - Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.
- LERNER, G. *A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*. Gerda Lerner. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo. Cultrix, 2019.
- MADALENO, R. *Repensando o Direito de Família*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso – (Re)Ler Michel Pêcheux hoje*. Trad.: Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.
- MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução: Antonio Carlos Braga. São Paulo: Editora Escala, 1998a.
- MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Centauro Editora, 2005.
- MASSEY, M. *As Mulheres na Grécia e Roma Antigas*. Publicações Europa-América, Coleção Saber. Portugal, 1988.
- MOCELLIN, R. *As mulheres na Antiguidade*. São Paulo. Editora do Brasil, 2000.
- NOBLECOURT, C. D. *A mulher no tempo dos Faraós*. Campinas, Papyrus, 1994.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- ORLANDI, E. P. *Colonização, globalização, tradução e autoria científica*. *In*: GUIMARÃES, E. (org.). *Produção e circulação do conhecimento*. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas - SP: Pontes, 2005.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso. Princípios e procedimentos*. Campinas-SP: Pontes, 2010.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas, SP. Pontes Editores. 2011.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. 9ª edição – São Paulo, Cortez; SP: 2012.
- ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, E. P. *Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. Revelando o outro: fotojornalismo e representações da pobreza no sertão*. Revista Rua, Campinas. Número 21 – Volume 2. Novembro 2015.
- ORLANDI, E. P. *Análise do Discurso*. In.: ORLANDI, Eni & LAGAZZI-RODRIGUES, Susy. (Orgs.) *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2017.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Pontes, 2020.
- PÊCHEUX, M. *Materialidades discursivas 1980. Abertura do colóquio*. In. CONEIN, Bernard *et al* (Orgs.). Edição original: 1980b. Campinas: Editora Unicamp, 2016.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2009.
- PÊCHEUX, M. *Determinação, formação do nome e encaixe*. In: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad.: Eni P. Orlandi, Lorenço C. J. filho, Manoel L. Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 4ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, [1988], 2009.
- PÊCHEUX, M. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, Eni (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1982]. 2014.
- PÊCHEUX, M. [1969]; *Análise Automática do Discurso (AAD-69) (1969)*. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. 7ª Edição. Campinas – SP: Pontes Editores, [1990] 2015.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. [1975]. *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas*. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, M. “Papel da memória”. In ACHARD, P. *et al*. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2015 (1983).

- PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni P, Orlandi.* Campinas: Pontes, 2014.
- PERROT, M. *As mulheres ou Os silêncios da história.* Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP; EDUSC, 2005.
- POSSENTI, S. *Os humores da língua: análise linguística de piadas.* Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- POSSENTI, S. *Humor, língua e discurso.* São Paulo: Contexto, 2013.
- POSSENTI, S. Humor de circunstância, 10/2008, *Filologia e Linguística Portuguesa*, Vol. 9, pp. 333-344, São Paulo, SP, BRASIL, 2000.
- PROPP, V. *Comicidade e riso.* Trad. Aurora Bernardini e Homero F. de Andrade. São Paulo: Ática, 1992.
- SAFFIOTI, H. (1969). *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade.* São Paulo: Quatro Artes, 1976.
- SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência.* São Paulo: Editora Fundação Perseu. Abramo, Coleção Brasil Urgente. 2015.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral.* Tradução Antônio Chelini *et al.* 25ª edição. São Paulo: Cultrix, 1996.
- TENNEY, C.; MERRIL. PACKER J. I. WHITE,; WILLIAM JR. *Vida cotidiana nos tempos bíblicos.* Venda Nova: Vida, 1982.
- TORNQUIST, C. S. (*et al.*). *Leituras de Resistência: corpo, violência e poder.* Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.
- WEBER. M. *Economia e Sociedade.* 3ª edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- ZIZEK, S. *Primeiro como tragédia, depois como farsa / Slavoj Zizek; tradução Maria Beatriz de Medina.* São Paulo: Boitempo, 2011.